



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL
(POSMEX)**

**NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS: O
DISCURSO DO BOLETIM O LEME**

RECIFE

2016

AMANDA GONÇALVES PEREIRA

**NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS: O
DISCURSO DO BOLETIM O LEME**

RECIFE,

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL
(POSMEX)**

**NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS: O
DISCURSO DO BOLETIM O LEME**

Amanda Gonçalves Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco como exigência para obtenção do título de Mestra.

**Prof.(a) Dr.(a) M^a do Rosário de Fátima
Andrade Leitão**
Orientadora

**Recife
2016**

Ficha catalográfica

P436n Pereira, Amanda Gonçalves
Narrativas e trajetórias de mulheres pescadoras: o discurso do
Boletim O LEME / Amanda Gonçalves Pereira. – Recife, 2016.
112 f.

Orientadora: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento
Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Educação, Recife, 2016.
Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Comunicação popular 2. Conselho Pastoral dos Pescadores
3. Divisão sexual do trabalho 4. Mulheres pescadoras 5. O LEME
I. Leitão, Maria do Rosário de Fátima Andrade, orientador II. Título

CDD 303.44

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL
(POSMEX)**

**NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS: O
DISCURSO DO BOLETIM O LEME**

Amanda Gonçalves Pereira

**Dissertação julgada adequada para
obtenção do título de mestre em
Extensão Rural e Desenvolvimento
Local. Defendida e aprovada em
30/05/2016 pela seguinte Banca
Examinadora.**

Prof(a). Dr(a). Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
(Orientadora)
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof(a). Dr(a). Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa
Departamento de Educação
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof(a). Dr(a). Denise Maria Botelho
Departamento de Educação
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Pastoral dos Pescadores pela confiança de me deixar ter acesso ao acervo do LEME, sem o qual esse trabalho não se realizaria, em especial a Izabel, que foi bastante receptiva à minha proposta de pesquisa e me confiou os exemplares raros do boletim para que eu fotocopiasse-os fora da instituição.

À todos os professores e professoras de Posmex, pelos incríveis aprendizados que pude compartilhar durante esses dois anos de formação no programa. Foram conhecimentos e momentos de reflexão que me são caros e que certamente levarei por toda minha vida, não apenas de pesquisadora, mas pessoal. Saio do programa enriquecida academicamente, mas sobretudo, como humana.

Agradeço a minha orientadora Maria do Rosário, pelo conhecimento que ela vem erigindo durante anos sobre as relações de gênero e sobre as mulheres pescadoras, sem os quais esse trabalho seguramente não seria o mesmo, pois são a sua base e a fonte de diversos questionamentos que me fizeram encarar essa investigação.

Aos queridos amigos e amigas que fiz durante essa caminhada no Posmex, que tornaram essa jornada muito mais doce e prazerosa.

À minha família incrível que vem sendo meu chão em todos os momentos da minha trajetória. Assim como tantas brasileiras e brasileiros da minha geração, sou o primeiro diploma da família e sei como essa conquista foi e é importante para seguir com a esperança de um país melhor. No entanto, sem minha família nada disso seria possível, principalmente sem a minha mãe, mulher forte e guerreira, minha maior incentivadora. Agradeço também a Rafael, meu companheiro de todas as horas.

Por fim, a todas as mulheres pescadoras desse país, que são o motivo desse trabalho existir. Suas complexas realidades não podem ser apreendidas em nenhum trabalho acadêmico, me cabe apenas denunciar a negligência histórica do Estado com essas vidas. Ser ressonância de suas lutas, inscrever suas trajetórias no espaço acadêmico. E é isso que esse trabalho propõe.

RESUMO

O objetivo desta dissertação consiste em identificar e analisar as narrativas do boletim informativo do Conselho Pastora dos Pescadores, O LEME, sobre as lutas e conquistas das mulheres pescadoras, desde a categoria gênero, realizando intersecções analíticas com categorias como: raça, classe e empoderamento. Para tanto, a proposta metodológica fundamenta-se no mapeamento e análise dos documentos que compõem o acervo do LEME. Ao todo foram 120 exemplares, obtidos na biblioteca da Pastoral, os quais se caracterizam como nossa principal fonte de dados secundários. Buscou-se identificar as notícias sobre as mulheres pescadoras a partir das indagações: desde quando as mulheres aparecem nas notícias? Com qual frequência elas aparecem? Quais as temáticas informadas? As estratégias de comunicação popular do LEME são discutidas a partir da abordagem teórica e metodológica da análise do discurso, apresentando apontamentos pertinentes à crítica da publicação e sua proposta de chamar para o centro do debate às demandas das pescadoras e pescadores ao construir uma narrativa popular e emancipatória para essa população. Deste modo, a análise do LEME revela que havia uma preocupação dos agentes do CPP com as condições ainda mais problemáticas das mulheres pescadoras. A pesquisa conclui que as notícias e reflexões identificadas e mapeadas sobre estas mulheres mostram a tendência da instituição em promover suas lutas por direitos e pela ocupação de espaços de poder e decisão, sendo O LEME um importante instrumento de ressonância e difusão dessas movimentações. Ainda que sua retórica católica seja reticente, e em alguns momentos reforce o patriarcado. Conquanto seja inegável a contribuição do CPP e do LEME em algumas conquistas das mulheres no cenário da pesca. Principalmente se considerarmos que a instituição esteve presente com assistência e assessoria onde o Estado foi historicamente negligente.

Palavras-chave: Comunicação Popular; Conselho Pastoral dos Pescadores; Divisão Sexual do Trabalho; Mulheres Pescadoras; O LEME.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to identify and analyze narratives of a fisherwomen Catholic council, the so-called *Conselho Pastoral dos Pescadores* (CPP), represented by its newsletter LEME. This last deals with the demands and achievements of fisherwomen in the scope of gender category as well as to their intersections with categories such as race, class and empowerment. Therefore, my methodological proposal was based on the mapping and analysis of documents that encompass LEME documental collections. In total, there were 120 samples obtained next to the library of the council, considered my main source of secondary data. The research sought to identify news about local fisherwomen from the following questions: since when these women appear in the news? How often do they appear? Which are the reported subjects? LEME strategies of popular communication were also discussed from the theoretical and methodological approach of discourse analysis, with relevant notes to the criticism of the publication and its proposal to call for the center of the debate to the demands of fisherwomen and fishermen to build a popular narrative and emancipatory for this population. The analysis of LEME news displayed that there was a concern of CPP agents with the even more problematic conditions of fisherwomen. Thus, the research concluded that the news and considerations identified and mapped about these women present an institutional tendency to promote their demands for rights and occupation of power and decision-making spaces. The council assistance work certainly was a driver for political organizations and achievements of these fisherwomen. LEME newspaper was an important tool for the resonance and diffusion of these drives, although its Catholic rhetoric is reticent and at times has reinforced patriarchy. In any case, it is undeniable the contribution of both CPP and LEME for some achievements of women in the fishing scene, especially considering that the institution was present with assistance and advising activities exactly where the Government has been historically negligent.

Keywords: Popular Communication; Catholic Council of Fisherwomen; Labor Gender Division; Fisherwomen; LEME newspaper.

Lista de abreviatura e siglas

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

CEBs Comunidades Eclesiais de Base

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPP Conselho Pastoral dos Pescadores

FAO Food and Agriculture Organization of the United Nations

GPDESO Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MPA Ministério da Pesca e Aquicultura

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

RGP Registro Geral da Pesca

SINPESQ Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura

SisRGP Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SPM Secretária Especial de Políticas Para as Mulheres

SUDEPE Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1	Introdução	11
1.1	O Processo de Investigação	20
2	Mulheres pescadoras e a pesca artesanal no Brasil	24
2.1	Gênero, Raça e Classe: Uma Perspectiva da Pesca Artesanal	34
3	A Igreja Católica e a Questão Das Mulheres	41
4	Boletim O LEME e as Estratégias de Comunicação Popular	45
5	As mulheres e O LEME	51
6	Conclusão	58
7	Referências	60
8	Apêndices	67
8.1	Apêndice 1 –Mapeamento das notícias sobre mulheres em O LEME 1972-2004	67
8.2	Apêndice 2 – Breve Histórico da Pesca no Brasil	80
9	Anexos	83
9.1	Anexo 1- O LEME. Ano7, nº42 de março de 1979.	83
9.2	Anexo 2- O LEME. Ano 7, nº42 de março de 1979.	84
9.3	Anexo 3- O LEME nº5 de maio de 1979	85
10	Artigo	86

1 Introdução

O objetivo desta dissertação consiste em identificar e analisar as narrativas do boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), O LEME, sobre as lutas e conquistas das mulheres pescadoras, desde a categoria gênero, realizando intersecções analíticas com categorias como: raça, classe e empoderamento. Especificamente, objetiva-se investigar se e de que maneira o discurso institucional do CPP contribuiu para a inserção de mulheres pescadoras em espaços e ações políticas do e no âmbito da pesca artesanal.

A pesquisa leva em consideração o contexto de algumas Colônias de Pescadores e Pescadoras do estado de Pernambuco, onde é possível observar que, nas últimas três décadas, houve um considerável crescimento no que diz respeito à representatividade da atuação feminina em espaços de poder e decisão. Entretanto, o acesso de mulheres pescadoras artesanais¹ a esses ambientes vem se concretizando de maneira laboriosa. A marcante divisão sexual do trabalho, característica dessa atividade, veio ao longo da sua história segregando os espaços da pesca entre “masculinos” e “femininos”, excluindo quase sempre as mulheres dos processos decisórios (MANESCHY, 1995; MOTTA-MAUÉS, 1999; WOORTMANN, 2007 e GERBER, 2013). A negligência do poder público e a falta de políticas públicas sensíveis às relações de gênero foram um agravante, que se expressa no tempo de acesso das mulheres ao Registro Geral da Pesca², uma vez que só há menos de quarenta anos³ as mulheres tiveram o reconhecimento de sua secular atividade produtiva.

Vivenciando a exclusão dos processos de desenvolvimento na lógica da sociedade capitalista industrial (ESTEVE, 2000), a perspectiva política da pesca artesanal vem se erigindo e buscando se mobilizar em torno de suas pautas

¹ O Capítulo IV da Lei 11.959 de 29 de julho de 2009, em seu artigo 8º, classifica pesca artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria; podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

² “Para saber quem é pescador ou pescadora profissional, o Ministério da Pesca e Aquicultura criou o Registro Geral da Pesca (RGP). Toda pessoa que faz da pesca a sua profissão ou o seu principal meio de vida, pode obter o RGP. Com o RGP, o pescador ou pescadora profissional artesanal tem acesso aos programas sociais do Governo federal.” Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/monitoramento-e-controlempa/registro-geral-da-pesca-rgp>. Acesso em: 15 de ago. de 2013.

³ Tema de pesquisa e objeto de várias publicações LEITÃO (2009), LEITÃO (2010), LEITÃO (2012), LEITÃO (2013), LEITÃO (2013).

socioeconômicas, políticas e ambientais, com mulheres pescadoras e suas demandas por previdência social, saúde, renda e melhores condições de trabalho em uma situação ainda mais periférica. É possível ver um traço dessa realidade expressa em dados do Ministério da Pesca e Aquicultura⁴, segundo os quais em Pernambuco existem 40 Colônias de pesca e 28 Associações, dessas, apenas 13⁵ são presididas por mulheres.

Um dos espaços de destaque dessas movimentações é o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A instituição se define em seu site como:

Uma pastoral social ligada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O CPP é composto por agentes pastorais, leigos, religiosos, freiras e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária⁶.

O trabalho de assistência e assessoria do CPP teve início no ano de 1968 nas praias de Olinda (Pernambuco), e se propôs a chegar às comunidades onde o Estado era ausente. Seu fundador foi o frei Alfredo Schnuettgen, membro de uma ala mais progressista da Igreja Católica, sua atuação tinha influências da Teologia da Libertação⁷. Logo em seus primeiros anos as atividades do CPP foram se espalhando por outras praias de Pernambuco e outros estados do Nordeste brasileiro. A pastoral contou com o apoio de Dom Helder Câmara e, em 1974, foi reconhecida pela Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, em 1976, foi reconhecida nacionalmente, fazendo parte das Pastorais Sociais da CNBB. A princípio recebeu o nome de Comissão Pastoral dos Pescadores, com sede em Recife. Só em 1988

⁴ Obtivemos acesso a essas informações a partir de uma visita que aconteceu no dia 12 de agosto de 2013 à sede do MPA em Pernambuco, localizada na Av. General San Martin, nº 1000, Bongi, na qual nos foi disponibilizado uma lista contendo os dados de todas as Colônias e Associações de pescadoras e pescadores do estado, incluindo nome, localização, endereço, nome da (o) presidente e seus respectivos contatos.

⁵ Apesar desta sub-representação das mulheres pescadoras nos espaços de poder e decisão, na última década cresceu o número de mulheres presidentes de Colônias de 01 Colônia para 13 Colônias. Sobre o tema de mulheres e espaço de poder consultar o site www.gpdeso.com do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade – CNPq/UFRPE, onde há um acervo de fotos, vídeos, trabalhos científicos, radionovelas e memórias de mulheres presidentes de Colônias.

⁶ <http://www.cppnac.org.br>. Acesso em 26 de jun. de 2014.

⁷ A teologia da libertação é uma corrente teológica que nasceu na Alemanha, mas se desenvolve mais intensamente na América Latina, após a reforma na Igreja Católica conhecida como Concílio Vaticano II, na segunda metade do século XX. A corrente baseia-se na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Ela propõe o engajamento político dos cristãos contra as injustiças sociais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e com ideais de esquerda. Sua materialização se deu com o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento Educacional Brasileiro (MEB). Essas organizações influenciaram movimentos sociais por todo Brasil, inclusive as Colônias de pescadores que contaram com o apoio do CPP em sua composição como entidade de classe. (TORRES, 2012)

tornou-se uma entidade autônoma, com seu próprio estatuto, e passou a se chamar Conselho Pastoral dos Pescadores (SIRY, 2003).

A formação do CPP se deu durante a repressora ditadura militar, um momento político de precarização das Colônias e de marginalização dos movimentos sociais com demandas mais progressistas. Conforme Ramalho (2012, p. 2):

É nessa esfera que o CPP começa a organizar politicamente a categoria, tentando fazer com que os pescadores conquistassem sua entidade representativa (a colônia), que se encontrava entregue – como gostavam de dizer as lideranças comprometidas – a pelegos e outras pessoas que não os representavam, e que muitas vezes nem eram pescadores.

Já durante a década de 1970, especificamente em 1972, é criado o boletim informativo do CPP – O LEME –, com o objetivo de promover a circulação das informações pertinentes aos homens e mulheres que retiravam da pesca seu sustento. A pastoral buscou uma linha de comunicação paulofreiriana, horizontal e dialógica, que colocasse no centro do debate os interesses desse povo. Dessa forma, o CPP:

[...] inaugura, por assim dizer, a partir de 1969, as mudanças conceituais e metodológicas no trabalho com os pescadores. Tendência esta, que teve em Frei Alfredo Schnutesen seu principal articulador, no sentido de que a comunicação horizontal ganhasse terreno nos debates sobre as políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro. Estas políticas deveriam levar em consideração os interesses dos pescadores, através das suas organizações e dos seus legítimos representantes (CALLOU, TAUKE SANTOS, 2003, p. 229).

Siry (2003, p. 31) afirma que a pastoral nasce como um movimento de pescadores que eram acompanhados por religiosos, principalmente, pelo frei Alfredo, o qual “juntamente com os pescadores que então se reuniam, criou um movimento de pescadores cristãos, com o nome de “O LEME””. Foi nesse mesmo período que começou a circular a publicação de mesmo nome. “Esse grupo se reunia em uma peixaria em Olinda, discutindo os principais problemas dos pescadores”. Nessas discussões ficava claro que havia uma questão urgente e fundamental: a falta de autonomia e de representatividade da categoria, em consequência do autoritarismo e da tutela governamental nas Colônias, Federações e Confederação (SIRY, 2003).

Atualmente O LEME ainda se constitui como um instrumento de comunicação e articulação das demandas⁸ referentes à atividade. Ao longo da história das mobilizações

⁸ Destacamos como demandas das pescadoras e pescadores denunciadas por O LEME: a luta pela conquistas das entidades representativas de classe (Colônias, Federações e Confederação de pescadoras (es)); a luta pelo território pesqueiro e contra usinas canavieiras e empreendimentos imobiliários; a luta

locais e nacionais da pesca, a publicação torna-se um veículo não apenas de informação, mas de denuncia dos problemas ambientais e das questões políticas e sociais com as quais pescadores e pescadoras se defrontam.

Como instrumento de comunicação do CPP, O LEME faz parte das diretrizes da metodologia Ver-Julgar-Agir (FOX, 2010), adotada pelos agentes nos trabalhos pastorais da Igreja depois do Concílio Vaticano II. Segundo a Pastoral da Juventude Rural, o trabalho se caracteriza da seguinte maneira:

- a. No **Ver** se faz uma análise da realidade existente, fruto de uma prática anterior, utilizando uma mediação sócio analítica com a contribuição das ciências sociais, isto é, história, filosofia, sociologia, pedagogia, entre outras.
- b. No **Julgar** se faz uma reflexão sobre o produto do Ver utilizando uma mediação hermenêutica, com a contribuição da Sagrada Escritura e do Ensino Social da Igreja, também chamado de Doutrina Social da Igreja.
- c. No **Agir** se faz uma reflexão sobre o produto do Julgar, utilizando uma mediação pastoral, buscando pistas pastorais para a ação, levando em conta o que sabemos sobre pedagogia e a construção de métodos em vista de determinadas práticas.⁹

Nesse sentido, O LEME, de julho de 1982, destaca os objetivos do CPP, no qual propõe como obtivo principal da pastoral: “a libertação integral do pescador, baseada no evangelho de Jesus Cristo e levando em conta a história específica de sua categoria”. Seguindo com os objetivos específicos, a instituição estabelece:

- a- Respeitar e fazer respeitar a índole sociocultural e religiosa do pescador;
- b- Despertar o pescador para o direito de participar ativamente nas decisões e medidas práticas, tomadas a nível de governo;
- c- Apoiar os pescadores na busca de sua organização autônoma, livre de constantes fiscalizações e intervenções;
- d- Apoiar o pescador na defesa do pescado que está sendo dizimado pela pesca predatória, pela poluição e pela devastação dos mangues e estuários;
- e- Apoiar a luta dos pescadores pela valorização do pescado, através de uma comercialização mais justa;
- f- Apoiar a luta do pescador por Previdência Social mais justa e mais digna da pessoa humana.

O texto é de 1982, mas algumas demandas permanecem atuais para pescadores e pescadoras, e ainda são tratadas pelo LEME.

pela preservação de mangues e estuários e contra a poluição; a luta por garantias laborais e previdenciárias, dentre outras.

⁹ Texto disponível em: http://pastoraldajuventuderural-pjr.blogspot.com.br/p/metodologia-da-pastoral-da-juventude_18.html acesso em: 14 de fev. de 2016.

Dentre as questões que são destaque no boletim estão as divulgações de campanhas locais, regionais e nacionais – como a recente Campanha Nacional Pela Regulamentação do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e contra a privatização desses estuários, essenciais para a manutenção das comunidades pesqueiras, tanto economicamente como ambiental e culturalmente –; além da própria visibilização das ações políticas, protestos e mobilizações convocados pelas lideranças dos movimentos sociais da pesca pelo país. Há também as questões que envolvem a religiosidade, levando em consideração que o documento é produzido por uma entidade vinculada à doutrina católica.

As mobilizações em torno das demandas das pescadoras e pescadores, assim como a conquista de espaços políticos vêm desde 1972 sendo destaque nas notícias do periódico. Reinvidicações das mulheres estão entre algumas das pautas na sua narrativa, e é nelas que iremos nos concentrar nesta pesquisa. Salientamos que nossa escolha pelo foco nas mulheres nasce de uma preocupação pessoal que se articula ao interesse institucional do GPDESOS (Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade UFRPE/ CNPq)¹⁰, do qual participo desde 2013, e que sob a coordenação da professora Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão vem, desde 2004, realizando suas investigações sobre as relações de gênero na pesca artesanal.

Desse envolvimento resultou meu trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE e meu primeiro contato com O LEME. Ao iniciar minhas pesquisas sobre a temática, pude constatar que apesar do valor histórico que tem O LEME e suas narrativas sobre a pesca artesanal no país, não há trabalhos referentes a ele que foquem nas relações de gênero na pesca artesanal, ou ainda, que dê visibilidade às questões alusivas às mulheres pescadoras em seu discurso.

Durante as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores e pesquisadoras do GPDESOS pude me apropriar sobre o assunto da pesca artesanal e, em particular, sobre o cotidiano das mulheres pescadoras. Meu primeiro contato se deu com as mulheres da Colônia de pescadores e pescadoras São Pedro, mais conhecida como Z-10, situada no município de Itapissuma, Pernambuco, cuja trajetória políticas de suas dirigentes foi

¹⁰ www.gpdeso.com

meu objeto de estudo na monografia¹¹. Na ocasião, desenvolvemos uma pesquisa sobre as estratégias política das mulheres pescadoras que chegaram à presidência de suas Colônias, dentre elas as da Z-10. Deparamo-nos com uma história pioneira de luta e resistência. Foi então investigando sobre como as pescadoras conseguiram o direito de acessar o RGP, reivindicação da qual as itapissumenses participaram ativamente, que encontramos uma informação de 1979, advinda de um boletim feito de maneira artesanal. No momento em que nos encontramos com o documento, a princípio por uma copia escaneada do original e postada na internet, observamos que esses documentos possuíam valor histórico e sociológico, pois contava uma história popular, mas esquecida, deixada à margem. Percebemos que essa narrativa precisava ser resgatada, pois falava dos problemas e lutas da pesca durante toda ditadura militar e depois dela, a partir da ótica de quem participava das mobilizações.

O interesse em estudar O LEME se fortaleceu logo nas primeiras aulas das disciplinas de Comunicação e Culturas Populares e Fundamentos da Comunicação e do Desenvolvimento Local, isto é, nos períodos iniciais do curso de mestrado. Conhecendo mais a fundo a teoria freiriana, apresentada em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, de 1977, que reivindica o conhecimento como uma construção dialógica que se dá na comunicação entre a/o extensionista e o pescador (a), camponês (a), quilombola, indígena etc. e não como uma forma de persuasão que apenas estende as técnicas sem levar em consideração os conhecimentos tradicionais desses povos. Nesses momentos também pude me inteirar das teorias desenvolvidas para compreender e analisar os contextos populares desde a comunicação. A partir do aprofundamento e do contato com esses novos conhecimentos, julguei ainda mais o tema como pertinente e necessário.

Dar ressonância a história dessas mulheres é essencial, uma vez que compreendemos que o ambiente acadêmico, bem como o da pesca artesanal, ainda é majoritariamente androcêntrico, no qual o ponto de vista masculino do conhecimento ainda é o hegemônico. Entendemos que inscrever a discussão das relações de gênero no contexto da extensão rural seja urgente. Ressaltamos isso porque encontramos barreiras tácitas à discussão mais profunda que envolva o conceito de gênero dentro de uma

¹¹ PEREIRA, Amanda G. A CASA & A MARÉ: um estudo sobre a trajetória das pescadoras na colônia z-10 Itapissuma-PE. 2013. Monografia. Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 67 p.

conjuntura maior de discussões acerca da extensão rural. Fundamentamo-nos na contribuição de uma crítica feminista à concepção científica vigente, na qual “Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência” (RAGO, 1998, p. 4) ou ainda que: “as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes” (Lowy, 2009, p. 40).

Dito isso, é importante destacar que a pesca artesanal se configura como um ambiente tradicionalmente sexista, no qual a divisão sexual do trabalho é proeminente. Em sua tradição patriarcal, as atividades, de um modo geral, segregam e hierarquizam os trabalhos atribuídos a homens e mulheres, valorizando monetariamente e culturalmente o trabalho tido como masculino (produtivo, em alto mar) e colocando como subalterno o trabalho exercido por mulheres (reprodutivo, em terra), estabelecendo, dessa forma, uma bipolaridade e criando um hiato em suas relações (LEITÃO, 2010), (ALENCAR, 1993), (GERBER, 2013), (MOTTA-MAÚES, 1999) (WOORTMANN, 2007).

Frequentemente referenciadas como marisqueiras, (GOES, 2008) (INÁCIO e LEITÃO, 2012) as mulheres na pesca artesanal vêm enfrentando a lógica sexista na qual são submetidas. Desse modo, queremos registrar essa característica da pesca já observada em pesquisas realizadas tanto pelo GPDESO, quanto por outros pesquisadores com a mesma preocupação pelo país, por outro lado, destacamos também que o número de investigações que relacionam as relações de gênero na pesca ainda é parco, se comparado com os estudos sobre mulheres camponesas, por exemplo, uma consideração já realizada por Motta-Moués (1999), e reafirmada por Maneschy, Siqueira e Álvares (2012), se mostrando ainda uma realidade nas Ciências Sociais. Não levantamos esse dado, no entanto, como forma de justificar algum possível equívoco ao logo dessa pesquisa, mas para indicar que o tema vem sendo pouco explorado, levando em consideração a sua complexidade e o fato de sermos um país com extensa faixa litorânea, além de profundas inequidades de classe, raça e gênero.

Considerando esse contexto, nos propomos a essa investigação. Acreditamos na importância de uma pesquisa mais contínua no que tange as relações que envolvem as subjetividades na construção social do feminino e masculino, e suas intersecções de raça e classe em uma sociedade capitalista e racista, que historicamente invisibiliza e desvaloriza monetariamente os trabalhos desempenhados por aqueles que fogem ao padrão homem-branco.

Dados do IBGE (2012), por exemplo, mostram que no grupo com onze anos ou mais de estudos os homens ganham em média no Brasil R\$ 2.467,49 enquanto as mulheres com a mesma escolaridade ganham R\$ 1.706,39, essa desigualdade se repete em todos os graus de escolaridade. Quando há um recorte de raça, as mulheres negras estão em maior desvantagem. Segundo o Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Estatísticas e Sociais das Relações Raciais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAESER), o salário nas seis maiores regiões metropolitanas do país apresentam diferenças que vão de R\$ 899,66 em emprego doméstico com carteira para mulheres negras, contra R\$ 955,36 para mulheres brancas. Quando se trata de mulheres empregadoras a diferença salarial vai de uma média de R\$ 3.269,48 obtidos por negras, contra R\$ 4.819,83 por mulheres brancas. De um modo geral, a jornada de trabalho das mulheres é maior, se levarmos em consideração os trabalhos domésticos e os cuidados com os filhos. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (2012) revela que as mulheres brasileiras trabalham em média 58 horas semanais, enquanto os homens trabalham 52, 9 horas. Esses dados mostram que a lógica da divisão sexual do trabalho ainda submete as atividades domésticas quase que exclusivamente às mulheres.

Não obstante, Maneschy, Siqueira e Álvares (2012, p. 716) em sua pesquisa salientam não só que nas comunidades pesqueiras os trabalhos referentes à esfera doméstica são atribuições femininas, como também há uma variedade de trabalhos exercidos por mulheres pescadoras em diversos países. No Brasil, as pesquisadoras encontraram registros de mulheres trabalhando com: tecelagem de redes de pesca; pesca, coleta ou cultivo de algas e mariscos; membros de tripulação; processamento de pescado; Pesca em águas interiores; bem como na diversificação de fontes de renda familiar: agricultura, artesanato, comércio e serviços.

Nesse sentido a Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, na Seção II do seu Art. 4º define que “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. Entretanto, o decreto Nº 8. 425, sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 31 de março de 2015 e publicado em abril, modifica os critérios e exigências para a obtenção do GRP. A nova legislação, no inciso 1º do artigo 3º estabelece que: “pescadores e pescadoras de subsistência que praticam da atividade de pesca com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica” (BRASIL, 2015), não mais poderão acessar o Registro Geral da Pesca, desamparando grande contingente de mulheres que praticam a pesca como complemento ao sustento familiar, pois, como lembram Maneschy, Siqueira e Álvares (2012, p 717) “os ganhos oriundos da pesca, via de regra, são instáveis”.

Já o Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres, de 2004, instituído pela Secretária Especial de Políticas Para as Mulheres (SPM), tem como um de seus princípios a promoção da autonomia das mulheres, no qual estabelece que:

[...] deve ser assegurado às mulheres [...] as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (SPM, 2004, p. 33).

Para tanto, a instituição elabora em seu plano um capítulo intitulado “Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania”, em que estabelece uma série de metas que objetivam promover os três itens que compõem o título, dentre elas está a ampliação do atendimento de mulheres no serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), bem como expandir os recursos de crédito rural para as mulheres. Levando essas questões em consideração, o plano de metas prevê o apoio técnico e financeiro de projetos de ATER protagonizados por mulheres, assim como a implementação de planos de desenvolvimento rural sustentável (SPM, 2004).

Nesse contexto, a presente dissertação está submetida a seguinte problemática: Diante de um cenário de acentuadas assimetrias e de uma divisão sexual do trabalho ainda marcante no mundo da pesca, a pesquisa volta-se para as perguntas: de que maneira O LEME, documento do Conselho Pastoral dos Pescadores, como um

instrumento de comunicação e articulação política no cenário nacional dessa atividade produtiva, vem relatando e visibilizando a trajetória feminina em seus espaços políticos, bem como na busca por direitos e acesso às políticas públicas no âmbito da pesca artesanal? Ou seja, vem contribuindo para a ruptura do paradigma da divisão sexual do trabalho na pesca artesanal, na medida em que se constitui como um material informativo e didático, que presta serviço de apoio e assistência dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca em todo o país? E ainda, em que medida e quais as estratégias de ação do boletim têm influenciado a atuação política das pescadoras?

1.1 O Processo de Investigação

O acervo do LEME se constituiu na principal fonte de dados secundários desta investigação documental. O recorte metodológico incluiu a coletânea de 120 exemplares da publicação, composta pelos boletins impressos e arquivados na biblioteca localizada na sede do CPP em Olinda-PE. Os boletins vão do período de 1972 a 2011¹², mas concentram-se majoritariamente nas décadas de 1970 e 1980, sendo 40 da década de 1970, 63 da década de 1980, 11 da década de 1990, 4 da década de 2000 e 2 da década de 2010. Todas as edições examinadas fazem parte do acervo físico da biblioteca do CPP e foram obtidas através de 3 visitas à sede da instituição e autorização para fotocopiá-las. Apesar do periódico ainda ser produzido e ter circulação nacional através da internet¹³, optamos por nos concentrar apenas no arquivo físico, tendo em vista sua importância histórica, uma vez que algumas edições são raras, ou mesmo únicas.

A segunda fase de delimitação do corpus da pesquisa envolveu a leitura de todos os 120 exemplares para mapear as notícias e reflexões publicadas sobre as mulheres pescadoras. Desta leitura se elaborou uma tabela na qual foram identificadas 36 publicações sobre as pescadoras. A tabela consistiu a terceira fase de delimitação do corpus da pesquisa. Na qual se identificou a data, o título, ilustração, tema geral da publicação, uma síntese dos assuntos abordados e um resumo da notícia relativa às mulheres.

¹² Com uma pausa na qual o boletim deixou de ser publicado entre os anos de 1993 a 1997.

¹³ <http://www.cppnac.org.br/category/o-leme/>

A coleta de dados do LEME se propôs a identificar as notícias sobre as mulheres pescadoras a partir das indagações: desde quando as mulheres aparecem nas notícias? Com qual frequência elas aparecem? Quais as temáticas informadas? Dessa forma, o mapeamento foi fundamental para a delimitação do corpus de análise e para a caracterização das principais temáticas mencionadas pelo boletim que destacavam as mulheres. A partir desse ponto pudemos definir as principais categorias de análise, com base nos temas mais recorrentes nas notícias e reflexões do boletim.

Na investigação identificamos três principais temáticas debatidas pelo LEME e seus desdobramentos, são elas:

1. A questão da divisão sexual do trabalho e suas consequências na precarização do trabalho das pescadoras, e na vulnerabilidade social que as atinge.

TABELA 1- Gênero, trabalho e saúde¹⁴

Quantidade	Jornal O LEME	
	Data	Ano/ N°
1	Mês /1972	1/1
2	Agosto/ 1973	2/1
3	Dezembro/ 1973	2/3
4	Abril/ 1975	3/6
5	Abril/ 1977	5/27
6	Julho/ 1977	5/29
7	Abril/ 1978	6/34
8	Março/ 1979	7/42
9	Maiο/ 1979	7/5
10	Junho/1979	7/44
11	Dezembro/ 1980	8/55
12	Maiο/ 1981	9/60
13	Dezembro/ 1981	9/65
14	Julho/1982	10/71
15	Setembro/ 1982	10/75
16	Novembro/ 1982	10/77
17	Junho/1983	11/83
18	Março/1985	13/90
19	Junho/1985	13/93
20	Maiο/ 1988	16/89
21	Agosto/ 1988	16/112
22	Junho/ 1997	23/136
23	Agosto/1997	25/2
24	Dezembro/ 1997	25/3
25	Março/ 1998	26/4
26	Dezembro/ 2004	32/4

Fonte: O LEME

¹⁴ As tabelas ilustram o quantitativo de notícias referentes a cada temática e suas respectivas datas.

2. A luta e o engajamento político das mulheres pescadoras por direitos e políticas públicas que lhes contemplem, e pela ocupação dos espaços de poder e tomada de decisões;

TABELA 2 – Pescadoras e espaços de poder

Quantidade	Jornal O LEME	
	Data	Ano/Nº
01	Maio/ 1974	2/7
02	Maio/ 1975	3/2
03	Junho/ 1980	8/50
04	Outubro/ 1980	8/52
05	Dezembro/ 1980	8/55
06	Maio/ 1982	10/70
07	Novembro/ 1982	10/77
08	Junho/ 1984	12/87
09	Julho/ 1987	15/104

Fonte O LEME

3. E por fim, as narrativas religiosas que fazem parte da ética norteadora da retórica cristã do boletim.

TABELA 3- Gênero e religião

Quantidade	Jornal O LEME	
	Data	Ano/ Nº
1	Julho/ 1977	5/29
2	Setembro/ 1979	7/45
3	Junho/ 2000	28/123

Fonte: O LEME

Esses três eixos temáticos se configuram como nossas principais categorias de análise. Além do debate acerca da comunicação popular e alternativa, que caracteriza a publicação enquanto um instrumento de informação da pastoral da pesca, originário do período ditatorial brasileiro.

O exame do editorial do LEME nos proporcionou um panorama mais detalhado do posicionamento e da visibilidade dada pelo periódico às mulheres em sua abordagem dos contextos políticos, sociais e ambientais na atividade pesqueira.

Na discussão e análise da narrativa do LEME, empregamos aportes teóricos e metodológicos da análise do discurso, na qual, como observa Van Dijk: “O discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (2008, p. 12). Queremos pontuar que,

assim como salienta Van Dijk em sua obra *Discurso e Poder*, também endossamos nosso posicionamento não só científico, mas político e ideológico com as questões que envolvem os pescadores artesanais, de um modo geral e, particularmente, as mulheres pescadoras e suas demandas sociais e políticas. Fazemos isso com a certeza da inexistência de uma neutralidade axiológica positivista e acreditando em uma epistemologia em construção, que coloque as questões das populações periféricas mais ao centro do debate acadêmico¹⁵.

Será relevante também compreender e avaliar as relações de poder que se estabelecem a partir da narrativa do boletim. Sejam essas relações macro, dentro de um conjunto maior de relações, ou seja, os pescadores (as), de maneira geral, aparecem como parte preterida da lógica urbano-industrial que domina a comunicação hegemônica capitalista. Sejam as relações micro de poder, seriam as mulheres dentro do cenário da pesca, coadjuvantes também na pauta do LEME? Ou seja, o periódico quebra ou reforça o que Eni Orlandi (2007) chama de “silêncio do oprimido”, ou ainda reforça para as mulheres o que a mesma autora denomina de “Discurso de resistência”. São algumas questões que, a partir da análise do discurso do documento, nos permitiram chegar à algumas respostas.

A dissertação está estruturada de maneira a apresentar um apanhado teórico e histórico sobre a pesca artesanal no Brasil, situando a mulher em um contexto de autoritarismo e sexismo, com o predomínio marcante de divisão sexual do trabalho e assimetrias que passam por opressões de raça e classe, para tanto buscamos aportes como Vasconcellos, Diegues e Sales (2007), Gerber (2013), Maneschy (1995), Alencar (1993), Motta-Maúes (1999), Woortmann (2007), Leitão (2009, 2010), Davis (2013), dentre outras. O tema da mulher na Igreja Católica também é abordado, uma vez que contribuições como as de Souza (2004), Rosado (2001), Candiotta (2010), Fernandes e Candiotta, (2014), dialogam com a discussão da representação da mulher em um instrumento de comunicação de uma instituição cristã.

As estratégias de comunicação popular do LEME também são tratadas, e autores como: Araújo (1993), Puntel (1994, 2001), Peruzzo (1994, 2006, 2009) e Moraes (2007, 2010) sugerem reflexões pertinentes para a análise do LEME e sua proposta de trazer para o debate as demandas das pescadoras e pescadores, e construir uma narrativa

¹⁵ Para mais informações ver COSTA GOMES, J. C. (2005); RAGO, M. (1998).

popular, crítica e emancipatória para essa população. Por fim, a argumentação teórica nos dá respaldo para a apreciação da representação que O LEME constrói em seu discurso sobre as pescadoras e suas demandas e pautas no âmbito da pesca artesanal.

2 Mulheres pescadoras e a pesca artesanal no Brasil

As mulheres sempre fizeram parte da atividade pesqueira, em suas mais heterogêneas formas de existência. Seus saberes tradicionais, repassados por outras gerações, se somam às necessidades, muitas vezes impostas pela falta de recursos financeiros, em que a pesca artesanal se apresenta como fonte de renda e segurança alimentar, como mostram os estudos de Gerber (2013) e Maneschy, (1995). Ainda que elas sejam as mais prejudicadas pela falta de maiores interesses políticos e econômicos pelo setor¹⁶, têm uma atuação marcante nesse cenário, como reconhece a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO):

Millones de mujeres de todo el mundo trabajan, con o sin remuneración, en el sector pesquero. Aunque ellas participan sobre todo en las ocupaciones anteriores y posteriores a la pesca misma, a veces también participan en ésta. En el ámbito artesanal, sus actividades de preparación consisten en elaborar y reparar las redes, canastos y vasijas, y los anzuelos para la carnada, además de prestar servicios a los barcos pesqueros. Ellas mismas pescan por razones comerciales o de subsistencia, a menudo en canoas en zonas próximas a los lugares donde viven. También recogen larvas de lagostinos y pescados para alevines para surtir los estanques de acuicultura. Recogen algas marinas y mariscos, y a menudo trabajan con los hombres en el mar.¹⁷

A partir dessa afirmação é possível perceber que as mulheres desempenham trabalhos fundamentais para a manutenção das comunidades pesqueiras, embora muitas vezes a sua condição de mulher seja um obstáculo no acesso a recursos e políticas que lhes contemplem e, até mesmo, que lhes legitimem. Os trabalhos que são exercidos por elas em terra, como a limpeza do pescado, conserto de redes e utensílios, e o processo

¹⁶ Nesse sentido, as autoras Maneschy, Siqueira e Álvares (2012, p. 714) ressaltam que: “Não obstante as investigações, políticas setoriais têm sido incipientes na incorporação da dimensão de gênero. Por sua vez, ao se tratar de comunidades pesqueiras artesanais – também referidas como de “pescadores de pequena escala” –, é preciso considerar que se trata de comunidades onde permanece a articulação das várias dimensões da vida (trabalho, lúdico, religião), enquanto o foco maior das políticas reside nos objetivos de produção em si e de qualidade de vida entendida como geração de renda. Além disso, ainda é baixo o interesse em evidenciar as atividades das mulheres na pesca, o que se reflete na falta de estatísticas. A dinâmica das comunidades costeiras e, portanto, de suas bases de recursos – águas, peixes, florestas adjacentes etc. – depende justamente de uma variedade de atividades, de homens e de mulheres, interligadas de maneira complexa”.

¹⁷ Fonte: <http://www.fao.org/FOCUS/S/fisheries/women.htm>. Acesso em 19 de jun. de 2015.

de beneficiamento são, dentro da estrutura patriarcal que mantém as relações de gênero na pesca, desvalorizados. Segundo Stadtler (2015, p.102), em Pernambuco, a pesca do marisco, atividade onde mais se encontram mulheres, tem “o mais baixo valor produzido por quilo contra o maior tempo empregado: R\$6,00 a R\$12,00 para o atravessador ou pombeiro por 12 horas de trabalho”.

Nesse sentido, Maneschy (1995, p. 148) afirma que a fragmentação do seu trabalho entre as atividades domésticas e não domésticas: “impede também o reconhecimento e a valorização do trabalho da mulher, notadamente quando se trata da atividade pesqueira, onde sua atuação é vista como incomum quando, na verdade, pode constituir estratégia de sobrevivência do grupo familiar”. Entretanto a falta de reconhecimento do labor das mulheres não é uma especificidade da pesca, mas antes, reflexo da subordinação feminina que é maior, e de modo geral está presente em diversas esferas (LEITÃO, 2010), (MANESCHY, SIQUEIRA, ÁLVARES, 2012). Para a mudança da realidade da pesca Rose Mary Gerber (2013, p. 34) afirma que:

Urge rever o conceito que preconiza que pesca é retirar o peixe do mar e quem a faz, por definição, nos dicionários de Língua Portuguesa, um ser masculino singular: pescador. A pesca é, envolve e implica muito mais do que isso. Trata-se aqui de ponderar que inclui trabalhadoras que, tanto quanto os homens são profissionais da pesca.

As pesquisas sobre as relações de gênero na pesca e sobre o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras, tais como: Maneschy (1995), Alencar (1993), Motta-Maúes (1999) e Woortmann (2007), Leitão (2009, 2010), em princípio, apontam para uma acentuada divisão sexual do trabalho e para uma preocupação em mostrar a importância do trabalho não remunerado exercido por essas mulheres para a manutenção das suas comunidades, a despeito de serem politicamente afetadas pelas múltiplas jornadas de trabalho. Estas investigações foram essenciais para o nosso caminho inicial teórico e metodológico.

Mas para a compreensão da subordinação da mulher na pesca e da persistência dos hiatos que existem na visibilidade entre os seus trabalhos e os trabalhos exercidos pelos homens, o contexto histórico da pesca no Brasil pode ser importante. Nele encontramos marcas do autoritarismo, militarismo e sexismo. Um rápido apontamento acerca da trajetória política pesqueira no Brasil desde o século XVI é realizado por um número especial do LEME, intitulado “Da opressão para a liberdade: pescadores em luta”, de 1988, em comemoração a Assembleia Nacional Constituinte que colocou em

pé de igualdade as Colônias de pescadores e pescadora e os sindicatos, estabelecendo a autonomia das Colônias com relação ao Estado¹⁸. Nesse breve levantamento a publicação ressalta que desde o século XVI a pesca artesanal vem sofrendo pressões e perseguições, inicialmente pela Coroa portuguesa, com impostos abusivos e recrutamentos militares forçados. O abuso e autoritarismo se repetem com o advento da república, agravado pela falta de políticas públicas que beneficiem o setor.

Vasconcellos, Diegues e Sales (2007, p. 64), no entanto, afirmam que o quadro atual da pesca no Brasil começa a se formar em 1919, com o início da missão do cruzador José Bonifácio, comandada por Francisco Villar. A missão tinha como um dos objetivos fundar as Colônias, que segundo os autores, serviam, juntamente com a Confederação e Federações, criadas na mesma época, para formar um “sistema de repressão da categoria” e nacionalizar a pesca. Nessas instituições tuteladas pela Marinha, a pescadora não era reconhecida, tão pouco era autorizada a filiar-se. Os autores seguem citando um histórico de leis e decretos que a partir da década de 1960 foram “verticalizando todas as etapas da produção pesqueira” e dando incentivos fiscais que atendiam “aos interesses de grupos empresariais”, em detrimento de setores mais periféricos, como pescadoras e pescadores artesanais.

Esses acontecimentos apontam para uma história marcada pela negligência e autoritarismo patriarcal das instituições que tutelavam a pesca, fazendo da marginalização da categoria artesanal e da violência algumas das suas características. Considerando o ainda pequeno número de mulheres em situação de liderança na pesca e o descaso com a pesca artesanal, uma vez que a prioridade dos órgãos governamentais ainda é para o setor industrial/empresarial (VASCONCELLOS, DIEGUES, SALES, 2007), o rompimento desse ciclo se mostra distante, apesar das ações contra-hegemônicas, muitas delas retratadas pelo LEME.

Nesse contexto, as mulheres só tiveram a regulamentação de sua atividade pesqueira em 1978/1979, quando finalmente conseguiram se cadastrar no Registro Geral da Pesca- RGP, garantindo assim os seus direitos trabalhistas, como a aposentadoria e o acesso aos programas sociais que são disponibilizados pelo poder público (LEITÃO, 2010). Sobre essa conquista histórica O LEME, afirma:

¹⁸ O quadro que esquematiza os acontecimentos históricos da pesca no Brasil realizada a partir das informações encontradas no LEME está nos apêndices, p. 80.

Apesar das inúmeras dificuldades, as pescadeiras se mostram dispostas a lutar pelo direito de possuir o seu documento de Pescadeira Profissional. É comovente observar a perseverança silenciosa com que elas se deslocam de um lugar para o outro a fim de tirar a "folha corrida", a "Carteira de identidade", ou, no caso de não ter o registro civil de nascimento, o "atestado de pobreza" para a isenção da multa exigida. Em Itapissuma, 56 pescadeiras já conseguiram tirar boa parte dos documentos. Dessas 56, 34 já estão com os documentos com pleitos na SUDEPE, aguardando receber muito em breve sua carteira de Pescadeira Profissional. (O LEME, 1979, p. 6).

Essa tardia regulamentação profissional para as mulheres do setor é reflexo de uma política de precarização e marginalização da pesca no país, em especial a pesca artesanal. Em diversos trechos do LEME essa situação de abandono é retratada. No nº 81 o periódico, de abril de 1983, ao comentar sobre a campanha da fraternidade do ano com o tema: “Fraternidade Sim / Violência Não”, convoca pescadores e pescadoras à luta contra todos os tipos de violência que sofrem, afirmando: “Dizer não à violência não é cruzar os braços, buscando sossego. Dizer não à violência é partir decidido para o combate de liberdade, de justiça” (p.2). E continua denunciando a situação de precariedade da classe:

Companheiros, nós sentimos na própria pele as violências cometidas contra nós e contra a nossa categoria. Está aí a poluição dos rios, da devastação dos mangues, a falta de assistência médica etc. Está aí também a escravidão das nossas colônias pelas intervenções, pelas normas ditadas de cima para baixo, pelas fiscalizações opressoras (p. 4-5).

A realidade era e ainda é mais crítica para as mulheres. Essas se encontram às margens de uma atividade periférica. O direito de se cadastrar como pescadora, e assim acessar os benefícios e políticas públicas voltadas para quem exerce a profissão foi conquistado por meio de reivindicações dessas mulheres, particularmente, as pescadoras de Itapissuma e Ponte dos Carvalhos, que acamparam na frente da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE, antigo órgão responsável pela atividade, até que o direito fosse garantido¹⁹, é claro, através de muita manifestação. Sobre esse fato O LEME, de maio de 1979, noticia:

Um grupo de pescadeiras que havia enviado seus documentos desde novembro do ano passado à SUDEPE em fins de março decidiu ir até Recife reclamar pessoalmente do Delegado Regional da SUDEPE, a longa demora. Surpreendido pela atitude corajosa dessas pobres mulheres deu ordem imediata para que fossem atendidas sem demora.

Partindo dessa perspectiva, lembramos que apenas no ano de 1989 foi eleita a primeira mulher presidente de uma Colônia de Pescadores (as) no Brasil. Seu nome é

¹⁹ O direito foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 81.563 de Outubro de 1978.

Joana Rodrigues Mousinho, mulher negra e presidente mais atuante da colônia Z-10, localizada no município de Itapissuma-PE. Essa eleição foi uma referência na história da participação política das mulheres no cenário da pesca artesanal. Foi também resultado de lutas protagonizadas pelas mulheres pescadoras pernambucanas no que se refere às conquistas de seus direitos trabalhistas, bem como o reconhecimento formal de sua profissão. Vale mencionar que em Itapissuma ocorreu o importante trabalho do CPP e da Irmã Nilza Montenegro, que fazia parte da congregação das Dorotéias e era formada em Sociologia. A religiosa realizou atividades de acompanhamento e apoio às causas, especialmente das pescadoras da cidade.

O histórico da pesca artesanal que abordamos até aqui salienta a posição desvantajosa da pesca artesanal como atividade econômica, tendo a mulher pescadora em posição ainda mais subalterna. Isso porque a atividade é marcada culturalmente por relações que colocam em oposição os trabalhos desempenhados por homens e os desempenhados por mulheres. A pesca, assim como em outros campos da nossa sociedade, reproduz as diferenças de gênero. Essas diferenças baseiam-se arbitrariamente em conceitos biológicos, que tentam delimitar o feminino e o masculino a partir de características físicas para nortear o comportamento de homens e mulheres em sociedade. Tais diferenças entre os sexos vieram culturalmente se apoiando na biologia para legitimar as relações de poder existentes entre homens e mulheres. (KERGOAT, 2003).

O conceito de gênero surge mais fortemente no interior do movimento feminista norte americano na década 1960, com o objetivo de distanciar as características socialmente construídas de masculinidade e feminilidade do determinismo biológico dos conceitos de “sexo” e das “diferenças sexuais”, entre homens e mulheres. Os estudos ligados aos feminismos entendem que as relações de gênero se compõem mutuamente, logo, compreender as definições sociais de “homem” e “mulher” não pode ser um ato isolado, mas sim, recíproco, onde seus significados estão relacionados e em oposição. (SCOTT, 1995).

Os papéis conferidos aos homens e mulheres em nossa sociedade são condicionantes das relações de gênero. Sobre o conceito de gênero, ponto inicial para nossa análise sobre a divisão sexual do trabalho e das relações de poder generificadas na pesca, Bandeira (2005, p.05), afirma que é:

O conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. A categoria de gênero surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades sócio culturalmente construídas e procurou mudar a atenção de um olhar para mulheres e homens como segmentos isolados, para um olhar que se fixa nas relações inter-pessoais e sociais através das quais elas são mutuamente constituídas como categorias sociais desiguais.

Scott (1995, p. 86 - 88), por sua vez, destaca o caráter político que permeia as relações de gênero, as quais ao longo da história silenciaram e interditarão a mulher, como uma não agente política referenciada e inscrita, segundo a autora:

Gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder. [...] O gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

Nesses termos, Heleieth Saffioti (2004, p. 127) afirma que “a diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição”. Ressaltando que a sujeição não é necessariamente um determinismo social, embora a marginalização da vida política venha sendo um obstáculo recorrente à emancipação feminina.

Cecília Toledo (2003, p. 33), reafirma a não naturalização das relações de gênero e endossa a importância das construções culturais e sociais na constituição dessa diferenciação ao dizer que:

As descobertas antropológicas permitem afirmar que a mulher não nasceu oprimida, mas passou a sê-lo devido a inúmeros fatores, dentre os quais os decisivos foram as relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral.

Compreendemos a categoria gênero como as diferenças entre homens e mulheres, cultural, social, econômica e politicamente construídas. Tais diferenças estão intrinsecamente inscritas nas relações de poder estabelecidas, configurando a dominação masculina como a primeira e principal forma de poder construída na lógica da sociedade patriarcal. Amparando-se e (re) definindo diferenças biológicas entre os sexos, a sociedade androcêntrica estabeleceu o seu *status quo*, no qual as relações são hierarquizadas e bipolarizadas, submetendo a mulher a uma situação de domínio.

É característica dessa relação desigual entre o feminino e o masculino a divisão sexual do trabalho. “Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no

caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos” (KERGOAT, 2003, p. 55).

Não obstante a essa realidade, a pesca artesanal no Brasil, de acordo com investigações sobre o tema (LEITÃO, 2012), (GERBER, 2013) (ALENCAR, 1993), (MOTTA-MAÚES, 1999) e (WOORTMANN, 2007), vem refletindo a ideia de que existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos. Nesse sentido, Alencar (1993, p.73), afirma que:

A divisão do trabalho nas comunidades pesqueiras reflete tanto uma visão de mundo como também expressa uma maneira de se apropriar do ambiente produtivo, ou seja, mar e terra. É uma divisão marcada pelo arbítrio, e se baseia fundamentalmente na diferença biológica dos sexos, tomada como referencial para estabelecer a diferenciação dos gêneros.

Contudo, a busca relativamente recente no caso da pesca, pela equidade nos direitos femininos esta fazendo com que mulheres ocupem espaços que antes eram inimagináveis, como a presidência de uma Colônia de Pescadores (as).

Do fim da década de 1970 até hoje, as mobilizações femininas na pesca vêm ocorrendo, organizadas ou não, um exemplo foi a criação da Articulação das Pescadoras. No entanto, tais mobilizações, de maneira geral, trazem consigo o reflexo de uma trajetória submetida à égide do Estado, pois como observam Souza e Callou (2002), Ramalho (2012) e Gerber (2013), os movimentos sociais ligados à pesca têm uma trajetória mais recente, isso porque, as colônias nasceram e foram tuteladas pela Marinha de Guerra do Brasil durante grande parte de sua história²⁰, dessa forma, diferentemente dos movimentos de luta pela terra, as ações dos movimentos pesqueiros não acompanharam o cenário de lutas e de expressão política de outros grupos do campo, o que dificultou e retardou a formação de um cenário com representação para reivindicar os direitos femininos no âmbito da pesca.

Ao nos concentrarmos nas pescadoras como sujeitas de nossa investigação, temos que direcionar nosso olhar para as especificidades dessa categoria enquanto

²⁰O LEME, de junho 1985, critica o antigo Estatuto das Colônias ao lembrar do autoritarismo no qual o documento, – que é do período da missão do Cruzador-auxiliar José Bonifácio, ocorrida entre 1919 a 1924, a qual objetivava nacionalizar a pesca, – subordinava as Colônias às Federações e Confederação de pescadores e pescadoras, bem como obrigava as Colônias a colaborar com qualquer entidade pública. O LEME, (1985, p. 13) segue afirmando que: “é interessante ver como as Colônias são obrigadas a colaborar com os planos para o setor pesqueiro e nenhuma Colônia é consultada sobre os mesmos planos”. Gerber (2013, p. 40) ressalta que esse quadro de tutela só começa a ter uma modificação mais acentuada “a partir de 1968, com a implantação das comunidades eclesiais de base da igreja católica e aí inserida a pastoral da pesca”.

cidadãs ainda alijadas de direitos com equidade²¹(FARAH, 2004). Isso porque, não podemos universalizar a categoria mulher, não nos propomos a investigar uma mulher genérica, mas sim mulheres que fazem parte de uma determinada classe e que no Nordeste, são predominantemente de descendência afro-brasileira e indígena.

Apesar da existência de algumas políticas públicas com a preocupação de incorporar às questões relativas às diferenças de renda e acesso a oportunidades – como é o caso do Bolsa Família²², por exemplo –que afetam as mulheres e, de maneira mais aguda, as mulheres negras, indígenas e pobres, em se tratando das mulheres pescadoras ainda é muito presente a ideia de que seu trabalho faz parte de uma atividade eminentemente masculina, e por causa disso as mulheres enfrentam resistências por parte de alguns órgãos governamentais com relação ao acesso de benefícios e políticas²³, como afirma Rose Mary Gerber (2013, p.40) em sua tese de doutorado

Os deslocamentos que percorri em meu trabalho de campo pelo litoral de Santa Catarina e por instituições, como Colônias e Federação de Pescadores, INSS, Epagri, Marinha do Brasil, Capitania dos Portos, me levaram a constatar que há ainda uma grande dificuldade de órgãos públicos e das próprias localidades em que estas mulheres se inserem em aceitar a denominação *pescadora* para pessoas que trabalhem na pesca que não sejam homens. Assim, o mundo da pesca se mostra instigante. Se para a maioria dos homens, desde sempre são reconhecidos e se reconhecem como potenciais pescadores. Ou seja, *são e pronto*; as mulheres *são* em relação aos homens de quem, inicialmente, são *filhas de pescador* para, a seguir, serem *mulheres de*

²¹Sobre o conceito de equidade Rosa Maria Fonseca (2005, p. 456), afirma que: “é entendida como a superação das desigualdades que, num contexto histórico e social, são evitáveis e consideradas injustas, implicando que necessidades diferenciadas da população sejam atendidas por meio de ações governamentais diferenciadas. Este conceito apoia-se no entendimento de que as desigualdades não são naturais, mas determinadas pelo processo histórico social de cada sociedade (que articula dialeticamente modo de produção e superestrutura jurídico-político e ideológica) e que, ao longo da história, as classes sociais subalternas conquistaram o direito de seus integrantes serem tratados como sujeitos sociais e cidadãos, ao contrário de meros indivíduos despossuídos. Como cidadãos porque, ao contrário dos consumidores, não podem ser abandonados à própria sorte, às próprias possibilidades individuais dadas pelo seu poder aquisitivo e, como sujeitos históricos, porque suas demandas não são fixas, mas mutáveis ao longo do tempo”.

²² A respeito do Programa Bolsa Família ver: (ASSUNÇÃO, LEITÃO e INÁCIO, 2012) “Comer mais e melhor: os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadoras artesanais de Pernambuco”. O artigo versa sobre uma pesquisa realizada com pesquisadoras pernambucanas e o impacto positivo que a renda do programa teve na alimentação familiar dessas mulheres. Já o artigo: “Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família” (MARIANO, CARLOTO, 2012) traz uma reflexão sobre o Bolsa Família a partir da categoria de análise cor/raça, interseccionando gênero, raça e classe como variáveis de opressão e desigualdade fundamentais para a compreensão do contexto sociológico dessas mulheres.

²³ Na ocasião de minha pesquisa para a monografia pude ouvir de Joana Mousinho a resistência que muitas mulheres enfrentam para o reconhecimento de sua profissão até mesmo dentro das colônias que são associadas. É difícil também todos os trâmites burocráticos estabelecidos para provarem que são, de fato, pescadoras, como também nos relatou Joana, bem como a falta de pesquisas de órgãos estatais voltados a estatísticas e dados sobre a pesca artesanal, sem as quais políticas públicas ficam sem suporte (PEREIRA, 2013).

Pescador não havendo uma compreensão de que, nos diferentes contextos da pesca, homens e mulheres se constituem um em relação ao outro e ambos com o movimento mar/terra.

A precarização que toda a classe enfrenta se torna mais aguda à medida que as questões de classe se incorporam com as de gênero, bem como com as de raça. Esses três aspectos são indissociáveis quando pensamos nas opressões que as pescadoras enfrentam no seu cotidiano. Por isso a incorporação da interseccionalidade²⁴ nas políticas públicas é elemento substancial na construção de uma agenda que contribua com o empoderamento das mulheres que estão em situação de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva trazemos Costa (2004 p. 20) para pensar o empoderamento. Conforme a autora ele se caracteriza como o “mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”. O termo empoderamento começou a ser usado nos anos 1970 nos Estados Unidos pelo movimento negro, que resistia para assegurar os direitos civis e a cidadania plena à população negra. Já nos anos 1970, o conceito começou a ser utilizado pelo movimento feminista. Ana Alice Costa (2004, p. 21) segue afirmando que para as feministas: “o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais” (COSTA, 2004, p.21).

Segundo Cecília Sardenberg (2006) o empoderamento das mulheres tem duas perspectivas que são em alguns pontos conflitantes. Para a antropóloga, o empoderamento das mulheres no discurso de alguns órgãos governamentais e instituições financeiras símbolos do capitalismo, como o Banco Mundial, é um instrumento no desenvolvimento, no fortalecimento da democracia e na erradicação da pobreza, e não um fim em si mesmo. Já para as acadêmicas feministas, ainda para Sardenberg, principalmente as dos países pobres, em especial da América Latina, o

²⁴ O conceito de Interseccionalidade se orienta no sentido de levar em consideração os desequilíbrios e hiatos históricos, políticos e sociais que estão submetidas às mulheres negras, e de outras minorias étnicas, e pobres. Segundo HIRATA (2014, p.61): “Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas”.

empoderamento feminino é um processo de conquista da autonomia das mulheres, da superação das opressões de gênero e patriarcais. O que não quer dizer, contudo, que a superação da pobreza e todas suas implicações não sejam o que as feministas querem, mesmo porque as mulheres são mais afetadas pela pobreza em todo mundo²⁵, mas o empoderamento feminino tem que ser um fim em si mesmo, para que as mulheres tomem o controle dos seus corpos e das suas vidas. Ou seja, uma ação política de tomada de consciência que compromete a subordinação à ordem patriarcal.

Citando Srilatha Batliwala (1994), Sardenberg (2006) acrescenta que o debate feminista acerca do empoderamento, resulta, em grande medida, das reflexões de feministas do chamado Terceiro Mundo. Para Batliwala (1994 apud SARDENBERG 2006, p. 6) existiu no trabalho dessas feministas uma influência da concepção de educação popular freiriana e sua “pedagogia do oprimido”, bem como do pensamento de Gramsci:

[...] especificamente, no que se refere à importância de criar mecanismos participativos para se construir democracias mais equitativas. Batliwala ressalta, porém, que as educadoras populares feministas desenvolveram sua própria abordagem, trazendo à baila a questão da subordinação das mulheres e da construção social dos gêneros.

Ainda para Sardenberg (2006, p. 4) há algumas perspectivas distintas entre autoras e autores que conceituam o empoderamento, não obstante, ela encontra algumas congruências relevantes em sua pesquisa, são elas:

a) para se “empoderar” alguém ter que ser antes “desempoderado” - ex. as mulheres enquanto um grupo; b) ninguém “empodera” outrem – isto é, trata-se de um ato auto-reflexivo de “empoderar-se”, ou seja, a si própria (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto); c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de levá-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas; d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente.

Ao debater o conceito de empoderamento Maria da Glória Gonh (2004) salienta sua dimensão coletiva a partir da mobilização da sociedade civil para ocupar espaços que são negligenciados pelo poder público na busca de autonomia. A autora afirma que o

²⁵ Para saber mais sobre a feminização da pobreza ver: SANTOS, Luciane Lucas dos; HOFF, Tânia. Formas sutis de dominação hierarquizada: corpo e feminização da pobreza. *Ex Aequo* (Oeiras), v. 17, p. 133-154, 2008. E: NOVELLINO, Maria S. F. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. **As desigualdades sócio-demográficas e os direitos humanos no Brasil**. Belo Horizonte: ABEP, 2008.

empoderamento pode ser um “processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas” ou ainda “ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc.” (GONH, 2004, p 23). Para Gonh (2004) a efetivação e a dimensão desse processo têm relações com as ações dos agentes no terceiro setor, nos movimentos sociais, nos conselhos etc. e do fortalecimento do seu capital social frente à luta pela melhoria de suas vidas.

2.1 Gênero, Raça e Classe: Uma Perspectiva da Pesca Artesanal

O LEME, de março de 1979, traz uma reflexão sobre a pesca artesanal no Brasil, mas detidamente do Nordeste. O boletim discute o processo de marginalização da pesca artesanal desde o período colonial, no qual encontra as possíveis raízes da negligência com a atividade pesqueira no país, em detrimento da monocultura agrícola. O apanhado histórico vai até a década de 1970, período de repressão militar não menos omissos com a atividade e com quem dela sobrevivi.

Nessa edição O LEME (1979, p. 4) evidencia que desde o princípio da formação econômica e cultural do Brasil, sobretudo do Nordeste, com bases na “economia escravista de agricultura tropical” e na pecuária (FURTADO, 1984), a pesca foi tratada como uma atividade de menor valor estratégico para um modelo que priorizava a exportação de bens não perecíveis. Era praticada com fins de sobrevivência mais notadamente pelos grupos tidos como subalternos, como indígenas e negros, o periódico ainda ressalta que:

[...] a produção pesqueira assumia para o colonizador uma dimensão diversa, se não diametralmente oposta, daquela encontrada na pesca indígena de estuários e lagoas, ou mesmo da pesca de mar e rio transformada por escravos fugidos dos canaviais ou por simples moradores em meio principal e único de sobrevivência. Isso porque, para o português e para o holandês, a atividade era subsidiária à principal produção econômica da colônia, no caso do Nordeste o açúcar.

O texto segue afirmando que a “marginalidade” atribuída à pesca como atividade econômica, possivelmente tem suas origens nesse período, sendo até então, praticada pelas comunidades ribeirinhas, predominantemente de descendência indígena e negra.

[...] o caráter periférico da pesca, como produção subordinada ou exterior ao poder da cana, parece ter gerado uma nova forma de opressão, que só se consubstanciaria mais recentemente, quando o sistema dominante se

transformou e alastrou seus braços violentos em direção a novos territórios. Compreendida assim, a implementação de comunidades pesqueiras autônomas em outro espaço que não o canavial teria instaurado uma nova forma de dominação, a marginalidade (O LEME, 1979, p. 5).

Siry (2003, p. 27-28) endossa esse argumento e afirma:

A história dos pescadores no Brasil está profundamente ligada à dos grupos oprimidos da sociedade colonial: os indígenas e, posteriormente, os negros africanos. Foram os indígenas, por seu conhecimento mais antigo dos nossos rios e mares, que forneceram a maior parte das técnicas de pesca utilizadas no período colonial. [...] por outro lado, o negro escravo sustentava a si próprio, no regime de fome ao qual era submetido, pescando nos mangues e nos rios. Ou pescava por profissão, sendo para isso explorado pelo seu senhor, ou vendia o peixe do seu senhor pelas ruas ou nos mercados de peixe e saía a pescar em alto mar, onde os índios ainda não haviam ido.

Vaconcellos, Diegues e Sales (2007, p. 15) discutem o déficit de informações socioeconômica e estatísticas sobre o setor e chamam atenção para “a carência generalizada de informações” que atinge a pesca artesanal no Brasil. Para os autores essa situação é resultado da “falta de atenção política para um setor”. Apesar de, conforme estimam os autores, no Brasil, a atividade envolver aproximadamente dois milhões de pessoas²⁶ e seja “um importante gerador de emprego e divisas para as camadas mais pobres da população e ter importância fundamental para a segurança alimentar [...] responsável por mais de 50% do pescado consumido no país”, Vaconcellos, Diegues e Sales (2007, p. 16).

Isto é, as marcas da precarização mencionadas pelo LEME ainda se mantêm atuais e são sentidas pelos membros das comunidades pesqueiras, ao passo que se repercutem na falta de interesse político e social de instituições governamentais. Esta histórica marginalidade da pesca se alicerça, portanto, em opressões estruturais de classe e raça, uma vez que “a base desta situação marginal de hoje foi, sem dúvida, a escravidão” (SIRY, 2003, p. 28). Nesse sentido, O LEME (p. 6) segue afirmando:

[...] a produção de pescado dos engenhos, ou mesmo dos portos pesqueiros, se destinava, como o produto das lavouras entremeadas nos canaviais, ao abastecimento de pequenos centros urbanos ou mesmo dos navios, mas muito principalmente a compor a dieta alimentar da força de trabalho escrava que era o suporte da agricultura canavieira.

O produto da pesca era vital também para a manutenção e autonomia dos indígenas e para os que estavam na periferia do sistema dominante da monocultura açucareira (O LEME, 1979). Esse complexo sistema de precarização, se torna ainda

²⁶ Segundo o SINPESQ - Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura / SisRGP - Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira, só em Pernambuco são 13. 604 pessoas cadastradas no Registro Geral da Pesca. Informação disponível em: <http://sinpesq.mpa.gov.br/rgp/>. Acesso em 25 de fev. de 2016.

mais múltiplo quando se volta para as mulheres, pois essas sentem a intersecção da reprodução das desigualdades entre gênero, raça e classe.

Chamar atenção para a questão da raça e não apenas da classe e do gênero é fundamental aqui para apreendermos o contexto socioeconômico das pescadoras e, ao mesmo tempo, pensarmos a respeito dos problemas estruturais a que são submetidas numa sociedade marcada por séculos de escravidão negra, pois como expõe Stadler (2013, p. 4): “o perfil dessas trabalhadoras traz o *quesito cor e a etnia* como elementos fundantes dessa população”.

Nesta dissertação abordamos a categoria raça como uma construção sociológica que se erigiu a partir de julgamentos ideológicos que, como salientado por Munanga (2004, p.18), ao longo dos séculos serviu para legitimar “a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica”, que efetivamente é um conceito datado em diversos aspectos biológicos, mas expressa uma histórica assimetria social e politicamente construída. Nesse sentido “os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico” (MUNANGA, 2004, p.18). O conceito de raça “pura”, originalmente cunhada pela Botânica e Zoologia, foi utilizado pelos naturalistas do século XVIII e XIX para convalidar a dominação e sujeição de diversos povos, pois classificou e hierarquizou as três principais raças por eles consideradas: branca, amarela e negra. Em que pese, a concentração de melanina e outras diferenças morfológicas foram elementos utilizados para medir, por exemplo, a honestidade e inteligência, ficando os indivíduos da pele negra no degrau mais baixo dessas hierarquização, o que corroborou com todas as violências as que lhes foram empregadas.

Deste modo, Biroli e Miguel (2015, p. 28) tratam sobre o debate teórico da interseccionalidade entre gênero, raça e classe e afirmam não se tratar de:

“[...] uma simples sobreposição entre padrões de dominação independentes, mas um entrelaçamento complexo, o que faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precisem incorporar simultaneamente os três eixos”.

Portanto, cabe avaliar que as pescadoras não brancas sofrem o que Kimberlé Crenshaw (2002, p. 171) chama de “discriminação interseccional”, pois são submetidas

tanto aos “aspectos de gênero da discriminação racial” quanto aos “aspectos raciais da discriminação de gênero”. A autora ainda afirma:

A importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes. Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A necessidade de incorporar no plano teórico-metodológico outras categorias de análise além do gênero, como raça e classe, surge dentro do movimento feminista como reivindicação e forma de dar ressonância às demandas, principalmente de mulheres negras, de países em desenvolvimento e lésbicas. As mulheres que não se sentiam representadas pelas teorias brancas, de primeiro mundo e que tinham seus corpos estigmatizados por questões que iam muito além do sexismo começaram a sistematizar e teorizar uma crítica às desigualdades que havia entre as mulheres (MARIANO, CARLOTO, 2012).

Sobre isso, Sueli Carneiro (2003 a, p. 118) afirma:

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

Deste modo, a autora segue afirmando que é preciso enegrecer o feminismo para abarcar suas diferentes expressões e construir uma agenda que combata as desigualdades de gênero e intergênero (CARNEIRO, 2003 a). Um exemplo de como a mulher negra está sujeita a uma desvantagem histórica mais cruel é refletido no Mapa da Violência 2015 (p. 30) produzido pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), que aponta:

“O número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas”.

O aumento do femicídio de mulheres negras no país fez o número geral desse tipo de crime ter um crescimento considerável no decênio de 2003 a 2013, conforme indica a pesquisa. Tais números apontam que as mulheres negras no Brasil estão às margens das políticas de Estado, uma vez que:

O Estado é produto de uma relação de forças, sendo perpassado e dividido pelas contradições de gênero, raça/etnia entre outras. As políticas públicas

são vistas como resultados contingentes destas contradições geradas pelas relações das forças que ocorrem no interior do Estado (COELHO, 1999).

Nessa perspectiva, ao realizar um estudo sobre as mulheres na pesca artesanal e suas demandas por previdência social e saúde, Hulda Stadler (2013, p. 9) salienta que para compreender de fato esse contexto é necessário “entrar no mundo dos significados, em seu cotidiano, no universo das ações e do papel do Estado diante de sua realidade enquanto pescadoras” para isso é necessário levar em consideração que essas mulheres são “em sua grande maioria, negras”. Partindo desse pressuposto, ela desenvolve sua análise e evidencia que as opressões que sofrem as pescadoras passam pelo não funcionamento adequado das políticas e estruturas públicas, que refletem a misoginia e o racismo da nossa sociedade.

No livro *Mulher, Raça e Classe*, Angela Davis, militante norte americana do Panteras Negras e feminista, realiza um importante trabalho sobre a trajetória das mulheres negras em seu país, destacando como as opressões que as atingem são resultantes de múltiplas variáveis que interseccionam as relações desiguais de gênero, de raça e de classe. Não obstante de Davis ter se detido à história dos Estados Unidos, sua pesquisa é significativa para analisarmos as interações entre negritude e gênero no Brasil, uma vez que o passado de escravidão dos dois países relegou às negras daqui também um destino de acentuada vulnerabilidade social e violência que atravessa séculos.

Davis (2013) lembra que no período escravista a mulher negra sofria uma exploração mais agressiva do que a do próprio homem negro escravizado. Sua exploração era dupla, pois além de exercer o mesmo trabalho degradante e desumano nos campos de trabalho forçado, ainda sofria a violência sexual e estupros constantes dos seus senhores.

Um episódio narrado por Davis descreve as especificidades de ser mulher negra nesse período. Em 1851, na convenção de mulheres em Akron, Ohio, – início do movimento sufragista, que nos Estados Unidos teve em suas origens ligações com o movimento abolicionista, apesar do racismo das sufragistas, que mais tarde ficou evidente, de acordo com a pesquisa de Angela Davis – Sojourner Truth, mulher negra que “sozinha salvou a reunião de mulheres de Akron do destrutivo escárnio dos homens hostis” (DAVIS, 2013, p. 49), quando proferiu o discurso que foi intitulado de “Ain’t I a woman?” (“E não sou eu uma mulher?”). Ao responder a provocação de que as

mulheres eram fracas, pois até para atravessar uma poça d'água precisavam da ajuda de um homem, motivo pelo qual não poderiam ter o direito ao sufrágio, Sojourner Truth:

[...] apontou para fora desse argumento com a simplicidade de que ela nunca foi ajudada a atravessar poças de água nem a entrar em carruagens “e não sou eu uma mulher?”. Com uma voz com um trovão ela disse “olhem para mim! Olhem para os meus braços” e enrolou as suas mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços. “Eu lavei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravidão, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher?” (DAVIS, 2013, p. 50).

Este relato reforça a ideia de que, para além da categoria mulher ser dividida pela classe, ela sempre esteve dividida também pela raça. Isto é, se para todas as mulheres há barreiras impostas pelas assimetrias nas relações de gênero, para as mulheres negras essas mesmas barreiras sempre estiveram acompanhadas da subjogação de raça e classe.

O relato também reforça que para a mulher negra a divisão sexual do trabalho tem um componente específico, uma vez que ela sempre exerceu um trabalho fora da “casa”. Sua força de trabalho era um elemento essencial para a economia escravocrata, seu útero era instrumento de reprodução de mais mão de obra, e em muitos casos, seus descendentes eram fruto de estupros. A mulher negra era a fronteira do trabalho produtor e reproduzidor em seus mais cruéis limites. Nesse sentido, Angela Davis (2013, p. 10) segue ressaltando:

O sistema da escravidão define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”.

Esse elemento do trabalho das pescadoras não brancas é fundamental para pensarmos sobre a relação que elas têm com o trabalho e com a divisão sexual deste. Ou seja, os trabalhos que desempenham nos estuários e mangues, muitas vezes submersas na lama, sujeitas às doenças e outros perigos, têm um componente de exploração de sua força laboral que submeteu historicamente os corpos dessas mulheres as mais truculentas violências. Essa relação é fundamentalmente resultante do encontro de opressões de gênero, raça e classe. Sueli Carneiro (2003 b, p. 1) ainda reforça que:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência

sexual colonial é, também, “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”.

Na realidade latina americana e brasileira, o mito da democracia racial faz com que as opressões contra as mulheres negras permaneçam atuais e em muitos aspectos, intactas. Para que haja mudanças nesse quadro é preciso reconhecer que o discurso clássico sobre opressões de gênero não dão conta de explicar ou solucionar as demandas das negras ou indígenas. Por isso, a categoria gênero é fundamental, mas se não compreendida a partir de outras variáveis de opressões, como a de raça e classe, corre-se o risco de universalizar as mulheres a partir de uma única perspectiva de análise, que seria branca e burguesa (CARNEIRO, 2003b).

Todavia, ao que concerne à pesca artesanal, em nossa pesquisa, encontramos uma lacuna teórica sobre a relação entre as desigualdades de gênero, a pesca e a questão racial, a despeito de observarmos empiricamente esta relação em outras pesquisas do GPDES. Sentimos a necessidade de romper com esse olhar focado apenas no gênero, que vem sendo empregado por cientistas em algumas investigações sobre o tema, inclusive por compreender que essa ausência de informações é realidade até mesmo nos órgãos públicos.

Se buscarmos, por exemplo, na plataforma do IBGE dedicada apenas a estatísticas de gênero²⁷, informações sobre a raça e o setor de ocupação das mulheres, encontraremos apenas o quantitativo de mulheres que trabalham no setor da agricultura, mas não encontramos nenhuma informação sobre a raça dessas mulheres. O mesmo acontece ao pesquisarmos no SINPESQ - Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura / SisRGP - Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira, onde é apenas possível identificar o sexo das (os) portadores do RGP. Ao procurarmos informações sobre o tema no escritório do MPA em PE, no bairro do Bongüi, Recife, no dia 10 de março de 2016, obtivemos da funcionária que nos atendeu, a informação de que o próprio ministério não faz abordagens sobre a raça das pescadoras e pescadores em seus registros.

Quando em nossa busca pelas palavras chave: gênero, raça e pesca no banco de teses e dissertações da Capes, e na Plataforma Lattes também não conseguimos encontrar nenhum resultado de trabalhos desenvolvidos que interseccionasse essas três

²⁷ <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>

dimensões. Mostrando que a produção científica sobre o tema é escassa e que existe um hiato que precisa ser investigado, dado a sua relevância.

3 A Igreja Católica e a Questão Das Mulheres

Em um primeiro instante de reflexão tendemos a pensar que as pautas feministas e suas lutas por direitos e igualdade de oportunidades estão muito afastadas do que representa a Igreja Católica, seus discursos e dogmas. Isso porque a trajetória da Igreja e da cultura judaico-cristã se confunde com a história de submissão e, muitas vezes, de perseguição das mulheres. Entretanto, muitas (os) teólogas (os) e pesquisadoras (es) vêm desenvolvendo investigações e trabalhos no sentido de aproximar as causas das mulheres de uma interpretação feminista da bíblia, juntamente com ações de alguns movimentos sociais amparados por alas mais progressistas da Igreja, vinculados geralmente à teologia da libertação. Dentre esses movimentos citamos as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁸, onde nascem a Pastoral da Terra e o Conselho Pastoral dos Pescadores, por exemplo.

Tendo em vista que a religião se configura como um importante ponto para compreendermos mudanças socioculturais, em que pese às relações de poder, de classe, de raça e etnia, bem como de gênero, acreditamos que discuti-la é fundamental para traçarmos um quadro da dinâmica simbólica na qual O LEME retrata as pescadoras, uma vez que debatemos um instrumento de comunicação de uma instituição que se funda em princípios cristãos e católicos.

Nesse sentido, conforme Sandra Duarte de Souza (2004), a despeito de clássicos das Ciências Sociais como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx terem dando atenção ao elemento religião em suas obras, os estudos acerca desse importante aspecto social encontraram certa resistência nas ciências humanas, ao longo da história. A autora atribui esse fenômeno à tradição positivista e a “aversão quase religioso-fundamentalista ao tema”. No Brasil, essa resistência só começou a ser mais fortemente rompida na década de 1970, quando, depois do Concílio Vaticano II, organizações religiosas e estudiosos da religião incorporaram uma nova forma de compreender o

²⁸ “As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou na capela (rural) por iniciativa de leigos, padres ou bispos” (BETO, Frei, 1984, p.16).

assunto. Ainda segundo Souza (2004), o livro de Cândido Procópio Ferreira Camargo, *Católicos, Protestantes, Espirita*, é um importante marco dessa mudança, em que cresce o interesse científico pela religião.

Maria José Rosado (2001, p. 79-80), afirma que as religiões talvez sejam os campos que mais sofreram influência do feminismo, manifestando-se na mudança da prática religiosa, ou no discurso religioso, a autora cita a Teologia Feminista como um exemplo. Isto é, de um lado mulheres que abandonaram a religião e do outro a criação de espaços feministas dentro da estrutura religiosa cristã. Rosado também menciona a ausência de uma discussão mais profunda nas Ciências Sociais, e principalmente nos estudos feministas sobre religião até meados da década de 1980, para ela, do ponto de vista de uma análise sociológica, era como se em Marx a crítica da religião já estivesse feita. No entanto, fora do Brasil, na Europa e Estados Unidos, algo nesse sentido já vinha sendo feito por teólogas cristãs feministas. Atualmente os campos feministas dos estudos da religião não se resumem à Teologia, mas se expande para ciências como Sociologia, Antropologia, História, Psicologia etc.

Não obstante, mesmo que em grande parte de sua história a Igreja Católica tenha sido incisiva quanto à submissão das mulheres, elas não deixaram de ocupar um lugar de destaque diante das comunidades e na própria evangelização e catequese. Com o surgimento das CEBs, nos anos 1960, como consequência do Concílio Vaticano II (1962-1965), em que a Igreja muda suas diretrizes dogmáticas, e intensifica a sua aproximação com a comunidade e com o leigo, momento em que esses passam a serem vistos como protagonistas na ação evangelizadora, para, a partir de uma visão cristã e de uma opção pelos mais pobres, mudar a realidade de opressão e injustiça social em que vivia a América Latina (SILVA & ALBURQUEQUE, 2012). Acerca das CEBs, Barbosa (2007, p. 14), comenta que:

[...] constituem-se numa experiência pastoral que nasceu da possibilidade de participação, aberta aos leigos, dentro da estrutura tradicionalmente rígida da Igreja. Essa abertura à participação dos leigos é ponto crucial para entendermos o que aconteceu na Igreja do Brasil nas décadas de 1970 e de 1980, quando as CEBs estavam trabalhando com todo o seu potencial mobilizador.

Na perspectiva brasileira, as CEBs surgem nos anos 1960, no interior do país, como grupos de fiéis que se reuniam para estudos bíblicos e orações, antes mesmo da sistematização da Teologia da Libertação.

Essa prática só foi possível dentro da Igreja Católica com a autorização pré-concedida pelas diretrizes do Concílio Vaticano II, pois até aquele momento, nem a língua vernácula era permitida nos cultos da Igreja. As CEBs representam uma tentativa de descentralização da estrutura da Igreja; iniciativa motivada pela Cúria Romana. (BARBOSA, 2007, p. 14).

A Igreja se aproxima dos leigos buscando uma leitura popular da bíblia, onde interpretava seus textos em consonância com a realidade local das comunidades. Dessas novas práticas, surgem novas teorias e leituras dos textos sagrados, que aos poucos vão se coadunando e organizando na doutrina conhecida como Teologia da Libertação. Os métodos dessa “nova” Igreja estavam juntos aos mais pobres, no sentido de impulsioná-los para a tomada de consciência da situação de opressão socioeconômica e política em que viviam (CANDIOTTO, 2010; FERNANDES; CANDIOTTO, 2014).

Nesse cenário as “comunidades eclesiais se constituem num espaço de atividades que vai além da atenção e caridade para com o outro, passa a ser o espaço da reflexão sobre a realidade do povo” (FERNANDES; CANDIOTTO, 2014, p. 138). Na atmosfera progressista da Teologia da Libertação, ganha força também a Teologia Feminista. Rosado (2001, p. 81), no entanto, afirma que as práticas de resistência à sujeição feminina no campo religioso surgem bem antes, já no século XIX, quando é elaborada a primeira interpretação feminista do texto bíblico, feita por mulheres que eram especialistas na área. Conforme a autora, Elisabeth Cady Stanton publica, entre 1895 e 1898, nos Estados Unidos, um projeto coletivo de interpretação da bíblia intitulado: *The Woman's Bible*, considerado o ponto inicial que daria nos anos 1960 origem a Teologia Feminista, definida por Gibelline apud CandiOTTO (2010, p. 2016) como:

[...] uma contribuição crítica para uma ‘teologia da integralidade’. Algumas teólogas e teólogos católicos falam também de uma ‘teologia ao feminino’, entendendo com essa expressão uma reflexão teológica elaborada por parte de mulheres e/ou a partir de mulheres, na medida em que levanta o tema da ‘questão feminina’: trata-se de uma abordagem ainda ligada à abordagem da teologia da mulher, e à qual falta o caráter da militância como ato primeiro, que é um dos elementos básicos da teologia da libertação em geral, e da teologia feminista em especial. Certamente, pode-se discutir até que ponto o termo ‘teologia feminista’ é teoricamente correto; até que ponto é aceito na comunidade eclesial, mas acabou por se impor também em nível acadêmico. [...] A teologia feminista é uma teologia da libertação das mulheres, uma reflexão elaborada e praticada por mulheres que militam no movimento de libertação da mulher, e, como tal, se inscreve no vasto e variado espaço das teologias da libertação.

Com setores da Igreja mais próxima dos mais necessitados e suas demandas, fortalecem-se diversos movimentos sociais, no campo e na cidade, um exemplo

importante é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST, e a luta pela reforma agrária, fortalecimento que vem em grande medida pelas ações desempenhadas no cerne das CEBs e pastorais. No âmbito dos movimentos sociais e suas reivindicações, nutre-se a ideia de protagonismo na busca por direitos, é também “nestes movimentos e, sobretudo, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que a mulher vai percebendo a força que tem quando participa dos movimentos da história como sujeito consciente” (FERNANDES & CANDIOTTO, 2014, p. 138).

Uma vez que o discurso oficial passa a acolher a mulher como uma importante sujeita social, quando afirma no Concílio Vaticano II, no Decreto Apostolicam Actuositatem Capítulo III:

Os leigos exercem seu apostolado múltiplo tanto na Igreja quanto no mundo. Em ambas essas esferas abrem-se campos diversos de atividade apostólica. Dentre eles queremos lembrar aqui os mais importantes, como sejam: as comunidades da Igreja, a família, os jovens, o ambiente social, a esfera nacional e internacional. Uma vez, porém, que em nossos dias as mulheres, cada vez mais, tomam parte mais ativa em toda a vida da sociedade, é de grande importância sua participação mais ampla também nos vários campos de apostolado da Igreja.

Essas novas designações, porém, não mudaram a essência e a estrutura patriarcal na qual a Igreja se funda, mas trazem uma nova perspectiva de ação evangelizadora, mais atrelada com questões políticas e sociais que atingem os mais necessitados, dentre eles a mulher surge como agente política da mudança.

Um exemplo são as ações desenhadas pelo CPP iniciadas no período ditatorial no Brasil. O Conselho Pastoral dos Pescadores foi fundado nos finais do ano de 1960, por Alfredo Schnuettgen, alemão da cidade de Attendorn, frade franciscano. No site do CPP²⁹ Norte e Nordeste, encontramos as seguintes informações sobre o histórico da instituição:

A sensibilização e identificação com o trabalho pastoral de Frei Alfredo em defesa de pescadores e pescadoras, levou-o, então vigário de Fátima, Olinda/PE, a aproximar-se dos pescadores da praia do Carmo e, nesta praia, ele lançou a rede da Pastoral dos Pescadores. Com o apoio da CNBB e bispos como Hélder Câmara, Lamartine Soares, expandiu a atuação pastoral até o litoral norte paraibano, mais precisamente em Acaú e Pitimbu e no estado de Alagoas, persistindo na defesa dos pescadores contra o autoritarismo dos governos através da Marinha brasileira dentro das colônias e federação de pescadores. Assim, com a força das comunidades eclesiais de base, que fortaleciam os sinais de resistência que brotava das bases, Frei Alfredo continuava pescando homens e mulheres como Antônio Gomes, o Toinho Pescador, Anita Luna, Margarida Mousinho, Ambrósio. Que fortaleciam a

²⁹<https://cppnorte.wordpress.com/historico/> Acesso em 02 de jun. de 2015.

luta por dignidade, justiça social e ambiental, e transformação pela organização. Com esta base fundamentada na missão de Jesus e na opção pelos pobres, desencadeou o processo de conscientização sobre os problemas que permeavam o universo dos pescadores e pescadoras. Esta atitude iniciada em Pernambuco logo chamou atenção de outros atores, em outras regiões (norte, sul/sudeste) que se articularam na defesa desta categoria, que praticamente eram invisíveis para a sociedade (CPP).

Quando os trabalhos do CPP começaram a ser desenvolvidos no litoral pernambucano, a organização política de homens e mulheres que viviam da pesca era limitada, visto que as colônias eram regidas sob a égide da Marinha brasileira, em um período de ditadura civil militar instaurada no país. No entanto, “com a intervenção da Pastoral dos Pescadores, o escopo das lutas foi ampliado, abrangendo temas como a representação democrática, a comercialização, a aposentadoria e previdência social, etc.” (DIEGUES, 1995, p. 122). Para as mulheres a situação nesse período era ainda mais problemática, já que não tinham a autorização oficial para se registrarem como pescadoras. A chegada da Irmã Nilza em Pernambuco foi significativa para que essa realidade começasse um processo de mudança. O trabalho de observação e posteriormente de mediação e reuniões com mulheres pescadoras, nas quais eram discutidas as vivências, necessidades e problemas que enfrentavam, foi decisivo para que elas se organizassem.

4 Boletim O LEME e as Estratégias de Comunicação Popular

No campo das estratégias de comunicação do boletim, é possível observar que o documento atravessou as fases que foram apresentadas ao longo de quatro décadas de construção. Nos primeiros exemplares encontramos um formato bem simples, com desenhos feitos à mão, sem uma elaboração mais técnica, retratando situações cotidianas, celebrações religiosas e conflitos políticos e ambientais, pela busca de direitos e cidadania. As disposições e tamanhos das letras, assim como as ilustrações, revelam que havia certo cuidado em seu preparo, porém não parecia existir uma expertise em termos de técnicas de comunicação, ou uma experiência no uso de procedimentos de emissão das mensagens mais profissional. As publicações, em geral são curtas, com até 15 páginas, algumas eram narradas em formato de histórias, com começo meio e fim. Nessas, quase sempre a analogia com algum conto ou personagem bíblico estava presente.

Ao analisar a estrutura e a eficácia de materiais educativos elaborados por instituições não governamentais ligados à luta no campo, Inesita Soares de Araújo (1993) nos apresenta um breve, mas raro e importante balanço, sobre as estratégias utilizadas por entidades que buscavam uma comunicação rural alternativa aos meios convencionais de comunicação. A autora lembra que as pesquisas sobre esses instrumentos alternativos usados para a comunicação dos movimentos sociais eram sempre voltadas para a análise dos aspectos políticos e ideológicos, e que não consideravam os efeitos concretos com que essas mensagens eram recebidas e percebidas³⁰. Araújo (1993, p.41) chega a conclusões salustres, sua pesquisa mostrou que:

[...] os camponeses têm enorme sede de saber, de conhecer, de se informar. Isto os leva a esforços de superação das dificuldades de compreensão das mensagens. Em relação aos impressos, desenvolvem as mais variadas formas de leitura, que lhes garanta (mesmo aos que não sabem ler) o acesso aos conteúdos dos materiais escritos. Aqueles que participam de alguma organização (comunitária, sindical, religiosa, etc.) têm um sentimento de compromisso com as fontes produtoras (ou com quem leva os materiais de comunicação até eles), que os fazem redobrar os esforços de entendimento. Mas, nem a vontade de conhecer, nem o compromisso, conseguem fazê-los superar os obstáculos criados pela incompatibilidade do seu universo lógico e representativo com o outro universo que lhes é apresentado.

Considerando que na década de 1970, quando o periódico começou a ser produzido, a taxa de analfabetismo no Brasil entre a população com 15 anos ou mais, era de 33,7%, de acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil (INEP, 2003), e segundo O LEME, de agosto de 1979, esse índice entre os pescadores e pescadoras chega a cerca de 70%, o esforço do qual Araújo (1993) se refere em seu trabalho, certamente foi sentido por grande parte do público a quem O LEME se destinava. Este fato deve ser levado em consideração quanto ao alcance da mensagem passada pelo boletim.

Hoje, com a difusão da internet e da comunicação em tempo real, O LEME não tem a mesma expressão comunicativa que tinha nas décadas de 1970 e 1980 e as estratégias de comunicação alternativa do CPP não se limitam a ele. Segundo a jornalista da instituição, única responsável técnica pela publicação atualmente³¹, nos últimos dois anos só foram produzidos e publicados três exemplares do periódico.

³⁰ Importante salientar que o objetivo dessa pesquisa não é fazer um estudo de recepção da mensagem do LEME, contudo não poderíamos deixar de trazer as contribuições do texto de Inesita Soares de Araújo, pois sua leitura contribuiu de forma interessante para o nosso olhar acerca da relevância de uma investigação como essa, de forma que pontuaremos aqui sua contribuição para nossa pesquisa.

³¹ No período das três visitas a sede do CPP, de janeiro a abril de 2015.

Apesar disso, a comunicação da pastoral não deixou de ser ativa. As reuniões com pescadores e pescadoras ainda acontecem com frequência, atualizações por e-mails, blogs, vídeos no youtube e sites³², também fazem parte das suas estratégias atuais de comunicação.

Antes, no entanto, para falarmos do LEME como um instrumento de comunicação de uma instituição como o CPP, é preciso entender a relação estabelecida historicamente entre a Igreja e a Comunicação. Assim, Gomes (2004, p.71) avalia que:

Inegavelmente, o cristianismo, de modo particular a Igreja Católica, teve papel preponderante no desenvolvimento das ideias comunicacionais da América Latina. Notadamente a partir da década de 60, quando se estrutura no continente o pensamento teológico conhecido como teologia da libertação.

Nesse sentido, Joana Puntel (2001) realizou um levantamento da trajetória comunicativa da Igreja, em que afirma que durante séculos a relação da instituição com a comunicação viveu algumas fases, das quais ela trata de basicamente três. A primeira, no período inquisitório, é caracterizada pela repressão e censura da Igreja. “Nesta fase, a Igreja é a intermediária entre a produção do saber (não somente o teológico) e a sua difusão na sociedade” (2011, p. 223).

A segunda fase demonstra uma mudança de postura, há uma aceitação com desconfiança dos novos meios de comunicação. “O exercício do controle sobre a imprensa, a vigilância sobre o cinema e o rádio marcaram a trajetória da Igreja na época” (2011, p. 223). A rápida transformação da sociedade conduzia a Igreja, mesmo que sob resistência, a “adaptar-se aos novos tempos”. A Igreja começa a aceitar os meios eletrônicos e, sobretudo, fazer uso deles para passar adiante suas mensagens.

Na terceira fase, ainda segundo Puntel, a Igreja se encontra com a velocidade com que a sociedade se transforma no período do Vaticano II, a Igreja tenta adaptar-se a esse mundo contemporâneo. No que diz respeito à Comunicação, a mudança é brusca. No decreto de *Inter Mirifica*, dos dezesseis documentos publicados pelo Vaticano II, a Comunicação aparece pela primeira vez em um momento tão importante da Igreja como um concílio geral. Pela primeira vez também a instituição identifica o dever e o direito de utilizar os instrumentos de comunicação social (PUNTEL, 2011), quando diz no *Inter Mirifica*, capítulo I:

³² Seria necessária uma investigação mais específica para observar em que medida essas novas mídias atingem e a suas contribuições para a organização de pescadoras e pescadores.

A Igreja católica, fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo para levar a salvação a todos os homens, e por isso mesmo obrigada a evangelizar, considera seu dever pregar a mensagem de salvação, servindo-se dos meios de comunicação social, e ensina aos homens a usar rectamente estes meios. À Igreja, pois, compete o direito nativo de usar e de possuir toda a espécie destes meios, enquanto são necessários ou úteis à educação cristã e a toda a sua obra de salvação das almas; compete, porém, aos sagrados pastores o dever de instruir e de dirigir os fiéis de modo que estes, servindo-se dos ditos meios, alcancem a sua própria salvação e perfeição, assim como a de todo o género humano³³.

Puntel (2011, p. 227), no entanto, chama atenção para o fato do documento tratar dos instrumentos tidos como de “comunicação de massa”, como televisão, rádio, imprensa, cinema, como instrumentos de “comunicação social”, “sem dá nenhuma atenção às forças que articulam os meios de comunicação, por exemplo, anúncios, marketing, relações públicas e propaganda”. Desse modo, o documento recebeu duras críticas de correntes francesas, norte-americanas e alemães da Igreja, por ser considerado pro alguns como superficial e não refletir o desejo do povo. Ainda assim, Puntel observa que ao usar a expressão “comunicação social” ao invés de “comunicação de massa”, “mass media”, “técnicas de difusão”, entre outros termos técnicos, que implicam na massificação, como se fosse o fim do uso de algum instrumento de comunicação, para a autora:

Tal preferência baseou-se no fato de que o decreto queria referir-se a todas as tecnologias de comunicação; mas também usou um conceito de tecnologia que não se atenha apenas às técnicas ou à difusão destas, mas incluía os atos humanos decorrentes, que são, no fundo, a principal preocupação da Igreja em seu trabalho pastoral. A Igreja quis assumir assim uma visão mais otimista da comunicação frente às “questões sociais”. A comunicação não pode reduzir-se a simples instrumentos técnicos de transmissão, mas deve ser considerada como um processo de relacionalidade entre os homens (PUNTEL, 2011, p. 229)

Ainda para a autora, a maior contribuição do *Inter Mirifica* é sua opinião acerca do direito de informação, quando o documento afirma que: “é intrínseco à sociedade humana o direito à informação sobre aqueles assuntos que interessam aos homens e às mulheres, quer tomados individualmente, quer reunidos em sociedade, conforme as condições de cada um” (IM 5, apud PUNTEL, 2011, p. 229).

Nessa perspectiva, alas progressistas da Igreja Católica junto aos movimentos sociais se organizam no sentido de estabelecer uma comunicação popular como alternativa aos meios hegemônicos. Essa forma popular de comunicação, da qual O

³³Retirado do site do Vaticano: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html. Acesso em 28 de jul. de 2015.

LEME tem suas origens, começou a se desenvolver no Brasil e América Latina nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Segundo Cecília Peruzzo (2006, p. 2):

Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação.

Dentre esses grupos, Peruzzo ainda cita os “movimentos populares vinculados à Igreja Católica” (2006, p. 2). Segundo ela, tal movimentação tinha o objetivo de dar voz e representatividade aos socialmente excluídos, mobilizando-os na construção de uma narrativa crítica e emancipatória, que colocasse em pauta seus interesses e reivindicações, evidenciando e protagonizando questões políticas dos grupos subalternos, que não eram tratadas pela comunicação “tradicional”, principalmente em um período de ditadura e repressão. (PERUZZO, 2006; 2009).

Para Peruzzo (1994) falar em comunicação popular e alternativa é falar em cultura e, desse modo, demanda introduzir a dimensão do conflito presente no espaço onde a cultura se estabelece, especialmente, se levarmos em conta o período do surgimento e efervescência desse tipo de comunicação, anos de censura, repressão e, ao mesmo tempo, fortalecimento dos movimentos sociais.

Em síntese, a comunicação popular e alternativas e caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2006, p. 4).

Ao endossar o papel da instituição religiosa nesse processo, Puntel (1994, p. 128), afirma que: “a Igreja, sem rejeitar os meios de comunicação, enfatiza o uso da comunicação popular ou comunicação de grupo, como uma alternativa que leva em conta um processo dialógico e participativo de comunicação”. Sem embargo, Puntel (1994) também alerta para o uso convencional dos holofotes da grande mídia por parte de setores mais conservadores da Igreja, medidas não condizentes com a ação libertadora pretendida por outros grupos também pertencentes à instituição. Luiz Henrique Marques (2001) salienta o confronto interno presente dentro da Igreja no que diz respeito à abertura do diálogo e a democratização de suas instâncias. O autor dialoga

sobre a disputa de narrativas, em que se por um lado existem os conservadores, há algum tempo alinhados com o discurso comunicativo hegemônico, por outro lado, também há um setor mais progressista de teólogos da libertação resistindo a esse processo e incentivando o surgimento de um discurso contra-hegemônico.

Nesse sentido, Moraes (2010) cita a obra do filósofo marxista Gramsci, que desenvolveu uma teoria na qual argumenta que o poder das classes hegemônicas não reside apenas no seu domínio econômico, mas nas forças simbólicas e culturais que possuem na liderança do discurso político e ideológico predominante. Essas classes disputam o consenso “ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se” (MORAES, 2010, p. 55). A hegemonia de uma classe está no sua capacidade de estabelecer o *status quo*, legitimar sua política, ideologia, estética e cultura, na busca da persuasão e criação da consonância entre as demais classes subalternas (MORAES, 2007, 2010; GUINDANI; ENGELMANN, 2011).

Portanto, para manter a hegemonia, as estratégias discursivas são fundamentais, na medida em que abrem “caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade” (MORAES, 2010, p. 56). Isto é, enquanto aparelhos ideológicos, os veículos de comunicação são essenciais na construção e manutenção da ética vigente. Quem os detêm também detêm a tônica da narrativa, em uma disputa de “forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas” (MORAES, 2010, p. 73).

Dessa maneira também surgem movimentos que vão de encontro a essa hegemonia discursiva, em um processo de constantes conflitos nas arenas da sociedade civil, são as ações contra-hegemônicas, “cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista” (MORAES, 2010, p. 73). Ao tentar contestar a realidade comunicacional em vigor, surgem aparelhos alternativos de imprensa que não são comprometidos com os discursos predominantes. No período ditatorial o Pasquim (1969), foi o que mais se destacou, mas também houve os: “Posição (1969); Opinião (1972); Movimento (1975); Coojornal (1975); Versus (1974);

De Fato (1975); Extra (1984), dentre outros” (PERUZZO, 2006, p. 7). Nesse período também nascia O LEME. Sua primeira edição, de 1972, destacava:

Eis o primeiro número de nosso boletim que colocar-se a serviço do pescador para que serve o LEME? Não é para traçar o rumo do barco, dirigindo-o ao local que o pescador quer alcançar? Também o nosso boletim “O LEME” quer traçar um rumo, não para algum ponto do mar ou volta a terra. “O LEME” quer dirigir-nos para nós mesmo, para a nossa promoção.

Quando se referia ao modo como o periódico seria construído, ainda na primeira edição, salientavam:

Eis também o rumo que “O LEME” traçou, como órgão deste movimento. E quem vai pegar no LEME é você mesmo, colega pescador. Você mesmo vai indicar o rumo do boletim, enviando-nos relatórios escritos de experiência em Colônias, Cooperativas, Sociedade de Ajuda Mútua, Sociedades Benéficas etc. falando de suas dificuldades e de seus valores sobre a vida do pescador e sua praia, em sua família, em sua povoada e sua cidade... A partir dessa comunicação, “O LEME” vai ajudar a refletir, para que o pescador dirija-se a sua própria promoção!

Desse modo, a publicação e sua proposta de comunicação alternativa e popular como ação contra-hegemônica buscam “construir uma cultura de solidariedade social baseada numa ética de reciprocidade entre os sujeitos comunicantes” (MORAES, 2008, p. 61). O LEME tinha o objetivo de contribuir para a reflexão crítica da realidade difícil de trabalhadoras e trabalhadores da pesca, auxiliando no processo de ampliação de suas consciências políticas. Para isso, traçava suas estratégias comunicacionais através do protagonismo das vivências desses homens e mulheres pescadores (as).

5 As mulheres e O LEME

O LEME teve a sua primeira edição em 1972. Segundo seu primeiro número, no encontro regional dos pescadores em Olinda-PE, organizado pelo CPP e ocorrido entre os dias 13 e 16 de agosto de 1972, ficou acordado que O LEME faria parte de um movimento para a promoção dos pescadores, o texto enfatiza que boletim faria parte de:

Um movimento que quer ajudar o pescador a descobrir seu valor como pessoa, pai de família, esposo, profissional. Um movimento que quer colocar o pescador “de pé”, isto é, quer ajudá-lo a tornar-se gente, homem considerado e respeitado, e finalmente quer despertar nele o espírito associativo e de serviço.

Observa-se que a publicação, nesse primeiro momento, tem como objetivo atingir ao homem pescador, ele é o interlocutor e a quem O LEME volta suas principais pautas. Não obstante, também em sua primeira edição, encontramos a seguinte afirmativa: “A mulher também é gente! não haverá libertação, nem promoção do pescador sem a libertação, sem a promoção da mulher. O que estamos fazendo para dar vez à mulher?”. Isto é, ainda que o homem seja a figura central do boletim –, o que não é uma exclusividade apenas do seu discurso, menos ainda em 1972, visto que, como debatido anteriormente, a pesca ainda é uma atividade androcêntrica, até mesmo para o discurso governamental e os órgãos que são responsáveis pelas suas políticas (GERBER, 2013). Mesmo assim, já na primeira edição há uma preocupação em mencionar a mulher e afirmar que sem a sua libertação, também não haverá a libertação da classe, e segue questionando o que está sendo feito para dar voz a essas mulheres.

A partir desse universo de 120 edições do LEME, podemos inferir que as principais pautas do periódico são destinadas às demandas mais básicas do contingente que tinha como a pesca sua fonte de renda e seu modo de vida. Questões como direitos humanos, que aparece em várias edições, enfatizando que pescadoras e pescadores são pessoas dotadas de direitos e que esses direitos são fundamentais. Outros assuntos são recorrentes, como o direito de pescadoras e pescadores, enquanto classe, ocuparem as Colônias, as Federações e a Confederação, que durante grande parte do período ditatorial e em diversos cantos do país, estavam sob o comando de militares ou pessoas ligadas a esses, como salienta O LEME, os “pelegos”. A questão da conquista da Colônia como entidade representativa da classe norsteia, em grande medida, as publicações do boletim, durante as décadas de 1970 e 1980.

A legislação e as políticas públicas também são uma pauta importante na narrativa do LEME. Ao longo dos anos as legislações que envolviam a pesca artesanal e às políticas públicas voltadas para o setor foram debatidas pelo periódico, algumas edições chegam a constar as leis e decretos na íntegra, além de comentários com críticas e reflexões sobre os mesmos. É o caso da publicação de maio de 1979, que traz o decreto 81.563, de 13 de abril de 1978 na íntegra. Tal decreto autoriza a emissão do RGP para as mulheres, reconhecendo-as formalmente como pescadoras. O LEME também traz vários abaixo-assinados destinados a propor à criação de leis e políticas públicas. Geralmente esses documentos eram idealizados durante as reuniões do CPP com pescadoras e pescadores, e nasciam a partir de suas queixas.

As questões ambientais são uma constante nas discussões do LEME, principalmente no que diz respeito à poluição causada pelos resíduos sem tratamento despejados nos rios e mangues pelas usinas e engenhos de açúcar e por algumas fábricas. Essa poluição causava uma grande mortandade dos peixes e ia frequentemente em direção ao mangue, provocando doenças, sobretudo nas mulheres que estavam mais diretamente ligadas ao trabalho no manguezal. As questões de saúde e doenças laborais também são tratadas em diversas edições da publicação, enfatizando que a fome, especialmente nas décadas de 1970 e 1980 era a grande causadora das enfermidades que atingiam as pescadoras e pescadores. Esse fato ressalta que a pauta do LEME precisava ser construída a partir de questões elementares das vidas desses homens e mulheres.

Sendo a religiosidade um tema recorrente nas narrativas da publicação, Cristo é um personagem que surge como um exemplo de ética a ser seguida e uma inspiração. Em diversos trechos do boletim a perspectiva da teologia da libertação é usada para enfatizar a importância do trabalho coletivo e da união dos pescadores e pescadoras para o fortalecimento de sua classe, nesses momentos sempre é invocado algum personagem bíblico para conduzir a reflexão. Em algumas ocasiões também fica evidente a crítica ao capitalismo e seu espírito de individualidade. A retórica do periódico tenta em diversas passagens exaltar a relevância do trabalho coletivo para o fortalecimento de sua classe e para a conquista de direitos. Como na edição de dezembro de 1980, na qual a publicação critica: “O nosso sistema é amaldiçoado por Deus porque gera idolatria, egoísmo, a miséria, a fome, a morte [...] Aí o pobre fica contra o pobre ou então não confia mais em si. Este é o pior mal. Ah! Senhor, já estamos fartos de promessas!” (p.4). O despertar do compromisso com a coletividade e cooperação é sempre uma constante na pauta do LEME, por isso a ideia do amor ao próximo e da justiça são sempre citados em referências aos conceitos cristãos.

As narrativas que dizem respeito às mulheres pescadoras aparecem em 36 do total de 120 publicações identificadas e analisadas, como é possível observar na tabela com o mapeamento das notícias que está inserida em Apêndices (p.67). No texto elaborado, se destaca, dentre os principais temas que são abordados, a luta das mulheres para legitimarem-se enquanto pescadoras e pela sua inserção em espaços de luta, seja na Colônia, Federações e Confederação, ou em sociedades beneficentes. É importante atentar para o quanto ainda é atual a situação de vulnerabilidade das pescadoras, inclusive no que diz respeito ao agir governamental, que insiste em impor barreiras ao

reconhecimento e ao empoderamento dessas mulheres, como é o caso do decreto Nº 8.425, sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 31 de março de 2015 e publicado em abril, modificando os critérios e exigências para a obtenção do RGP, e assim dificultando ainda mais o acesso dessas mulheres a recursos e políticas públicas. Com relação a essa realidade, Gerber (2013, p.41) afirma:

É muito interessante pensarmos que o Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que dispõe de uma Secretaria Especial dos Direitos da Mulher, que preconiza a igualdade, a simetria dos direitos, em outras dimensões, como o Ministério da Pesca e o INSS, por exemplo, tem dificuldade em reconhecer estes direitos como iguais invisibilizando mulheres que estão em certos espaços concebidos como masculinos, por partir do pressuposto que, ali, elas não poderiam estar. O Estado constrói, portanto, dispositivos biopolíticos de hierarquização onde um homem é reconhecido como pescador, mas onde uma mulher, que desempenha o mesmo trabalho, para ser reconhecida como pescadora e ter, por exemplo, o direito à aposentadoria, precisa constituir provas, entre as quais, que é filha ou mulher de pescador. Por si só, não se basta.

A política sexista do Estado está distante de uma solução favorável às pescadoras. Em 2016 a Secretária Especial de Políticas Para as Mulheres e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foram aglutinados ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), respectivamente. Evidenciando o parco comprometimento do atual governo com essas pautas. Ainda em fevereiro 2016, o congresso retirou a perspectiva de gênero das atribuições do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, afetando lutas históricas dos movimentos feministas e expondo o conservadorismo e a ausência de empenho do poder legislativo em erradicar as violências de gênero.

Questões que comprometem a saúde, assim como doenças causadas pelas atividades laborais³⁴, também são narradas pelo periódico, e aparecem a partir das denúncias que pescadoras levantavam nas reuniões com os agentes da pastoral. A fome, a miséria, o trabalho em condições precárias e a poluição surgem como as principais causas. O LEME, de maio de 1974 (p. 4), traz uma retrospectiva de uma dessas reuniões em que eram debatidas as demandas das pescadoras, dentre os principais problemas listados por elas, estão:

³⁴ Tema de uma pesquisa coordenada pelo GPDESO, com o apoio da UFSC, UFBA, UFPA e UFPB, a qual realizaram grupos focais com pescadoras de Colônias de Pescadores de Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba e Pará. Os resultados da pesquisa foram publicados na cartilha: Gênero e Pesca Artesanal em Leitão (2012); no artigo: Gênero, Pesca e Cidadania em Leitão (2013).

As suas condições de trabalho são muito mais miseráveis, pescando no mangue, entrando na lama às vezes até o pescoço, parecem mais caranguejos do que pessoas humanas; a renda da pescadora é ainda mais baixa do que a do homem; Águas poluídas e insetos prejudicam seriamente sua saúde; Elas não têm nenhuma segurança porque não estão incluídas na lei de previdência social.

Stadtler (2013, p. 1) lembra que “pescadoras brasileiras têm em comum com outras trabalhadoras a histórica de luta pela sustentabilidade da pesca como economia familiar, direitos trabalhistas e previdenciários, e ainda a constante luta em combate à poluição e degradação ambiental”. A autora segue elencando alguns problemas que historicamente contribuem para as adversidades das pescadoras, tais quais: “a ausência de saneamento, o derramamento químico de indústrias e agrotóxicos, o lixo que somados a falta de fiscalização pública originam uma poluição tal que traz para as pescadoras consequências sérias para saúde”.

Ainda nesse sentido, O LEME, de novembro de 1982, apresenta uma edição sobre o encontro entre as pescadoras e os agente do CPP, ocorrido em 10 de outubro daquele ano, com o objetivo de discutir sobre saúde e plantas medicinais. Na ocasião, a negligência do poder público com a saúde dos mais pobres; a fome e miséria que causam diversas enfermidades; e as doenças laborais provocadas pelas difíceis condições de trabalho, pela poluição e por elas trabalharem submersas nos mangues e estuários, na catação de mariscos, são questões discutidas e mais uma vez denunciadas.

Embora os últimos anos, em particular a última década, tenham sido marcados por avanços socioeconômicos e pelo início da frágil e tímida distribuição de renda, alguns aspectos da omissão da administração pública com a saúde dessas mulheres continuam semelhantes, como salienta Stadtler (2013, p. 3):

Todos os profissionais da saúde, especialmente da pública, deveriam perguntar a seus pacientes: *qual a sua profissão?* Os prontuários e os registros, até o presente, avaliados nos Programas de Saúde da Família locais, contém apenas nome, endereço e, às vezes, um documento de identificação. Falar em doença do trabalho é buscar a prevenção para eliminar os riscos e as condições para recuperação da trabalhadora. Deveriam, também, registrar informações sobre diferenças em saúde associadas à raça, classe e gênero. Observamos assim que a pessoa fica em segundo plano.

Como ressaltado por Stadler, a categoria raça tem aspectos importante a serem tratados, bem como gênero e classe, isso porque como afirmam Barbosa e Fernandes (2004, p. 37):

O perfil epidemiológico da população negra é marcado por singularidades, tanto do ponto de vista genético, como das condições de vida que geram

diferenças no processo de adoecimento, cura e morte. Esse perfil é marcado pela mortalidade precoce, discriminação na assistência e pela qualidade dessa assistência, de acordo com diferentes estudos que atestam, incontestavelmente, a existência de desigualdades raciais em saúde.

No que diz respeito às mulheres negras, o estudo de Barbosa e Fernandes (2004), aponta que a hipertensão arterial, a anemia falciforme, a diabetes e a morte materna por toxemia gravídica são algumas das doenças que mais as atingem. Nesse sentido, Stadler (2013, p. 10) destaca que:

A discriminação e a exclusão aumentam na mulher pescadora e negra sua susceptibilidade à violência dirigida a si própria e aos outros, aos hábitos de vida insalubres, como o tabagismo e alcoolismo, por exemplo, e à dificuldade em desenvolver estratégias positivas de enfrentamento do estresse, o uso sistemático de métodos e procedimentos preventivos.

A ausência de reconhecimento institucional da profissão de pescadora é um assunto marcante também no discurso do LEME. Está presente nos primeiros anos do boletim, quando as mulheres ainda não tinham sua profissão reconhecida pela SUDEPE, mas também está presente na narrativa sobre a burocratização nas exigências para se comprovar sua profissão. Nesse sentido a publicação, de dezembro de 1980, conta:

Em Itapissuma as pescadeiras estão fazendo um grande esforço para tirar documentos. Os primeiros documentos de pescadeiras que foram para a SUDEPE ficaram lá quase 6 meses. Diziam que não conheciam o decreto do presidente da República que autorizava a SUDEPE documentar as pescadeiras. Um grupo de 12 pescadeiras se cansou de esperar e resolveu vir até a SUDEPE, os documentos chegaram em 15 dias. Hoje já estão documentadas na área de Itapissuma 220 pescadeiras. A Colônia dá todo apoio. [...] As pescadeiras que têm documento estão animando as que não têm para tirar (p.8).

O discurso religioso, como não poderia deixar de ser, permeia toda narrativa do boletim. Esse discurso, ora progressista ora conservador, dá o tom da imagem que o periódico erige da mulher pescadora. No LEME, de setembro de 1979, há uma reflexão acerca dos papéis de gênero, a frase que norteia a discussão seria: “A mulher foi tirada da costela do homem para batalhar juntos”. Este número do boletim é dedicado a reproduzir uma reunião entre os agentes da pastoral e as pescadoras para debater o que é ser mulher. A publicação segue afirmando “não há diferença entre homem e mulher. A diferença está no corpo. A mulher foi tirada da costela do homem, mas não é para ela ficar por baixo e ele ser superior” (p.4). Sem embargo, na página seguinte há outra afirmação que reforça o patriarcado e o conceito de mulher cuidadora, abnegada, incompleta, que só se torna digna de respeito se estiver ao lado de um homem: “A mulher é a beleza do homem. Ela se sente muito feliz ao lado dele. Pois ele é uma

segurança para ela. Se ela tem um companheiro todo mundo respeita”. Nesse sentido, as conclusões do LEME acabam por reforçar o papel coadjuvante da mulher e seu lugar eminentemente pertencente à esfera doméstica, do cuidado e devotamento.

Maria Rosado Nunes (1992, p. 7) ao discutir a obra de Elisabeth Schussler Fiorenza, indica que:

Para a autora, hierarquia e submissão não se constituem como partes da missão cristã primitiva e, muito menos, do "discipulado de iguais" em torno de Jesus. As tentativas de adaptar-se à ordem patriarcal, pela assunção do modelo familiar greco-romano, ocorrem quando os cristãos se tornam suspeitos de subversão política, justamente por causa de seu igualitarismo. A patriarcalização da comunidade cristã aparece então a Fiorenza como uma estratégia de sobrevivência da Igreja dentro de uma sociedade patriarcal.

Não obstante, o boletim também incentiva a participação política das mulheres nas colônias e outras instâncias de decisão, inclusive sinalizando para a situação de mais precariedade e vulnerabilidade social em que as mulheres viviam na pesca, se comparadas aos homens. Todavia não existia uma condenação consistente ao machismo, por vezes até reforçado em sua retórica, isto é, de modo geral, a narrativa é reticente quanto à crítica ao patriarcado, fica sempre por dizer que o machismo era de fato um mal a ser combatido e superado, mesmo que o trabalho de assessoria às pescadoras existisse e visasse à conquista de seus direitos e melhores condições de vida para elas.

Os relatos sobre as lutas das mulheres são vários e o entusiasmo é evidente, existe inclusive a afirmação de que não pode haver hierarquia entre homens e mulheres. Um exemplo está na edição de setembro de 1982, em que na pág. 10 são ilustradas quatro pirâmides hierárquicas para esboçar como a sociedade é dividida em classes e estamentos. Em uma delas aparece a pirâmide da família, na qual o homem aparece no topo, seguido pela mulher e pelos filhos. Na mesma página a publicação tece uma crítica a essas estruturas de opressores e oprimidos, e afirma: “Jesus veio dizer que não é assim. Somos todos irmãos porque Deus é o pai de todos. Jesus desmantelou o desenho que os “chefes” colocaram em nossas cabeças. O reino dos céus é como uma grande ciranda”. Apesar disso, notamos que esses posicionamentos são parcos e espaçados, ou seja, o boletim não se dedica de forma assídua e persistente a combater o sexismo, fonte da divisão sexual do trabalho e suas consequências para a marginalização da mulher dentro de uma atividade cercada por injustiças e precarização.

6 CONCLUSÃO

O boletim informativo do Conselho Pastoral da Pesca, O LEME, nasce em 1972 com a proposta de impulsionar e dar voz a um movimento que buscava a emancipação dos pescadores. O seu surgimento, durante a ditadura civil militar é momento de repressão, mas também de efervescência de grupos progressistas em toda América Latina, alguns influenciados pela metodologia da teologia da libertação e sua opção pelos mais pobres, como é o caso do CPP. Nessa conjuntura, a pastoral assumiu uma posição de assistência e assessoria para pescadoras e pescadores artesanais quando o Estado, apesar de vigilante e autoritário, era ausente em política pública.

Pescadoras e pescadoras artesanais fazem parte de um contingente historicamente marginalizado pelo Estado brasileiro. Isso porque a pesca enquanto atividade econômica foi preterida pela economia baseada na monocultura e no latifúndio, sendo atividade principal, mais acentuadamente, de grupos oprimidos, tais como negros e indígenas, sobretudo no Norte e Nordeste brasileiro. Este estigma histórico reflete na falta de dados estatísticos sobre a pesca e, conseqüentemente, de uma política mais sólida para o setor (VASCONCELLOS, DIEGUES, SALES, 2007), mantendo a situação de vulnerabilidade dos que sobrevivem dessa atividade.

As mulheres pescadoras são ainda mais prejudicadas nesse cenário de precariedade, uma vez que sofrem opressões estruturais de classe, raça e gênero que se interseccionam e se agravam pela falta de políticas públicas que efetivamente rompam com esse ciclo de assimetrias. O LEME conta parte importante da história de luta dessas mulheres, que mesmo marcada pela divisão sexual do trabalho e suas conseqüências na precarização e invisibilidade dos trabalhos exercidos por elas, obtiveram conquistas fundamentais, como o acesso ao RGP e presidências de Colônias, vitórias que estão registradas em seu acervo como parte de uma história marginal, que precisava ser resgatada.

Nossa análise buscou resgatar as mulheres na narrativa do LEME, por entendermos que as adversidades que elas enfrentam são realidades que precisam ser colocadas em evidência para que possam ser combatidas. Percebemos ao longo da

pesquisa que se investiga parcamente sobre essas mulheres, sobretudo, ao que concerne a relação que a opressão que elas sofrem tem com os elementos intrínsecos a sua raça, não apenas a sua classe e gênero. Isto foi evidenciado pela falta de bibliográficas que discutissem a situação das pescadoras pelo viés teórico feminista interseccional.

Vemos uma lacuna que precisa ser analisada e estuda em profundidade com pesquisas futuras, pois esta apenas deu um passo inicial, e está longe de exaurir toda a complexidade das problemáticas e enfrentamentos das mulheres negras e pescadoras. Os indícios históricos levantados pelo LEME nos apontaram para uma realidade que já havia sido motivo de inquietude em outras pesquisas do GPDESO, mas que faltava um suporte teórico e até mesmo estatístico que nos corroborasse. Entendemos, porém, que adotar esse caminho investigativo seria necessário para nos aproximar da realidade dessas mulheres.

A análise do LEME revelou que havia uma preocupação dos agentes do CPP com as condições ainda mais problemáticas das mulheres pescadoras. As trinta e seis notícias e reflexões identificadas e mapeadas sobre estas mulheres mostram a tendência da instituição em promover suas lutas por direitos e pela ocupação de espaços de poder e decisão. O trabalho de assistência da pastoral, certamente, foi e ainda é importante na articulação e organização política e das pescadoras, e O LEME foi importante instrumento de ressonância e difusão dessas articulações.

Contudo, é importante destacar que as demandas das mulheres eram apenas uma das pautas do LEME e do trabalho do CPP. As atividades da pastoral, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, período com maior número de exemplares do boletim investigados, eram voltadas para demandas muito básicas, uma vez que grande parte dos pescadores e pescadoras não sabia ler e escrever, não possuíam documentos pessoais de identificação, e estavam sob a tutela do Estado ditatorial, sem ao menos representantes legítimos ocupando a presidência das Colônias, Federações e Confederação, o que tornava as necessidades e reivindicações ainda mais distantes de serem alcançadas, isto é, a luta se concentrava em questões primárias, como a superação da miséria.

A pesquisa também revelou que a retórica religiosa do boletim torna o discurso com relação à emancipação e ao empoderamento das mulheres reticente. Ora busca a ruptura dos padrões machistas na pesca, ora reforça padrões de comportamentos sexistas

e patriarcais, criando um paradoxo de progresso e conservadorismo peculiar de um movimento que se propõe a lutar por avanços sociais seguindo tradições de uma doutrina milenar, como a cristã.

Ainda assim é inegável a contribuição do CPP e do LEME para algumas conquistas das mulheres no cenário da pesca. Principalmente se considerarmos que a instituição esteve presente com assistência e assessoria onde o Estado não era apenas ausente, mas repressor e lesivo. Compreendemos que ações como a da irmã Nilza Motenegro em Itapissuma foram significativas à organização e luta dessas mulheres.

Por fim, podemos inferir que a situação das mulheres pescadoras continua sendo mais precária dentro de uma atividade marcada historicamente por estar à margem da política econômica governamental, ainda que sem os trabalhos delas, sejam na esfera doméstica ou nas demais etapas da cadeia produtiva, a pesca não se reproduza (GERBER, 2013). É necessário, com urgência, que as mulheres sejam vistas e contempladas por políticas públicas, que saiam da “invisibilidade” imposta não apenas pelas relações generificadas na pesca, mas pelo próprio Estado, que sejam elas próprias reconhecidas enquanto pescadoras, e não apenas como esposas, filhas ou parentes de pescadores.

7 Referências

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma e MELLO, Alex Fiuza de. (Org). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993, v. 1, p. 63-81.

ARAÚJO, Inesita Soares de. Comunicação popular rural - o meio, a mensagem e o camponês. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n.58, p. 41-44, 1993.

ASSUNCAO, Viviane. K.; Andrade Leitão, Maria R.F.; INÁCIO, Pedro Henrique D. Comer mais e melhor: os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadoras artesanais de Pernambuco. **Revista de Antropologia** (Online), v. 4, p. 336-353, 2012.

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. CEPAL, SPM, Brasília. Janeiro, 2005 (p 03-33).

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja Cariacica (1973-1989)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2007. 207 p.

BARBOSA, Maria Inês da S., FERNANDES Valcler R. **Afirmando a saúde da população negra na agenda das políticas públicas**. I Seminário Saúde da População Negra. São Paulo. 2004. Disponível em: http://www.mulheresnegras.org/doc/livro%20ledu/037-052ValclereMaria_Ines.pdf. Acesso em 20 de mar. De 2016.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, Jul./Dez. 2015.

BRASIL, Secretária Especial da Pesca. 3ª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 03 de jul. de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p.

CANDIOTTO, Jaci. A teologia da criação na perspectiva das relações de gênero. **Estudos de Religião**, v. 24, n. 39, 214-234, jul./dez. 2010.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes; Tauk Santos, Maria Salett. Extensão Pesqueira e Gestão no Desenvolvimento Local. In: Prorenda Rural - PE. (Org.). **Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos**. 1ed. Recife: Bagaço, 2003, v. 1, p. 223-236.

CARNEIRO, Sueli “Mulheres em movimento”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p. 117-133.

_____. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero. In: **Racismo Contemporâneo** (org.) Ashoka e Cidadania Empreendimentos. Rio de Janeiro: Takano Ed. 2003. Coleção Valores e Atitudes. Serie Valores nº 1.

COELHO, Clair. C. Gênero e Políticas Públicas. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia Regina de O. (Org.). **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, v. p. 147-159.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Decreto Apostolicam Actuositatem**: Sobre o Apostolado dos Leigos. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html. Acesso em 13 de jul. de 2015.

CRENSHAW, K. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

CRUZ, Maria Isabel da. **A Mulher na Igreja e na Política**. São Paulo: Outras Expressões. 2013.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto. 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Povos e mares**. São Paulo, Nupaub/USP, 1995.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. in: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. Páginas: 59 a 83.

FERNANDES, Juliane Cristina Caron; CANDITTO, Jaci de Fátima Souza. A importância dos Movimentos Eclesiais para o protagonismo das mulheres na igreja. **Caderno Teológico da PUCPR**, Curitiba, V.2, N.1, P.135-148, 2014.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Equidade de gênero e saúde das mulheres. **RevEscEnferm USP** 2005; 39 (4): 450-9.

FOX, Veronica del Pilar P. **Pesca artesanal e o desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores – MONAPE (1990-2009)**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação, Recife, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRUTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 19ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

GERBER, Rose Mary. **MULHERES E O MAR: Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal nolitoral de Santa Catarina, Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Florianópolis. 2013. 418 p.

GOES, Lidiane de Oliveira. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2008.

GOMES, Pedro Gilberto. Contribuições do cristianismo para as ideias comunicacionais da América Latina. In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina. (Org.). **Teoria da Comunicação**. Antologia de Pesquisadores Brasileiros. 1a.ed. Porto Alegre: Sulina, 2004, v. 1, p. 237-256.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Org.). **Agroecologia; Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 71-99.

GONH. Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004.

GUINDANI, Joel Felipe; ENGELMANN, Solange I. A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST). **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 1, p. 61-70, 2011.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Itapissuma-PE Histórico**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260775>. Acesso em 10 de abril de 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística). **A mulher no mercado detrabalho: Perguntas e respostas**. Pesquisa mensal de emprego- PME, 2012. Disponível:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf. Acesso em: 13 de jul. de 2015.

INÁCIO, P. H. D.; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade . PESCA, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma introdução à história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco. In: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Maria Helena Santana Cruz (Organização). (Org.). **Gênero e Trabalho**: diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais. 1ed. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2012, v. Único, p. 171-191.

INEP. <http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>. Acesso em 24 de nov. de 2015.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In TEIXEIRA, Marli, Et al. (org.). **Trabalho e cidadania para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo, 2003. p. 55-64.

LAESER- Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Estatísticas e Sociais das Relações Raciais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Boletim Mensal**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/tempo%20em%20curso/TEC%202014-02.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2015.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da Perspectiva de Gênero ou Instrumentalização das Mulheres? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro/2010, p. 901 – 912.

LEITÃO, Maria do Rosário Fátima Andrade. Gênero e Políticas Públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: Angelo Brás Callou Fernamdes e Maria Sallet Tauk. (Org.). **Comunicação, gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Tradicionais**. Recife: FASA, 2009, v. 1, p. 161-174.

_____. Gênero, geração e políticas públicas na pesca artesanal. In: **Diversidades**: dimensões de gênero e sexualidade. (Org) RIAL, Carmem. PEDRO, Joana Maria. AREND, Silvia Maria Fávero. Ed. Mulheres. Santa Catarina. 2010.

_____. **Gênero e pesca artesanal**. Recife. Ed. Liceu 2012.

_____. Gênero, Pesca e Cidadania. In: Amazônica. **Rev. Antropologia**. (Online), Belém, UFPA, 5 (1): 98-115, 2013 a.

_____. Gênero e trabalho: oficinas com mulheres pescadoras do litoral ao sertão de Pernambuco. In: **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca**: ambiente e reconhecimento/ SCHERER, Elenise (org.). – 1.ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013 b.

LOWY, Ilana. Ciências e gênero. In: Hirata, H. et al., **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, Editora da Unesp, p. 40-44. 2009.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia**, Belém, v. 11, n.2, p. 145-166, 1995.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Denis, ÁLVARES, Maria Luiza M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

MARIANO, Silvana A., CARLOTO, Cássia M. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Revista Sociedade e Estado** – Vol. 28 n. 2 Maio/Agosto 2013.

MARQUES, L. H. . Políticas de comunicação da Igreja Católica na América Latina e no Brasil: entre a indefinição e o conservadorismo ao "namoro" com a cultura de massa. **Mimeses** (Bauru), Bauru, v. 22, p. 43-53, 2001.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemônica: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?):repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, vol. III, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-399.pdf>. Acesso em: 14 de jun. de 2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil do trabalho decente no Brasil**: um olhar sobre as unidades da federação. 2012. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf. Acesso em: 10 de jul. de 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

PERUZZO, Cecília Maria K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – Brasília. 6 a 9 de setembro de 2006.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

_____. Comunicação popular em seus aportes teóricos. In: PERUZZO, Cecília. **Comunicação e culturas populares**. São Paulo. INTERCOM, 1995. p. 27-41.

PUNTE, Joana T. A Igreja a caminho da Comunicação. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2 p. 221-242, jul./dez. 2011.

_____. **A Igreja e democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (org). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p.21-41.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Balço histórico das lutas dos pescadores e pescadoras artesanais em Pernambuco**: algumas questões para o debate. In: V Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2012, Belém, PA. Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflito, 2012. p. 1-16.

ROSADO- NUNES, Maria José F.. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu**. n. 16: pp.79-96. 2001.

_____. De Mulheres e de Deuses. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 05-30, 1992.

SARDENBERG. Cecília M. B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres. NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SCOT. Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA, Sandra Duarte de, REVISTA MANDRÁGORA: Gênero e Religião Nos Estudos Feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, N.12. E: 264, setembro-dezembro, 2004.

SILVA, J. S.; CALLOU, A. B. F. A Extensão Pesqueira no Projeto Prorenda Rural - PE: o caso da colônia de pescadores de Pontas de Pedra Z-3, Goiana/PE. In: Prorenda Rural - PE. (Org.). **Extensão Pesqueira: Desafios Contemporâneos**. Recife: Editora Bagaço, 2003, v. 1, p. 43-66.

SILVA, Katyanne Rocha da; ALBUQUERQUE, Luís Eduardo Moraes de. A importância das Comunidades Eclesiais de Base na formação política do povo morruense. **Anais dos Simpósios da ABHR**, Vol. 13. São Luiz. 2012. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/374/308>. Acesso em 07 de jul. de 2015.

SIRY, Bernardo. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: PRORENDA-Rural-PE (Org.). **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos**. 1 ed. Recife: Bagaço, 2003, v. 1, p. 27-42.

STADTLER, Hulda. Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. In: **Desafios Atuais dos Feminismos**, (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

_____. Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde. **Revista Retratos de Assentamentos**, v.18, n.1, 2015.

TORRES, Iraíldes Caldas. **Recorte histórico da comunidade Divino Espírito Santo**. In: O ethos das mulheres da flores. Org. TORRES, I.C. Amazonas. 2012.

VAN DIJK, Tuen. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato R. Limites e possibilidades da pesca artesanal costeira. In: Costa, Adriane. (Org.). **Nas redes da pesca artesanal**. 1ed. Brasília: IBAMA, 2007, v. 1, p. 15-63.

WAISELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª Ed. Brasília – DF, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf acesso em: 15 de fev. de 2016.

WOORTMANN, Ellen. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 15 n.2, Florianópolis maio/ago. 2007.

Sites

<http://www.fao.org/FOCUS/S/fisheries/women.htm>

<https://cppnorte.wordpress.com/historico/>.

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html

8 APÊNDICES

8.1 APÊNDICE 1 –Mapeamento das notícias sobre mulheres em O LEME 1972-2004

JORNAL O LEME									
Data	Ano	Nº	Pag.	Título	Tema	Ilustração	Síntese de temas	Observações	Estratégia de Comunicação
1. 1972	1	1	6	Boletim periódico rumo à promoção do pescador	Apresentação do LEME	Um barco, enfatizando o leme	O que O LEME, qual o objetivo, como nasceu, as contribuições da APESAR- Associação dos Pescadores de Santa Rita, apara que serve uma associação de ajuda mútua	“A mulher também é gente! não haverá libertação, nem promoção do pescador sem a libertação, sem a promoção da mulher. O que estamos fazendo para dar vez à mulher?”	Chamadas de notícias de algumas colônias da RMR e de Maceió.
2. Agosto de 1973	2	1	14	Boletim periódico rumo à promoção do pescador	2º Encontro regional dos pescadores	Capa: um pescador em uma jangada	Principais pautas do encontro: INPS e PRORURAL; Porque são tão poucos pescadores que gozam dos benefícios da Previdência Social; Como aproximar a Mulher pescadora pra as discussões políticas da pesca?	“Em Ponte dos Carvalhos- PE, um grupo de mulheres está se organizando. Seria interessante levar algumas delas a outras praias, para trocarem ideias sobre suas vidas e trabalho” (p.13)	Roteiro dos principais pontos debatidos no encontro com comentários.
3. Dezembro de 1973	2	3	8	Boletim periódico rumo à promoção do pescador	Natal: nascimento de Cristo libertador	Maria e o menino Jesus	A vida de Cristo. O que é ser livre? A importância da cooperação para se libertar e se fortalecer.	“Os companheiros de Ponte dos Carvalhos receberam em sua sociedade as PESCADEIRAS de mangue e rio. Também elas já fizeram um dia de estudo, apresentando sua vida dura de trabalho no mangue, sua luta tremenda pela sobrevivência...” (p. 7)	A vida de Cristo como caminho para a libertação

4. Maio de 1974	2	7	10	Pescadores rumando para sua promoção	3º Encontro de Pescadores Regional de Olinda	Capa: uma ancora	Principais pautas do encontro: dificuldade diante do INPS e PRORURAL; Carta ao presidente da república; Projeto “PESCART” da SUDEPE; Organização de nosso Movimento “O LEME”.	Principais problemas listados pelas pescadoras: As suas condições de trabalho são muito mais miseráveis; Pescando no mangue, entrando na lama às vezes até o pescoço, parecem mais caranguejos do que pessoas humanas; a renda da pescadora é ainda mais baixa do que a do homem; Águas poluídas e insetos prejudicam seriamente sua saúde; Elas não têm nenhuma segurança porque não estão inclusas na lei de previdência social. (p.4)	Roteiro dos principais pontos debatidos no encontro com comentários.
5. Abril de 1975	3	1	6	Boletim periódico rumo a promoção do pescador	Então Jesus ressuscitado disse “venham comer comigo”	Jesus preparando um peixe na praia	Notícias das colônias e evangelização para conscientizar sobre a importância de partilhar e não ser individualista.	Em Ponte dos Carvalhos as pescadeiras (Mulheres) lançaram-se numa luta comum para construir suas casinhas. Em verdadeira amizade elas juntas, preparando a massa, carregando tijolo e telha, cavando os alicerces e fazendo aterro com o carrinho de mão... (p. 3)	Evangelização juntamente com os exemplos reais dos pescadores e pescadoras

6. Maio de 1975	3	2	12	Pescadores rumando para sua promoção	Continuar sempre lançando rede	Capa: pescador lançando uma rede de pesca	Pautas do 4º Encontro Regional dos pescadores e pescadoras: Previdência Social; Condições de trabalho; Construção de casas; A luta das pescadoras.	Precárias condições de trabalho das mulheres; Diferenças dos trabalhos dos homens no mar e das mulheres nos mangues, Por causa da dupla jornada de trabalho exaustiva não têm condições de educar os filhos, Convivem com as águas poluídas pelas usinas; As dificuldades que enfrentam por não serem reconhecidas como pescadoras, busca do reconhecimento no PRORURAL e na Marinha (p. 1,2, 3 e TODO O LEME!!)	Roteiro dos principais pontos debatidos no encontro com comentários. Reflexões bíblicas.
7. Abril de 1977	5	27	5	Pescadores rumando para sua promoção	Cristo ressuscita no pescador	Várias ilustrações com temas religiosos e retratando momentos da rotina dos pescadores	Pascoa e notícias das praias e locais onde o CPP desenvolvia seus trabalhos	Em Itapissuma a Sociedade de Ajuda Mútua – SAMPESI- muda o estatuto para acolher as pescadoras	Pregação e notícias com ilustrações

8. Julho de 1977	5	29	05	Pescadores rumando para a sua promoção	No Encontro das Pescadeiras	Uma mulher no Mangue capa	<p>Descreve o encontro em 29/05/1977, Seminário de Olinda</p> <p>Evangelho - Maria visita Isabel analogia a vida das pescadoras</p> <p>Descrição do cotidiano das mulheres de Itapissuma, Itamaracá e Pontes dos Carvalhos</p> <p>Benefícios da Maré</p> <p>Problemas- inclusive não reconhecimento das mulheres</p> <p>Uma letra de música.</p>	Necessidade maior número de encontros	Analogia a vida de Maria e Isabel com as das pescadeiras e as ilustrações
9. Abril de 1978	6	34	09	Pescadores Rumando Para Novas Águas	Por que não reconhecem a profissão de Pescadeira?	Mulher com peixe (capa) Pag. 7 ilustração Marinha	<p>Reunião em Itapissuma e Itamaracá e Ponte dos Carvalhos 9/04/1978</p> <p>Doenças/ INPS e Sociedade Mútua e Sindicato - explicação</p> <p>INPS - explicação</p> <p>FUNURAL - explicação</p> <p>Falta de Direitos/ convocação a lutar por eles</p>	<p>Decisão de Itamaracá: as pescadoras vão se reunir todos os meses, um mês em cada localidade.</p> <p>Ponte dos Carvalhos dará notícias das reuniões</p> <p>Entrará em contato com outras marisqueiras</p>	As próprias ilustrações, no modelo de história em quadrinhos

10. Março de 1979	Ano 7	42	8	Pescadores e Pescadeiras rumando para novas águas	Cadê a documentação de vocês?	História em quadrinhos	Reunião em 18 de fevereiro em Itapissuma, com 25 pescadoras para discutir a legalização da profissão para as mulheres. A importância de ter a documentação para a garantia dos direitos. A dificuldade impostas pelo Estado para a obtenção dos documentos (quantidade, burocracia e valor, muito caro, elas não podiam pagar o valor exigido)	“Agora que a profissão de pescadeira já foi legalizada pela lei n 81.563, de 13 de abril de 1978, todas nós podemos ter nossa Carteira Profissional”. (p.6) As pescadeiras de Itapissuma resolveram ir até Recife para pedir satisfação ao delegado regional da SUDEPE, pelo atraso no despacho das carteiras de pescadiras” (p. 8)	História em quadrinhos
11. Março de 1979	Não 7	4	14	Suplemento nº4	Eles matam nosso rio e matam a gente de fome	Um homem peixe que lembra fome e miséria	Texto da CNBB que faz um levantamento e uma reflexão sobre a história da pesca no país, com uma linguagem academia, bem densa.	“Uma dessas mudanças seria o aumento do número de mulheres pescadeiras, que se dedicam à pesca de pequenos peixes e à coleta de ostras e sururu nos mangues e nos rios da zona da mata. A atividade das marisqueiras é sem dúvida tradicional, mas não parece improvável que em certas zonas ela se tenha intensificado à medida que se reduzia o produto da pesca masculina. Nesse sentido, o aporte financeiro trazido pela pesca das mulheres vem se transformando, deixando de ser uma atividade complementar para se tornar a tarefa principal de manutenção econômica da família”. (p.7)	
12. Maio de 1979	Ano 7	5	10	Suplemento número 5		Pescadoras indo tirar o RGP e se deparando com a quantidade excessiva de documentos que precisariam	Lembra como foi a luta das mulheres pelo RGP e as dificuldades enfrentadas por elas no dia a dia, a pobreza e as especificidades de ser mulher pescadora. Assinado pela Irmã Nilza. O trabalho de evangelização e conscientização das mulheres sobre o valor que elas têm. Esse número do LEME traz o decreto	“Um grupo de pescadeiras que havia enviado seus documentos desde novembro do ano passado à SUDEPE em fins de março decidiu ir até Recife reclamar pessoalmente do Delegado Regional da SUDEPE, a longa demora. Surpreendido pela atitude corajosa dessas pobres mulheres, deu ordem imediata para que fossem atendidas sem demora”. “E que pensar da SUDEPE que deixou o	

							81.563 na integra.	decreto do presidente da república engavetado, desde abril de 1978...?" (p.7)	
13. Junho de 1979	Ano 7	44	11	Pescadores e Pescadeiras rumando para novas águas	Que bandeira é esta que vamos levar? É do senhor São Pedro pra se alevantar	Pescadores e pescadoras carregando o andor com a imagem de São Pedro	SAMPESI- Sociedade de Ajuda Mútua de Itapissuma e sua importância para a organização da comunidade. - A organização da festa de São Pedro pela própria comunidade	As mulheres de Itapissuma aparecem como protagonistas na narrativa sobre a festa de São Pedro	A história da organização da festa é contada em formato de quadrinho.
14. Setembro de 1979	Ano 7	45	12	Pescadores e Pescadeiras rumando para novas águas	A mulher foi tirada da costela do homem para batalhar juntos	Pescador e pescadora de braços dados; história em quadrinhos	Reunião das pescadoras em Olinda para discutir "o que é ser mulher"	Conclusão que reforçam o papel coadjuvante da mulher e seu lugar eminentemente na esfera doméstica	Conta o dialogo das pescadoras em quadrinhos

15. Junho de 1980	Ano 8	50	10	Pescadores e Pescadeiras rumando para novas águas	“Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. (Artigo II – Declaração Universal Dos Direitos Humanos	um mostro com várias cabeças; uma história em quadrinhos.	O problema da fome e da miséria, suas causas e consequências. Ex. doenças, carestia, falta de educação, poluição, políticos corruptos, etc.	Na pag. 8 é contada a violência de classe e gênero que duas pescadoras de Itapissuma sofreram ao serem agredidas e ameaçadas por seguranças de uma fábrica, consequência a privatização dos estários e da escassez de locais para a pesca.	Ilustrações e quadrinhos.
16. Outubro de 1980	Ano 8	52	9	Pescadores rumando para novas águas	Informativo nacional	Sem ilustração	Boletim direcionado aos animadores da Pastora, com informas da terceira reunião nacional do CPP	“As pescadeiras de Itapissuma, Igarassu e Itamaracá (PE) realizaram na tarde do dia 10 de agosto, um encontro no Centro de Treinamento de Olinda, cujo tema fio “a fome”” (p.8) A pescadores refletiram sobre o que pensam sobre a fome, as consequências e as causas, bem como sobre o que fazer diante da fome.l	
17. De dezembro de 1980	Ano 8	55	31	Pescadores rumando para novas águas	Informativo nacional	Sem ilustrações	9 Encontro Regional NE II Concentração de Pesadores do Nordeste, cm a presença do presidente da Confederação Nacional	“Em Itapissuma as pescaderas estão fazendo um grande esforço para tirar documentos. Os primeiros documentos de pescadeiras que foram para a SUDEPE ficaram lá quase 6 meses. Diziam que não conheciam o decreto do presidente da República que autorizava a SUDEPE documentar as pescadeiras. Um grupo de 12 pescadeiras se cansou de esperar e resolveu vir até SUDEPE, os documentos chegaram em 15 dias. Hoje já estão documentadas na área de Itapissuma 220 pescadeiras. A Colônia dá todo apoio. [...] As pescadeiras que têm documento estão animando as que não têm para tirar. (p.8) Nas páginas 29 e 30 duas pescadoras de PE dão um testemunho sobre a situação de pobreza extrema e das dificuldades	Pautas da reunião com os principais problemas de cada localidade.

								enfrentadas por causa da poluição.	
18. Maio de 1981	9	60		Pesadores e pescadeiras rumando para novas águas	Como é sua colônia? O que sua colônia faz pelos pescadores e pescadeiras? O que você acha que sua colônia pode fazer?	Mulheres se questionando e o retrato de uma colônia abandonada	Encontro regional das pescadoras	Na reunião estavam presentes 86 pescadoras das colônias Z-04 (Cáu) -14 (Goiana e Tejucupapo) Z-11 (Itamaracá), Z-10 (Itapissuma, Igarassu, Cuieiras), Z-08 (Pontezinha e Ponte dos Carvalhos). O principal assunto abordado foi a importância da Colônia para a organização dos pescadores (as) como classe de trabalhadores (as) para a conquista de direitos. Após o debate as pescadoras chegaram a algumas conclusões (p.7), acerca do que precisavam fazer para ter uma colônia que, de fato, trabalhe em benefício dos (as) pescadores (as). Algumas ficaram responsáveis por multiplicar em suas localidades as questões e conclusões da reunião.	Quadrinhos
19. De dezembro de 1981	Ano 9	65	28	Pescadores rumando para novas águas	III Assembleia Nacional de Pastoral dos Pescadores	Mapa do Brasil e vários pescadores e pescadoras	O relatório da Pastoral traz um balanço sobre a situação da pesca artesanal no Brasil até o começo dos anos 1980. Faz uma breve retrospectiva sobre a situação das Colônias, Federações e confederação de pesca no país, o fato de que muitas delas estão entregues nas mãos de pelegos ou pessoas ligadas às forças armadas, bem como sobre a legislação que rege a atividade, suas mudanças e deficiências a falta de EXTENSÃO PESQUEIRA e outros serviços voltados para a valorização da pesca. Assim como sobre o que tem sido feito pela pastoral.	Nas páginas 16 e 17 o relatório traz um apanhado sobre a luta das mulheres de Pernambuco para conseguirem o RGP E UMA Colônia melhor.	Forma de relatório
20. Maio 1982	Ano 10	70	8	Pescadores e pescadeira rumando para	Benefício da previdência social –	Na capa um homem doente sob o cuidado	No dia 18 de abril de 1983, 91 mulheres se reuniram no seminário em Olinda-PE, para discutir sobre previdência social e os	As conclusões em que as pescadoras chegaram é que: o dinheiro dos benefícios não dá para nada; o atendimento médio e	Ilustrações das situações em que os

				novas águas	FUNRURAL	de uma enfermeira. Durante o leme ilustrações das situações debatidas.	direitos previdenciários das mulheres e homens da pesca. Como: assistência médica (dentista e oculista); aposentadoria por velhice aposentadoria por invalidez; pensão por morte; auxílio funeral; auxílio doença; e amparo previdenciário.	hospital são uma lástima; que outros benefícios deveriam ser oferecidos, como: auxílio natalidade, auxílio maternidade, auxílio reclusão, auxílio funeral para os filhos menores, aposentadoria especial após 25 anos de trabalho, aposentadoria aos 50 anos para as mulheres aos 55 anos para homens direito à casa própria e outros mais.	benefícios podem ser concedidos.
21. Julho 1982	10	71	17	Informativo nacional-pescadores rumando para novas águas	Relatório das atividades de janeiro a junho de 1982	Sem ilustrações	O relatório traz um resumo dos trabalhos da CPP junto aos pescadores dos diversos estados.	Sobre o estado de Pernambuco O LEME destaca: "Uma particularidade interessante acontece na Z-10 de Itapissuma-PE. Nessa Colônia, as pescadeiras (marisqueiras), na ausência frequente do presidente por motivo de doença, exercem um papel cada vez mais decisivo. A secretária, juntamente com um jovem tesoureiro coordena reuniões quinzenais, conduzindo os pescadores a uma boa participação ativa.	Forma de relatório
22. Setembro de 1982	Ano 10	75	14	Pescadores rumando para novas águas	Informativo nacional	Várias ilustrações que objetivam dialogar com o texto	Relatório do encontro de líderes pescadores e pescadeiras. Local: centro de treinamento de Olinda. Data 10 e 11 de julho de 1982.	Na reunião um dos temas que ficou em relevância nas demandas das pescadoras (es) foi a participação das mulheres na luta da eleição de uma diretoria que trabalhasse pela melhoria das classes. Na pág. 10 aparece uma série de pirâmides hierárquicas para ilustrar como a sociedade é dividida em classes e estamentos, em uma delas aparece a pirâmide da família, na qual o homem aparece no topo seguido pela mulher e pelos filhos. Na mesma pág. O boletim segue fazendo uma crítica a essas estruturas de opressores e oprimidos, e afirma: "Jesus dismantelou o desenho que os "chefes" colocaram em nossas cabeças. O reino dos céus é como uma grande ciranda".	Ilustrações que convergem com a narrativa e evangelização.

23. Novembro de 1982	Ano 10	77	10	Pescadores e pescadeira rumando para novas águas	“O remédio do mato cia e fortalece a união a colaboração e a comunicação”	Várias ilustrações das pescadoras conversando sobre saúde e pescando.	Encontro com as pescadoras na sede de Olinda no dia 10 d outubro para discutir sobre saúde e plantas medicinais.	O boletim narrado em forma de história em quadrinho, conta um pouco do que foi discutido no encontro. Na ocasião as pescadoras falaram das suas experiências nos usos dessas plantas. Havia também um médico presente, que trocou experiências com as pescadoras sobre os efeitos das plantas para tratar vários sintomas. Discutiram também a negligência do poder público com a saúde dos mais pobres, a fome e miséria que causam diversas enfermidades, e as doenças laborais, provocadas pelas difíceis condições de trabalho, pela poluição e por elas trabalharem submersas nos mangues e estuários na catação de mariscos.	Conta o que foi debatido na reunião das pescadoras em formato de história em quadrinhos.
24. Junho de 1983	Ano 11	83	20	Boletim informativo Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	Como organizar a colônia a serviço dos pescadores?	Capa pecadores (todos homens) fazendo uma reunião	3º encontro de líderes pescadores	O boletim traz uma notícia sobre Itapissuma, na qual afirma: “em 1981, a Colônia tinha um presidente que não era pescador. Os pescadores, especialmente as pescadeira fizeram uma campanha para eleger como presidente um pescador”.	Narra os principais pontos do encontro e notícia os principais acontecimentos de cada localidade onde o CPP desenvolve trabalho.
25. Junho de 1984	Ano 12	87	20	Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	Poluição: procuram-se os responsáveis	Uma foto de dois barcos com vários homens ao mar pescando	Encontro com as pescadoras para debater sobre a poluição e a devastação dos mangues.	O prejuízo causado pela poluição e devastação dos mangues é especialmente prejudicial para as mulheres que trabalham na catação de mariscos nessas áreas. A poluição causa doenças e diminui também a quantidade de pescado, impactando na rua renda, piorando ainda mais a situação de vulnerabilidade em que vivem	Sistematização dos temas debatidos na reunião.

26. Março de 1985	Ano 13	90	41	Os pescadores do Norte e do Nordeste	—	Na capa ilustrações de cidades do Norte e Nordeste	O boletim traz informações sobre resoluções do trabalho da pastoral em diversos estados brasileiros, além de notícias e informes para os agentes.	Na pág. 28 o boletim informa que as mulheres de Itapissuma, pela escassez de crustáceos, estão trabalhando como pedreiras e pela prefeitura na limpeza urbana, mas mesmo assim continuam na mobilização política, não faltando as reuniões. O boletim também informa que em julho de 1984, por motivos de doença o presidente da Z-10 renúncia, assumindo a secretária (Margarida Mousinho). A nova presidenta enfrenta muito machismo, principalmente dos pescadores mais velhos, mas segue fazendo o seu trabalho.	Esquematisa informações pelas localizações e estado.
27. Junho de 1985	Ano 13	93	30	Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	O trabalho da CPP	foto de um pescador remando	O boletim traz um resumo do trabalho da instituição durante o semestre	O boletim informa a conquista de 5 embarcações para as pescadoras. Através de um projeto da SUDENE e do Centro Josué de Castro as mulheres de Itapissuma conseguem 5 bateiras para serem usadas por 30 pescadoras. Elas se reúnem mensalmente para avaliar seus trabalhos e procurar soluções para seus problemas.	Notícias e informas
28. Julho de 1987	Ano 15	104	29	Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	V Assembleia Nacional da CPP	Ilustração de um homem pescando	Relatório da V Assembleia Nacional da CPP. Taz um apanhado de tudo que foi debatido na reunião	Quando as pescadoras e pescadores foram provocados a trazer símbolos da sua situação de vulnerabilidade e abandono “Uma mulher pescadeira se apresentou, ela mesma símbolo e discriminação da mulher tanto na pesca como na organização da categoria.” (p. 04).	Sistematização de informações e resumo das pautas da reunião.
29. Maio de 1988	Ano 16	89	4	Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	Os pescadores na história do Brasil	Pequena ilustração de uma mulher segurando uma criança e olhando homens entrando no mar com uma jangada.	Notícias sobre a publicação de um do livro sobre a história da pesca no Brasil que será lançado pela pastoral pela editora Vozes. Notícias dos trabalhos do CPP em diversas partes do Brasil.	Na pág. 3 “Vitória das mulheres na Ilha de Deus, Recife, PE”. A notícia conta a conquista, liderada pelas mulheres da Ilha após conseguirem a construção da passarela que liga o local ao bairro da Imbiribeira. O nome da passarela escolhido pela assembleia do Conselho dos moradores foi “Vitória das Mulheres”.	Formato de pequenas notícias. Um formato mais enxuto com apenas 4 páginas.

30. Agosto de 1988	Ano 16	11 2	4	Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	A caminho da conquista das Colônias/ reunião da coordenação nacional do CPP	Mulheres pescando marisco	Notícias sobre a importância da conquista das colônias como entidade de representação de classe e sobre a constituinte.	No dia 31 de julho, 40 pescadoras de várias praias de PE se reuniram. O boletim relata que várias mulheres já estão engajadas politicamente nas Colônias.	Sistematização de notícias.
31. Após parar em 1993 o boletim volta a ser publicado em 1997. Junho 1997	Ano 23	13 6/ 1	6	Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	–	Homens pescando num barco a vela	Conjuntura política atual no Brasil (governo FHC, neoliberal). Eleição da Federação dos Pescadores de PE. 34ª Assembleia Geral da CNBB e os objetivos do milênio, dentre outras notícias.	Na pág. 5 o boletim traz a notícia do reinício das atividades na Colônia Z-8 de Gaibu-PE, sob o comando de Josefa F. Silva.	Sistematização de notícias.
32. Agosto de 1997	Ano 25	2	10	Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	–	Homens pescando num barco a vela	9º Interclesial- 3ª Semana Social Brasileira	Na Assembleia geral eletiva do CPP, que aconteceu entre os dias 1 a 3 de julho foi realizado um estudo sobre gênero e cultura enfocando o mundo da pesca; assessorado pela professora Simone Maldonado, da UFPB. Participaram diversos pescadores e pescadoras das regionais do CPP, além dos agentes pastorais do norte e nordeste.	Sistematização de pequenas notícias.
33. Dezembro de 1997	Ano 25	3	6	Pescadores e pescadeiras rumando para novas águas	–	Homens pescando num barco a vela	70 anos da Z-10/ Seminário sobre o rio São Francisco/ Assembleia Regional NE/ Pesca predatória/ Seguro desemprego.	Na pág. 3 o boletim noticia os 70 anos da Z-10 de Itapissuma, PE. E segue: “Marisqueiras à frente da Colônia dão o significado à luta da categoria”. Destaca a luta dos homens e especialmente das mulheres para que a Colônia fosse de fato um órgão de classe depois de tantos anos de tutela e repressão.	Sistematização de pequenas notícias.
34. Março de 1998	Ano 26	4	7	–	–	Homens pescando num barco a vela	30 anos do MAC/ Mulheres em luta/ Assassnatos de pescadores/ Ilhas de Sirinhaém/ Terras Indígenas	Na pág. 4 o boletim informa que na Bahia, nas cidades de Remanso e Pilão Arcado, as mulheres estão se mobilizando com a acessória do CPP por mais participação nas decisões políticas da Colônia. Uma notícia em referência ao dia 8 de março do jornal cearense Diário do Nordeste traz, dentre outras mulheres em destaque, uma agente do CPP como	Sistematização de pequenas notícias.

								exemplo de trabalho para a conquista feminina.	
35. Junho de 2000	Ano 28	14 3	4	Informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores	A história continua com O LEME	Uma foto de homens falando no microfone	Homilia dos 500 anos/ Bíblia e gênero/ Pescadores contra a poluição.	<p>“Reflexão sobre gênero na bíblia”</p> <p>Na pág. 3 o boletim traz diversas passagens da bíblia em que a mulher tem um papel de destaque e relevância para refletir sobre se de fato o livro é machista.</p> <p>Na mesma pág. É informado um encontro sobre gênero e comunidades pesqueira na América Latina, realizado pelo Coletivo Internacional de Apoio à Pesca Artesanal.</p>	Sistematização de pequenas notícias.
36. Dezembro de 2004	Ano 32	Nº 4?	4	Boletim do CPP	Pescadores e pescadoras na luta	–	RESUMO DAS MOBILIZAÇÃO DO NA DE 2004	<p>Na pág. 1 o boletim lembra a mobilização das pescadoras da Bahia no Encontro Estadual de Mulheres Pescadoras e no Encontro Nacional. O destaque para a organização das mulheres que colocaram suas pautas com determinação para a esfera governamental.</p> <p>A pág. 3 há um texto intitulado “Participando sem medo de ser mulher”, no qual a coordenado do CPP da Bahia, Maria José Pacheco traz uma ponderação sobre a mobilização das mulheres nos encontros estaduais organizados pela Secretária Especial da Pesca e Aquicultura e do Encontro Nacional das Pescadoras, onde as mulheres debateram com vigor suas demandas. Um destaque do texto é: “As pescadoras ousaram não só em propor mudanças de procedimento e comportamento do poder público, como também propuseram alteração da legislação onde esta tem invisibilizado os seus direitos”.</p>	Sistematização de pequenas notícias. Letras muito pequenas.

8.2 APENDICE 2 – Breve Histórico da Pesca no Brasil

Período	Acontecimento
Século XVI	O governo de Portugal introduziu na então colônia brasileira o dízimo do pescado. De cada dez peixes, o pescador tinha que entregar um à Coroa.
1822	Independência e império brasileiro. A situação dos pescadores piorou, o dízimo não foi abolido, e sim reforçado. Em alguns lugares os pescadores se rebelaram contra a cobrança do dízimo. O dízimo continuou até o começo do século XX
Período imperial	Desde o início do império há varias leis de recrutamento ou sorteio militar forçado de pescadores. Citando o livro de Frederico Villar <i>A missão do cruzador Jose Bonifácio</i> , o boletim salienta que a importância do recrutamento dos pescadores estava no seu “valor estratégico em movimentos sociais e batalhas navais”. Como exemplos desse valor, ele cita “a participação decisiva dos pescadores na batalha de independência do Brasil na ilha de Itaparica, Bahia, e a Luta dos jangadeiros cearenses contra o tráfico negreiro”.
1845	O Império criou as Capitânicas dos Portos e Costas, que deveriam fazer “a matrícula da gente do mar”. As matrículas tinham o objetivo de realizar o Registro Geral dos Pescadores, que facilitava o recrutamento para a Marinha.
1874	Implementada a lei que ficou conhecida como “imposto de sangue” tornou o recrutamento ainda mais violento para pescadores e lavradores.
A partir de 1886	Foram criados distritos de pesca, para facilitar as matrículas. Os pescadores eram obrigados a se apresentarem, nos primeiros domingos de cada mês, à capitania dos portos ou ao capataz do respectivo distrito, sob pena de prisão ou multa pesada.
1919	As primeiras Colônias são criadas no Brasil pela Marinha de Guerra, a elas mulheres eram proibidas de se vincularem . Em 13 de outubro desse mesmo ano “o comandante Frederico Villar saiu pelo litoral na famosa missão do cruzador auxiliar José Bonifácio”. A criação das colônias tinha três finalidades principais. A primeira era a nacionalização da pesca. A segunda finalidade era

	<p>“usar estes homens do mar como instrumentos da defesa nacional; em outras palavras, como bucha de canhão [...]”. A terceira finalidade era a industrialização da pesca: “as colônias deveriam ser núcleos de base com a infraestrutura necessária para desenvolver a pesca. Assim deveriam ter estaleiros, frigoríficos e transporte, postos médicos e dentários”. Esse desejo do comandante, no entanto, não chegou a se concretizar.</p>
1920	<p>Criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. Posteriormente com o decreto nº. 23.134/33 foi criada a Divisão de Caça e Pesca. Um dos objetivos era gerenciar a pesca no país. Os pescadores deixaram de estar submissos ao Ministério da Marinha e passaram para o domínio do Ministério da Agricultura</p>
1923	<p>Criado o primeiro estatuto das colônias. Foi elaborado em alto mar pelos oficiais da Missão auxiliar José Bonifácio, ou seja, de forma autoritária e sem a participação dos pescadores. “As colônias ficam subordinadas à Confederação Geral dos Pescadores e à Inspetoria dos Portos e Costas [...] Na prática, os pescadores não tinham nenhum poder decisivo nas colônias”.</p>
1942	<p>O Decreto-Lei nº. 4.890, do período em que o Brasil entra na 2ª guerra mundial, retorna o controle dos pescadores ao Ministério da Marinha. Nesse período os pescadores são recrutados para o serviço na Marinha.</p>
Em 1º de julho de 1950	<p>“Ministério da Agricultura baixou a portaria nº 478 estabelecendo o novo estatuto que deveria reger o funcionamento da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, das Federações Estaduais e das colônias de pescadores. Este novo estatuto define a Confederação Geral como “sociedade civil de classe”. Mesmo assim, Comandantes e Almirantes da Marinha de Guerra continuaram à frente da Confederação Geral, controlando as Federações e Colônias”.</p>
A partir dos anos de 1960	<p>Criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, sendo abolida a Divisão de Caça e Pesca.</p>
1964 (golpe militar)	<p>Decreto nº. 221 de 28 de fevereiro de 1967 define as novas regras para o setor.</p>
1973	<p>Auge da repressão da ditadura militar, o Ministério da Agricultura emitiu a Portaria nº 471, impondo um novo estatuto para as colônias de pescadores,</p>

	<p>ainda mais controlador e repressor. Desde o golpe de 1964, as Federações estatais e muitas colônias estavam sob intervenção. A grande maioria dos interventores eram militares reformados ou gente ligada à ditadura.</p>
1985	<p>É convocada a “Constituinte da Pesca”, que se reuniu em Brasília quatro vezes em dois anos, “e elaborou um projeto de lei para a reforma total do sistema das colônias, Federações e Confederação Nacional, dentro dos seguintes princípios: liberdade de associação; autonomia das colônias; independência do poder público; assembleia geral como órgão realmente soberano; Federações e Confederação como órgãos de apoio e não de fiscalização e intervenção”</p>
1988,	<p>A nova constituição estabelece a equiparação das colônias aos sindicatos de trabalhadores rurais lembra. Outra mudança da década de 1980 foi a extinção da SUDEPE e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão na ocasião responsável por gerenciar e promover o desenvolvimento do setor pesqueiro do país.</p>
2003	<p>Criação do Ministério da Aquicultura e Pesca (MPA), que passa a coordenar as ações e políticas públicas relacionadas à pesca e aquicultura.</p>
2015	<p>O MPA perde o status de ministérios. As demandas da pesca e aquicultura são incorporadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O MAPA está atualmente sob o comando da ministra Katia Abreu, conhecidas pelas suas posições em favor do agronegócio e uso de agrotóxicos, e contrária às reivindicações das comunidades tradicionais.</p>

9 ANEXOS

9.1 ANEXO 1- O LEME. Ano7, nº42 de março de 1979.



9.2 ANEXO 2- O LEME. Ano 7, nº42 de março de 1979.

8.

RESOLUÇÃO As pescadeiras de Itapissuma resolveram ir até Recife para pedir satisfação ao Delegado Regional da SUDEPE, pelo atraso no despacho das carteiras de pescadeira.

NOTÍCIAS

- * Pescadeiras dos bultrins também estão lutando para tirarem seus documentos: Sejam BEM-VINDAS na turma !
- * As pescadeiras de Tejucupapo participaram pela primeira vez da reunião dos pescadores. (1ª. quinzena de março)
- * PARABÉNS !
- * As pescadeiras de Ponte dos Carvalhos também estão trabalhando para tirarem as suas carteiras de pescadeiras. Que bom!



9.3 ANEXO 3- O LEME nº5 de maio de 1979

Apesar das inúmeras dificuldades, as pescadeiras se mostram dispostas a lutar pelo direito de possuir o seu documento de Pescadeira Profissional. É comovente observar a perseverança silenciosa com que elas se deslocam de um lugar para o outro a fim de tirar a "folha corrida", a "Carteira de identidade", ou, no caso de não ter o registro civil de nascimento, o "atestado de pobreza" para a isenção da multa exigida.

Em Itapissuma, 56 pescadeiras já conseguiram tirar boa parte dos documentos. Dessas 56, 34 já estão com os documentos completos na SUDEPE, aguardando receber muito em breve sua carteira de Pescadeira Profissional.

Um exemplo do espírito de luta que começa a despertar:

Um grupo de pescadeiras de Itapissuma que havia enviado seus documentos desde novembro do ano passado à SUDEPE, em fins de março decidiu ir até Recife reclamar pessoalmente do Delegado Regional da SUDEPE, a longa demora. Surpreendido pela atitude corajosa dessas pobres mulheres, deu ordem imediata para que fossem atendidas sem demora.

E que pensar da SUDEPE que deixou o Decreto do Presidente da República engavetado, desde abril do ano de 1978...?

10 Artigo

EXTENSÃO ou COMUNICAÇÃO? Narrativas e trajetórias de mulheres pescadoras no discurso do Boletim O LEME

Amanda Gonçalves Pereira³⁵

M^a do Rosário de Fátima Andrade Leitão³⁶

Resumo

Este artigo pretende analisar as narrativas do boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores, O LEME, sobre as lutas e conquistas das mulheres pescadoras, desde a categoria gênero. Para tanto, a metodologia fundamenta-se no mapeamento e análise de 120 exemplares do boletim, obtidos na biblioteca da Pastoral, os quais se caracterizam como nossa principal fonte de dados secundários. As narrativas do periódico são discutidas a partir de sua proposta de chamar para o centro do debate às demandas das pescadoras e pescadores, na construção de uma comunicação popular e crítica. A análise de O LEME revela que houve interlocução dos agentes do CPP com as condições de vida, ainda mais problemáticas, das mulheres pescadoras. Dessa forma, a pesquisa conclui que o trabalho de assistência da pastoral foi impulsionador de organizações políticas e de algumas conquistas das pescadoras, e O LEME foi importante instrumento de ressonância e difusão dessas movimentações. Ainda que sua retórica católica seja reticente, e em alguns momentos reforce o sexismo e o patriarcado.

Palavras-chave: Comunicação Popular; Conselho Pastoral dos Pescadores; Divisão Sexual do Trabalho; Mulheres Pescadoras; O LEME.

Abstract

This article aims to identify and analyze narratives of a fisherwomen Catholic council, the so-called *Conselho Pastoral dos Pescadores* (CPP), represented by its newsletter LEME. This last deals with the demands and achievements of fisherwomen in the scope of gender category. In total, there were 120 samples obtained next to the library of the council, considered my main source of secondary data. The periodical narratives are discussed from its proposal to call for the center of the debate to the demands of fisherwomen and fishermen, in building a popular and critical communication. The

³⁵ Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento Local na Universidade Federal Rural de Pernambuco e Cientista Social.

³⁶ Doutora em Estudos Iberoamericanos e professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

analysis of LEME news displayed that there was a concern of CPP agents with the even more problematic conditions of fisherwomen. Thus, the research concludes that the pastoral care work certainly was driver of political organizations and achievements of fisherwomen, and The RUDDER was important instrument resonance and diffusion of these drives. Although his Catholic rhetoric is reticent, and at times reinforce sexism and patriarchy.

Keywords: Popular Communication; Catholic Council of Fisherwomen; Labor Gender Division; Fisherwomen; LEME newspaper.

Introdução

A proposta deste artigo é identificar e analisar narrativas do boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores, O LEME, sobre as lutas e conquistas das mulheres pescadoras³⁷, desde a categoria gênero. Mais especificamente, busca-se também compreender de que maneira o trabalho de assistência do CPP³⁸ teve influência na trajetória política das pescadoras.

A pesquisa leva em consideração a marcante divisão sexual do trabalho, característica dessa atividade, que ao longo da sua história segrega os espaços da pesca entre “masculinos” e “femininos”, excluindo quase sempre as mulheres dos processos decisórios (MANESCHY, 1995; MOTTA-MAUÉS, 1999; WOORTMANN, 2007 e GERBER, 2013). A negligência do poder público e a falta de políticas públicas sensíveis às relações de gênero, também foram um agravante, que se expressa no tempo de acesso das mulheres ao Registro Geral da Pesca³⁹, uma vez que só há menos de

³⁷ Para aprofundar o tema Extensão Pesqueira é necessário conhecer a obra do Prof. Dr. Angelo Fernandes Brás Callou que pesquisa e publica sobre a temática nos últimos 30 anos. O autor chama a atenção para a institucionalização da Extensão Pesqueira no Brasil em 1968, a partir do difusionismo, o que não modificou a forma vertical e autoritária de organização das Colônias de Pesca no país e dificultou a participação social e política dos/as pescadores/as artesanais (CALLOU, 1994).

³⁸ A pastoral assume a lacuna deixada pela ausência da Extensão Pesqueira institucionalizada pelo Estado e rompe com o modelo de comunicação vertical e autoritário, próprio das colônias de pesca, da tutela da Marinha e do governo militar.

³⁹“Para saber quem é pescador ou pescadora profissional, o Ministério da Pesca e Aquicultura criou o Registro Geral da Pesca (RGP). Toda pessoa que faz da pesca a sua profissão ou o seu principal meio de vida, pode obter o RGP. Com o RGP, o pescador ou pescadora profissional artesanal tem acesso aos programas sociais do Governo federal.” Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/monitoramento-e-controlempa/registro-geral-da-pesca-rgp>. Acesso em: 15 de ago. de 2013.

quarenta anos⁴⁰ as mulheres tiveram o reconhecimento de sua secular atividade produtiva.

Vivenciando a exclusão dos processos de desenvolvimento na lógica da sociedade capitalista industrial (ESTEVE, 2000), a perspectiva política da pesca artesanal vem se erigindo e buscando se mobilizar em torno de suas pautas socioeconômicas, políticas e ambientais, com mulheres pescadoras e suas demandas por previdência social, saúde, renda e melhores condições de trabalho e financiamento em uma situação ainda mais periférica. É possível ver um traço dessa realidade expressa em dados do Ministério da Pesca e Aquicultura⁴¹, segundo os quais em Pernambuco existem 40 Colônias de pescadores e pescadoras e 28 Associações, dessas, apenas 13⁴² são presididas por mulheres.

Um dos espaços de destaque dessas movimentações é o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A instituição se define em seu site como:

Uma pastoral social ligada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O CPP é composto por agentes pastorais, leigos, religiosos, freiras e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária.⁴³

O trabalho do CPP teve início no ano de 1968 nas praias de Olinda (Pernambuco). Seu fundador foi o frei Alfredo Schnuettgen, membro de uma ala mais progressista da Igreja Católica, sua atuação tinha influências da Teologia da Libertação⁴⁴. Logo em seus primeiros anos as atividades do CPP foram se espalhando

⁴⁰Tema de pesquisa e objeto de várias publicações LEITÃO (2009), LEITÃO (2010), LEITÃO (2012), LEITÃO (2013).

⁴¹Obtivemos acesso a essas informações a partir de uma visita que aconteceu no dia 12 de agosto de 2013 à sede do MPA em Pernambuco, localizada na Av. General San Martin, nº 1000, Bongi, na qual nos foi disponibilizado uma lista contendo os dados de todas as Colônias e Associações de pescadoras e pescadores do estado, incluindo nome, localização, endereço, nome da (o) presidente e seus respectivos contatos.

⁴²Apesar desta sub-representação das mulheres pescadoras nos espaços de poder e decisão, na última década cresceu o número de mulheres presidentes de Colônias de 01 Colônia para 13 Colônias. Sobre o tema de mulheres e espaço de poder consultar o site WWW.gpdeso.com do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade – CNPq/UFRPE, onde há um acervo de fotos, vídeos, trabalhos científicos, radionovelas e memórias de mulheres presidentes de Colônias.

⁴³<http://www.cppnac.org.br>. Acesso em 26 de jun. de 2014.

⁴⁴A teologia da libertação é uma corrente teológica que nasceu na Alemanha, mas se desenvolve mais intensamente na América Latina, após a reforma na Igreja Católica conhecida como Concílio Vaticano II, na segunda metade do século XX. A corrente baseia-se na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Ela propõe o engajamento político dos cristãos contra as injustiças sociais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e com ideais de esquerda. Sua materialização se deu com o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento Educacional Brasileiro (MEB). Essas organizações influenciaram movimentos sociais por todo Brasil, inclusive as Colônias de

por outras praias de Pernambuco e outros estados do Nordeste brasileiro. O CPP contou com o apoio de Dom Helder Câmara e, em 1974, foi reconhecida pela Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, em 1976, foi reconhecida nacionalmente, fazendo parte das Pastorais Sociais da CNBB. A princípio recebeu o nome de Comissão Pastoral dos Pescadores, com sede em Recife. Só em 1988 tornou-se uma entidade autônoma, com seu próprio estatuto, e passou a se chamar Conselho Pastoral dos Pescadores (SIRY, 2003).

A concepção do CPP se deu durante a repressora ditadura militar, um momento político de precarização das colônias e de marginalização dos movimentos sociais com demandas mais progressistas. Nesse período o CPP teve importante atuação na organização política dos pescadores (as) enquanto categoria. Um dos principais objetivos era a conquista da Colônia como entidade representativa da classe, que em meio à ditadura estava “entregue – como gostavam de dizer as lideranças comprometidas – a pelegos e outras pessoas que não os representavam, e que muitas vezes nem eram pescadores” (RAMALHO, 2012, p.2).

Já durante a década de 1970, especificamente em 1972, é criado o boletim informativo do CPP – O LEME –, com o objetivo de promover a circulação das informações pertinentes aos homens e mulheres que retiravam da pesca seu sustento. A pastoral procurou uma linha de comunicação paulofreiriana, horizontal e dialógica, que colocasse no centro do debate os interesses desse povo. Dessa forma, o CPP:

[...] inaugura, por assim dizer, a partir de 1969, as mudanças conceituais e metodológicas no trabalho com os pescadores. Tendência esta, que teve em Frei Alfredo Schnutesen seu principal articulador, no sentido de que a comunicação horizontal ganhasse terreno nos debates sobre as políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro. Estas políticas deveriam levar em consideração os interesses dos pescadores, através das suas organizações e dos seus legítimos representantes (CALLOU, TAUK SANTOS, 2003, p. 229).

Siry (2003, p. 31) afirma que a pastoral nasce como um movimento de pescadores que eram acompanhados por religiosos, principalmente, pelo frei Alfredo, o qual “juntamente com os pescadores que então se reuniam, criou um movimento de pescadores cristãos, com o nome de “O LEME””. Foi nesse mesmo período que começou a circular a publicação de mesmo nome. “Esse grupo se reunia em uma peixaria em Olinda, discutindo os principais problemas dos pescadores”. Nessas

pescadores que contaram com o apoio do CPP em sua composição como entidade de classe. (TORRES, 2012)

discussões ficava claro que havia uma questão urgente e fundamental: a falta de autonomia da categoria, em consequência do autoritarismo e da tutela governamental (SIRY, 2003).

Como instrumento de comunicação do CPP, O LEME faz parte das diretrizes da metodologia Ver-Julgar-Agir⁴⁵ (FOX, 2010), adotada pelos agentes nos trabalhos pastorais da Igreja depois do Concílio Vaticano II.

Dentre as questões que são destaque no periódico estão as divulgações de campanhas locais, regionais e nacionais – como a recente Campanha Nacional Pela Regulamentação do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e contra a privatização desses estuários, essenciais para a manutenção dessas comunidades, tanto economicamente como ambiental e culturalmente –; além da própria visibilização das ações políticas, protestos e mobilizações convocados pelas lideranças dos movimentos sociais da pesca pelo país. Há também as questões que envolvem a religiosidade, levando em consideração que o documento é produzido por uma entidade vinculada às doutrinas cristã e católica.

As mobilizações em torno das demandas das pescadoras e pescadores, assim como a conquista de espaços políticos vêm desde 1972 sendo destaque nas notícias do periódico. Reinvidicações das mulheres estão entre algumas das pautas na sua narrativa, e é nelas que iremos nos concentrar nesta pesquisa.

Entendemos que inscrever a discussão das relações de gênero no contexto da extensão rural⁴⁶, sobretudo no que tange à extensão pesqueira, seja urgente. Ressaltamos

⁴⁵ No **Ver** se faz uma análise da realidade existente, fruto de uma prática anterior, utilizando uma mediação sócio analítica com a contribuição das ciências sociais, isto é, história, filosofia, sociologia, pedagogia, entre outras. No **Julgar** se faz uma reflexão sobre o produto do Ver utilizando uma mediação hermenêutica, com a contribuição da Sagrada Escritura e do Ensino Social da Igreja, também chamado de Doutrina Social da Igreja. No **Agir** se faz uma reflexão sobre o produto do Julgar, utilizando uma mediação pastoral, buscando pistas pastorais para a ação, levando em conta o que sabemos sobre pedagogia e a construção de métodos em vista de determinadas práticas. Texto disponível em: http://pastoraldajuventuderural-pjr.blogspot.com.br/p/metodologia-da-pastoral-da-juventude_18.html acesso em: 14 de fev. de 2016.

⁴⁶ A Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, define a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER como: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Conforme Callou e Tauk Santos (2003), a extensão pesqueira oficial no Brasil tem em suas origens a concepção difusionista norte-americana, isto é, vertical, não dialógica e conservadora, que pouco levou em consideração os conhecimentos das comunidades caiçaras. Essa realidade perdurou por muitas décadas e se reflete em

isso porque encontramos barreiras tácitas à discussão mais profunda que envolva o conceito de gênero dentro de uma conjuntura maior de discussões acerca da extensão rural. Fundamentamo-nos na contribuição de uma crítica feminista à concepção científica vigente, na qual “Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência” (RAGO, 1998, p. 4) ou ainda que: “as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes” (Lowy, 2009, p. 40).

1. O Processo de Investigação

Esta pesquisa teve uma proposta qualitativa que nos possibilitou, conforme Minayo (1994, p. 22), um olhar mais “profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalizações de variáveis”. O acervo do LEME se constituiu na principal fonte de dados secundários desta pesquisa documental. O recorte metodológico incluiu a coletânea de 120 exemplares da publicação, composta pelos boletins impressos e arquivados na biblioteca localizada na Sede do CPP em Olinda, Pernambuco. Os boletins vão do período de 1972 a 2004⁴⁷, mas concentram-se majoritariamente nas décadas de 1970 e 1980, sendo 40 da década de 1970 e 63 da década de 1980.

A segunda fase de delimitação do corpus da pesquisa envolveu a leitura de todos os 120 exemplares para mapear as notícias e reflexões publicadas sobre as mulheres pescadoras. Desta leitura se elaborou uma tabela na qual foram identificadas 36 publicações sobre as pescadoras. A tabela consistiu na terceira fase de delimitação do corpus da pesquisa. Na qual se identificou a data, o título, ilustração, tema geral da publicação, uma síntese dos assuntos abordados e um resumo da notícia relativa às mulheres.

uma extensão pesqueira que prioriza a aquicultura em detrimento do conhecimento tradicionalmente construído na pesca artesanal.

⁴⁷ Com uma pausa na qual o boletim deixou de ser publicado entre os anos de 1993 a 1997.

A coleta de dados do LEME se propôs a identificar as notícias sobre as mulheres pescadoras a partir das indagações: desde quando as mulheres aparecem nas notícias? Com qual frequência elas aparecem? Quais as temáticas informadas? Dessa forma, o mapeamento foi fundamental para a delimitação do corpus de análise e para a caracterização das principais temáticas mencionadas pelo boletim que destacavam as mulheres. A partir desse ponto pudemos definir as principais categorias de análise, com base nos temas mais recorrentes nas notícias e reflexões do boletim.

Na investigação identificamos três principais temáticas debatidas pelo LEME e seus desdobramentos, são elas:

1. A questão da divisão sexual do trabalho e suas consequências na precarização do trabalho das pescadoras, e na vulnerabilidade social que as atinge.
2. A luta e o engajamento político das mulheres pescadoras por direitos e políticas públicas que lhes contemplem, e pela ocupação dos espaços de poder e tomada de decisões;
3. E por fim, as narrativas religiosas que fazem parte da ética norteadora da retórica cristã do boletim.

Esses três eixos temáticos se configuram como nossas principais categorias de análise. Além do debate acerca da comunicação popular e alternativa, que caracteriza a publicação enquanto um instrumento de informação da pastoral da pesca, originário do período ditatorial brasileiro.

A análise do editorial do LEME nos proporcionou uma visualização mais detalhada do posicionamento e da visibilidade dada pelo periódico às mulheres em sua abordagem dos contextos políticos, sociais e ambientais na atividade da pesca artesanal. Para tanto, visitas à sede do CPP, em Olinda-PE, com o objetivo de conhecer o acervo do LEME, bem como, a fotocópia desses documentos foram realizadas. Dessa maneira, podemos traçar o perfil editorial do documento e tê-los em mãos para consulta durante toda pesquisa.

Na discussão e análise da narrativa do LEME, empregamos aportes teóricos e metodológicos da análise do discurso, na qual, como observa Van Dijk: “O discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (2008, p. 12). Queremos pontuar que,

assim como salienta Van Dijk em sua obra *Discurso e Poder*, também endossamos nosso posicionamento não só científico, mas político e ideológico com as questões que envolvem os pescadores artesanais, de um modo geral e, particularmente, as mulheres pescadoras e suas demandas sociais e políticas. Fazemos isso com a certeza da inexistência de uma neutralidade axiológica positivista e acreditando em uma epistemologia em construção, que coloque as questões das populações periféricas mais ao centro do debate acadêmico⁴⁸.

2. Gênero e Pesca Artesanal

As mulheres sempre fizeram parte do espaço da pesca, em suas mais heterogêneas formas de existência. Seus saberes tradicionais, repassados por outras gerações, se somam às necessidades, muitas vezes impostas pela falta de recursos financeiros, em que a pesca artesanal se apresenta como fonte de renda e, em muitos casos, subsistência familiar, como mostram os estudos de Gerber (2013) e Maneschy, (1995). Apesar da atividade pesqueira, em especial a pesca artesanal, estar à margem da política de desenvolvimento ruralista brasileira, que privilegia o agronegócio e os grandes produtores e a pesca industrial/empresarial em seu detrimento (VASCONCELLOS, DIEGUES, SALES, 2007), é possível notar que as mulheres ainda são as mais prejudicadas pela falta de maiores interesses políticos e econômicos pelo setor⁴⁹, mesmo que elas tenham uma atuação marcante nesse cenário, como reconhece a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO):

Millones de mujeres de todo el mundo trabajan, con o sin remuneración, en el sector pesquero. Aunque ellas participan sobre todo en las ocupaciones anteriores y posteriores a la pesca misma, a veces también participan en ésta. En el ámbito artesanal, sus actividades de preparación consisten en elaborar y reparar las redes, canastos y vasijas, y los anzuelos para la carnada, además

⁴⁸ Para mais informações ver COSTA GOMES, J. C. (2005); RAGO, M. (1998).

⁴⁹ Nesse sentido, as autoras Maneschy, Siqueira e Álvares (2012, p. 714) ressaltam que: “Não obstante as investigações, políticas setoriais têm sido incipientes na incorporação da dimensão de gênero. Por sua vez, ao se tratar de comunidades pesqueiras artesanais – também referidas como de “pescadores de pequena escala” –, é preciso considerar que se trata de comunidades onde permanece a articulação das várias dimensões da vida (trabalho, lúdico, religião), enquanto o foco maior das políticas reside nos objetivos de produção em si e de qualidade de vida entendida como geração de renda. Além disso, ainda é baixo o interesse em evidenciar as atividades das mulheres na pesca, o que se reflete na falta de estatísticas. A dinâmica das comunidades costeiras e, portanto, de suas bases de recursos – águas, peixes, florestas adjacentes etc. – depende justamente de uma variedade de atividades, de homens e de mulheres, interligadas de maneira complexa”.

de prestar servicios a los barcos pesqueros. Ellas mismas pescan por razones comerciales o de subsistencia, a menudo en canoas en zonas próximas a los lugares donde viven. También recogen larvas de lagostinos y pescados para alevines para surtir los estanques de acuicultura. Recogen algas marinas y mariscos, y a menudo trabajan con los hombres en el mar.⁵⁰

A partir dessa afirmação é possível perceber que as mulheres desempenham trabalhos fundamentais para a manutenção das comunidades pesqueiras, embora muitas vezes a sua condição de mulher seja um obstáculo no acesso a recursos e políticas que lhes contemplem e, até mesmo, que lhes legitimem. Os trabalhos que são exercidos por elas em terra, como a limpeza do pescado, conserto de redes e utensílios, e o processo de beneficiamento são, dentro da estrutura patriarcal que mantém as relações de gênero na pesca, desvalorizados. Nesse sentido, Maneschy (1995, p. 148) afirma que a fragmentação do seu trabalho entre as atividades domésticas e não domésticas: “impede também o reconhecimento e a valorização do trabalho da mulher, notadamente quando se trata da atividade pesqueira, onde sua atuação é vista como incomum quando, na verdade, pode constituir estratégia de sobrevivência do grupo familiar”. Entretanto a falta de reconhecimento do labor das mulheres não é uma especificidade da pesca, mas antes, reflexo da subordinação feminina que é maior, e de modo geral está presente em diversas esferas (LEITÃO, 2010), (MANESCHY, SIQUEIRA, ÁLVARES, 2012). Para a mudança da realidade da pesca Rose Mary Gerber (2013, p. 34) afirma que:

Urge rever o conceito que preconiza que pesca é retirar o peixe do mar e quem a faz, por definição, nos dicionários de Língua Portuguesa, um ser masculino singular: pescador. A pesca é, envolve e implica muito mais do que isso. Trata-se aqui de ponderar que inclui trabalhadoras que, tanto quanto os homens são profissionais da pesca.

As pesquisas sobre as relações de gênero na pesca e sobre o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras, tais como: Maneschy (1995), Alencar (1993), Motta-Maúes (1999) e Woortmann (2007), Leitão (2009, 2010), em geral, apontam para uma acentuada divisão sexual do trabalho e para uma preocupação em mostrar a importância do trabalho não remunerado exercido por essas mulheres para a manutenção das suas comunidades, a despeito de serem politicamente afetadas pela dupla jornada de trabalho. Estas investigações foram essenciais para o nosso caminho inicial teórico e metodológico.

Não obstante, a história da pesca artesanal no Brasil é marcada pela negligência e autoritarismo patriarcal das instituições que a tutelavam até o fim do período da

⁵⁰ Fonte: <http://www.fao.org/FOCUS/S/fisheries/women.htm>. Acesso em 19 de jun. de 2015.

ditadura civil militar, fazendo da marginalização da categoria artesanal e da violência algumas das suas características. Em 1919, quando as colônias foram criadas sob a tutela da Marinha de Guerra as mulheres não eram autorizadas a se filiar, por exemplo. Considerando o ainda pequeno número de mulheres em situação de liderança na pesca e o descaso com a pesca artesanal, uma vez que a prioridade dos órgãos governamentais ainda é para o setor industrial/empresarial (VASCONCELLOS, DIEGUES, SALES, 2007), o rompimento desse ciclo se mostra distante, apesar das ações contra-hegemônicas, muitas delas retratadas pelo LEME.

Nesse contexto, as mulheres só tiveram a regulamentação de sua atividade pesqueira em 1978/1979, quando finalmente conseguiram se cadastrar no Registro Geral da Pesca- RGP, garantindo assim os seus direitos trabalhistas, como a aposentadoria e o acesso aos programas sociais que são disponibilizados pelo poder público (LEITÃO, 2010). Sobre essa conquista histórica O LEME, afirma:

Apesar das inúmeras dificuldades, as pescadeiras se mostram dispostas a lutar pelo direito de possuir o seu documento de Pescadeira Profissional. É comovente observar a perseverança silenciosa com que elas se deslocam de um lugar para o outro a fim de tirar a "folha corrida", a "Carteira de identidade", ou, no caso de não ter o registro civil de nascimento, o "atestado de pobreza" para a isenção da multa exigida. Em Itapissuma, 56 pescadeiras já conseguiram tirar boa parte dos documentos. Dessas 56, 34 já estão com os documentos com pleitos na SUDEPE, aguardando receber muito em breve sua carteira de Pescadeira Profissional. (O LEME, 1979, p. 6).

Essa tardia regulamentação profissional para as mulheres do setor é reflexo de uma política de precarização e marginalização da pesca no país, em especial a pesca artesanal. Em diversos trechos do LEME essa situação de abandono é retratada. No nº 81 o periódico, de abril de 1983, ao comentar sobre a campanha da fraternidade do ano com o tema: “Fraternidade Sim / Violência Não”, convoca pescadores e pescadoras à luta contra todos os tipos de violência que sofrem, afirmando: “Dizer não à violência não é cruzar os braços, buscando sossego. Dizer não à violência é partir decidido para o combate de liberdade, de justiça” (p.2). E continua denunciando a situação de precariedade da classe:

Companheiros, nós sentimos na própria pele as violências cometidas contra nós e contra a nossa categoria. Está aí a poluição dos rios, da devastação dos mangues, a falta de assistência médica etc. Está aí também a escravidão das nossas colônias pelas intervenções, pelas normas ditadas de cima para baixo, pelas fiscalizações opressoras (p. 4-5).

A realidade era e ainda é mais crítica para as mulheres. Essas se encontram às margens de uma atividade já periférica. O direito de se cadastrar como pescadora, e assim acessar os benefícios e políticas públicas voltadas para quem exerce a profissão foi conquistado por meio de reivindicações dessas mulheres, particularmente, as pescadoras de Itapissuma e Ponte dos Carvalhos, que acamparam na frente da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE, antigo órgão responsável pela atividade, até que o direito fosse garantido⁵¹, é claro, através de muita manifestação. Sobre esse fato O LEME, de maio de 1979, noticia:

Um grupo de pescadeiras que havia enviado seus documentos desde novembro do ano passado à SUDEPE em fins de março decidiu ir até Recife reclamar pessoalmente do Delegado Regional da SUDEPE, a longa demora. Surpreendido pela atitude corajosa dessas pobres mulheres deu ordem imediata para que fossem atendidas sem demora.

Partindo dessa perspectiva, lembramos que apenas no ano de 1989 foi eleita a primeira mulher presidente de uma Colônia de Pescadores (as) no Brasil. Seu nome é Joana Rodrigues Mousinho, mulher negra e presidente mais atuante da colônia Z-10, localizada no município de Itapissuma-PE. Essa eleição foi uma referência na história da participação política das mulheres no cenário da pesca artesanal. Foi também resultado de lutas protagonizadas pelas mulheres pescadoras pernambucanas no que se refere às conquistas de seus direitos trabalhistas, bem como o reconhecimento formal de sua profissão. Vale mencionar que em Itapissuma ocorreu o importante trabalho de assessoria e assistência do CPP e da Irmã Nilza Montenegro, que fazia parte da congregação das Dorotéias e era formada em Sociologia. A religiosa realizou atividades de acompanhamento e apoio às causas, especialmente das pescadoras da cidade, com observações e reuniões periódicas, e suas ações foram essenciais para que as mulheres conseguissem o direito do RGP.

A pesca, assim como em outros campos da nossa sociedade, reproduz as diferenças de gênero. Essas diferenças baseiam-se arbitrariamente em conceitos biológicos, que tentam delimitar o feminino e o masculino a partir de características físicas para nortear o comportamento de homens e mulheres em sociedade. Tais diferenças entre os sexos vieram culturalmente se apoiando na biologia para legitimar as relações de poder existentes entre homens e mulheres. (KERGOAT, 2003).

⁵¹ O direito foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 81.563 de Outubro de 1978.

O conceito de gênero surge mais fortemente no interior do movimento feminista norte americano na década 1960, com o objetivo de distanciar as características socialmente construídas de masculinidade e feminilidade do determinismo biológico dos conceitos de “sexo” e das “diferenças sexuais”, entre homens e mulheres. Os estudos ligados aos feminismos entendem que as relações de gênero se compõem mutuamente, logo, compreender as definições sociais de “homem” e “mulher” não pode ser um ato isolado, mas sim, recíproco, onde seus significados estão relacionados e em oposição. (SCOTT, 1995).

Os papéis conferidos aos homens e mulheres em nossa sociedade são condicionantes das relações de gênero. Sobre o conceito de gênero, ponto inicial para nossa análise sobre a divisão sexual do trabalho e das relações de poder generificadas na pesca, Bandeira (2005, p.05), afirma que é:

O conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. A categoria de gênero surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades sócio culturalmente construídas e procurou mudar a atenção de um olhar para mulheres e homens como segmentos isolados, para um olhar que se fixa nas relações inter-pessoais e sociais através das quais elas são mutuamente constituídas como categorias sociais desiguais.

Scott (1995, p. 86 - 88), por sua vez, destaca o caráter político que permeia as relações de gênero, as quais ao longo da história silenciaram e interditaram a mulher, como uma não agente política referenciada e inscrita, segundo a autora:

Gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder. [...] O gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

É característica dessa relação desigual entre o feminino e o masculino a divisão sexual do trabalho. “Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos” (KERGOAT, 2003, p. 55).

Não obstante a essa realidade, a pesca artesanal no Brasil, de acordo com investigações sobre o tema: (LEITÃO, 2012), (GERBER, 2013) (ALENCAR, 1993), (MOTTA-MAÚES, 1999) e (WOORTMANN, 2007), vem refletindo a ideia de que

existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos. Nesse sentido, Alencar (1993, p.73), afirma que:

A divisão do trabalho nas comunidades pesqueiras reflete tanto uma visão de mundo como também expressa uma maneira de se apropriar do ambiente produtivo, ou seja, mar e terra. É uma divisão marcada pelo arbítrio, e se baseia fundamentalmente na diferença biológica dos sexos, tomada como referencial para estabelecer a diferenciação dos gêneros.

3. Boletim O LEME e as Estratégias de Comunicação Popular

No campo das estratégias de comunicação do boletim, é possível observar que o documento atravessou as fases que foram apresentadas ao longo de quatro décadas de construção. Nos primeiros exemplares encontramos um formato bem simples, com desenhos feitos à mão, sem uma elaboração mais técnica, retratando situações cotidianas, celebrações religiosas e conflitos políticos e ambientais, pela busca de direitos e cidadania. As disposições e tamanhos das letras, assim como as ilustrações, revelam que havia certo cuidado em seu preparo, porém não parecia existir uma expertise em termos de técnicas de comunicação, ou uma experiência no uso de procedimentos de emissão das mensagens mais profissional. As publicações, em geral são curtas, com até 15 páginas, algumas eram narradas em formato de histórias, com começo meio e fim. Nessas, quase sempre a analogia com algum conto ou personagem bíblico estava presente.

Ao analisar a estrutura e a eficácia de materiais educativos elaborados por instituições não governamentais ligados à luta no campo, Inesita Soares de Araújo (1993) nos traz um breve, mas raro e importante balanço, sobre as estratégias utilizadas por entidades que buscavam uma comunicação rural alternativa aos meios convencionais de comunicação. A autora lembra que as pesquisas sobre esses instrumentos alternativos usados para a comunicação dos movimentos sociais eram sempre voltadas para a análise dos aspectos políticos e ideológicos, e que não consideravam os efeitos concretos com que essas mensagens eram recebidas e percebidas⁵². Araújo (1993, p.41) chega a conclusões salutares, sua pesquisa mostrou que:

⁵² Importante salientar que o objetivo dessa pesquisa não é fazer um estudo de recepção da mensagem do LEME, contudo não poderíamos deixar de trazer as contribuições do texto de Inesita Soares de Araújo,

[...] os camponeses têm enorme sede de saber, de conhecer, de se informar. Isto os leva a esforços de superação das dificuldades de compreensão das mensagens. Em relação aos impressos, desenvolvem as mais variadas formas de leitura, que lhes garanta (mesmo aos que não sabem ler) o acesso aos conteúdos dos materiais escritos. Aqueles que participam de alguma organização (comunitária, sindical, religiosa, etc.) têm um sentimento de compromisso com as fontes produtoras (ou com quem leva os materiais de comunicação até eles), que os fazem redobrar os esforços de entendimento. Mas, nem a vontade de conhecer, nem o compromisso, conseguem fazê-los superar os obstáculos criados pela incompatibilidade do seu universo lógico e representativo com o outro universo que lhes é apresentado.

Considerando que na década de 1970, quando o periódico começou a ser produzido, a taxa de analfabetismo no Brasil entre a população com 15 ou mais anos, era de 33,7%, de acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil (INEP, 2003), e segundo O LEME, de agosto de 1979, esse índice entre os pescadores e pescadoras chega a cerca de 70%, o esforço do qual Araújo (1993) se refere em seu trabalho, certamente foi sentido por grande parte do público a quem O LEME se destinava. Este fato deve ser levado em consideração quanto ao alcance da mensagem passada pelo boletim.

Hoje, com a difusão da internet e da comunicação em tempo real, O LEME não tem a mesma expressão comunicativa que tinha nas décadas de 1970 e 1980 e as estratégias de comunicação alternativa do CPP não se limitam a ele. Segundo a jornalista da instituição, única responsável técnica pela publicação atualmente⁵³, nos últimos dois anos só foram produzidos e publicados três exemplares do periódico. Apesar disso, a comunicação da pastoral não deixou de ser ativa. As reuniões com pescadores e pescadoras ainda acontecem com frequência, atualizações por e-mails, blogs, vídeos no youtube e sites⁵⁴, também fazem parte das suas estratégias atuais de comunicação.

Nessa perspectiva, o surgimento de instrumentos como O LEME se deu a partir do trabalho de alas progressistas da Igreja Católica junto aos movimentos sociais que se organizam no sentido de estabelecer uma comunicação popular como alternativa aos meios hegemônicos. Essa forma popular de comunicação, da qual O LEME tem suas origens, começou a se desenvolver no Brasil e América Latina nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Segundo Cecília Peruzzo (2006, p. 2):

pois sua leitura contribuiu de forma interessante para o nosso olhar acerca da relevância de uma investigação como essa, de forma que pontuaremos aqui sua contribuição para nossa pesquisa.

⁵³ No período das três visitas a sede do CPP, de janeiro a abril de 2015.

⁵⁴ Seria necessária uma investigação mais específica para observar em que medida essas novas mídias atingem e a suas contribuições para a organização de pescadoras e pescadores.

Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação.

Dentre esses grupos, Peruzzo ainda cita os “movimentos populares vinculados à Igreja Católica” (2006, p. 2). Segundo ela, tal movimentação tinha o objetivo de dar voz e representatividade aos socialmente excluídos, mobilizando-os na construção de uma narrativa crítica e emancipatória, que colocasse em pauta seus interesses e reivindicações, evidenciando e protagonizando questões políticas dos grupos subalternos, que não eram tratadas pela comunicação “tradicional”, principalmente em um período de ditadura e repressão. (PERUZZO, 2006; 2009).

Para Peruzzo (1994) falar em comunicação popular e alternativa é falar em cultura e, desse modo, demanda introduzir a dimensão do conflito presente no espaço onde a cultura se estabelece, especialmente, se levarmos em conta o período do surgimento e efervescência desse tipo de comunicação, anos de censura, repressão e, ao mesmo tempo, fortalecimento dos movimentos sociais.

Em síntese, a comunicação popular e alternativas e caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2006, p. 4).

Ao endossar o papel da instituição religiosa nesse processo, Puntel (1994, p. 128), afirma que: “a Igreja, sem rejeitar os meios de comunicação, enfatiza o uso da comunicação popular ou comunicação de grupo, como uma alternativa que leva em conta um processo dialógico e participativo de comunicação”. Luiz Henrique Marques (2001) salienta o confronto interno presente dentro da Igreja no que diz respeito à abertura do diálogo e a democratização de suas instâncias. O autor dialoga sobre a disputa de narrativas, em que se por um lado existem os conservadores, há algum tempo alinhados com o discurso comunicativo hegemônico, por outro lado, também há um setor mais progressista de teólogos da libertação resistindo a esse processo e incentivando o surgimento de um discurso contra-hegemônico.

Nesse sentido, Moraes (2010) cita a obra do filósofo marxista Gramsci, que desenvolveu uma teoria na qual argumenta que o poder das classes hegemônicas não reside apenas no seu domínio econômico, mas nas forças simbólicas e culturais que possuem na liderança do discurso político e ideológico predominante. Essas classes disputam o consenso “ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se” (MORAES, 2010, p. 55). A hegemonia de uma classe está no sua capacidade de estabelecer o *status quo*, legitimar sua política, ideologia, estética e cultura, na busca da persuasão e criação da consonância entre as demais classes subalternas (MORAES, 2007, 2010; GUINDANI, ENGELMANN, 2011).

No entanto, as forças hegemônicas se deparam com a oposição na medida em que surgem movimentos que vão de encontro a essa hegemonia discursiva, em um processo de constantes conflitos nas arenas da sociedade civil, são as ações contra-hegemônicas, “cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista” (MORAES, 2010, p. 73). Ao tentar contestar a realidade comunicacional em vigor, surgem aparelhos alternativos de imprensa que não são comprometidos com os discursos predominantes. No período ditatorial o Pasquim (1969), foi o que mais se destacou, mas também houve os: “Posição (1969); Opinião (1972); Movimento (1975); Coojornal (1975); Versus (1974); De Fato (1975); Extra (1984), dentre outros” (PERUZZO, 2006, p. 7). Nesse período também nascia O LEME.

3.1. As mulheres e O LEME

O LEME teve a sua primeira edição em 1972. Segundo seu primeiro número, no encontro regional dos pescadores em Olinda-PE, organizado pelo CPP e ocorrido entre os dias 13 e 16 de agosto de 1972, ficou acordado que O LEME faria parte de um movimento para a promoção dos pescadores, o texto enfatiza que boletim faria parte de:

Um movimento que quer ajudar o pescador a descobrir seu valor como pessoa, pai de família, esposo, profissional. Um movimento que quer colocar o pescador “de pé”, isto é, quer ajudá-lo a tornar-se gente, homem considerado e respeitado, e finalmente quer despertar nele o espírito associativo e de serviço.

Observa-se que a publicação, nesse primeiro momento, tem como objetivo atingir ao homem pescador, ele é o interlocutor e a quem O LEME volta suas principais pautas. Não obstante, também em sua primeira edição, encontramos a seguinte afirmativa: “A mulher também é gente! não haverá libertação, nem promoção do pescador sem a libertação, sem a promoção da mulher. O que estamos fazendo para dar voz à mulher?”. Isto é, ainda que o homem seja a figura central do boletim –, o que não é uma exclusividade apenas do seu discurso, menos ainda em 1972, visto que, como debatido anteriormente, a pesca ainda é uma atividade androcêntrica, até mesmo para o discurso governamental e os órgãos que são responsáveis pelas suas políticas (GERBER, 2013). Mesmo assim, já na primeira edição há uma preocupação em mencionar a mulher e afirmar que sem a sua libertação, também não haverá a libertação da classe, e segue questionando o que está sendo feito para dar voz a essas mulheres.

A partir desse universo de 120 edições do LEME, podemos inferir que as principais pautas do periódico são destinadas às demandas mais básicas do contingente que tinha como a pesca sua fonte de renda e seu modo de vida. Questões como direitos humanos, que aparece em várias edições, enfatizando que pescadoras e pescadores são pessoas dotadas de direitos e que esses direitos são primários e fundamentais. Outros assuntos são recorrentes, como o direito de pescadoras e pescadores, enquanto classe, ocuparem as Colônias, as Federações e a Confederação, que durante grande parte do período ditatorial e em diversos cantos do país, estavam sob o comando de militares ou pessoas ligadas a esses, como salienta O LEME, os “pelegos”. A questão da conquista da Colônia como entidade representativa da classe nordestina, em grande medida, as publicações do boletim, durante as décadas de 1970 e 1980.

A legislação e as políticas públicas também são uma pauta importante na narrativa do LEME. Ao longo dos anos as legislações que envolviam a pesca artesanal e às políticas públicas voltadas para o setor foram debatidas pelo periódico, algumas edições chegam a constar as leis e decretos na íntegra, além de comentários com críticas e reflexões. É o caso da publicação de maio de 1979, que traz decreto 81.563, de 13 de abril de 1978 na íntegra. Tal decreto autoriza a emissão do RGP para as mulheres, reconhecendo-as formalmente como pescadoras. O LEME também traz vários abaixo-assinados destinados à criação de leis e políticas públicas. Geralmente esses documentos eram idealizados durante as reuniões do CPP com pescadoras e pescadores, e nasciam a partir de suas queixas.

As questões ambientais são uma constante nas discussões do LEME, principalmente no que diz respeito à poluição causada pelos resíduos sem tratamento despejados nos rios e mangues pelas usinas e engenhos de açúcar e por algumas fábricas. Essa poluição causava uma grande mortandade dos peixes e ia frequentemente em direção ao mangue, provocando doenças, sobretudo nas mulheres que estavam mais diretamente ligadas ao trabalho no manguezal. As questões de saúde e doenças laborais também são tratadas em diversas edições da publicação, enfatizando que a fome, especialmente nas décadas de 1970 e 1980 era a grande causadora das enfermidades que atingiam as pescadoras e pescadores. Esse fato ressalta que a pauta do LEME precisava ser construída a partir de questões elementares das vidas desses homens e mulheres.

Sendo a religiosidade um tema recorrente nas narrativas da publicação, Cristo é um personagem que surge como um exemplo de ética a ser seguida e uma inspiração. Em diversos trechos do boletim a perspectiva da teologia da libertação é usada para enfatizar a importância do trabalho coletivo e da união dos pescadores e pescadoras para o fortalecimento de sua classe, nesses momentos sempre é invocado algum personagem bíblico para conduzir a reflexão. Em algumas ocasiões também fica evidente a crítica ao capitalismo e seu espírito de individualidade. A retórica do periódico tenta em diversas passagens exaltar a relevância do trabalho coletivo para o fortalecimento de sua classe e para a conquista de direitos. Como na edição de dezembro de 1980, na qual a publicação critica: “O nosso sistema é amaldiçoado por Deus porque gera idolatria, egoísmo, a miséria, a fome, a morte [...] Aí o pobre fica contra o pobre ou então não confia mais em si. Este é o pior mal. Ah! Senhor, já estamos fartos de promessas!” (p.4). O despertar do compromisso com a coletividade e cooperação é sempre uma constante na pauta do LEME, por isso a ideia do amor ao próximo e da justiça são sempre citados em referências aos conceitos cristãos.

As narrativas que dizem respeito às mulheres pescadoras aparecem em 36 do total de 120 publicações identificadas e analisadas, ou seja, em 30%. No texto elaborado, se destaca, dentre os principais temas que são abordados, a luta das mulheres para legitimarem-se enquanto pescadoras e pela sua inserção em espaços de resistência, seja na Colônia, Federações e Confederação, ou em sociedades beneficentes. É importante atentar para o quanto ainda é atual a situação de vulnerabilidade das pescadoras, inclusive no que diz respeito ao agir governamental, que insiste em impor barreiras ao reconhecimento e ao empoderamento dessas mulheres, como é o caso do

decreto Nº 8. 425, sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 31 de março de 2015 e publicado em abril, modificando os critérios e exigências para a obtenção do RGP, e assim dificultando ainda mais o acesso dessas mulheres a recursos e políticas públicas. Com relação a essa realidade, Gerber (2013, p.41) afirma:

É muito interessante pensarmos que o estado brasileiro, ao mesmo tempo em que dispõe de uma Secretaria Especial dos Direitos da Mulher, que preconiza a igualdade, a simetria dos direitos, em outras dimensões, como o Ministério da Pesca e o INSS, por exemplo, tem dificuldade em reconhecer estes direitos como iguais invisibilizando mulheres que estão em certos espaços concebidos como masculinos, por partir do pressuposto que, ali, elas não poderiam estar. O Estado constrói, portanto, dispositivos biopolíticos de hierarquização onde um homem é reconhecido como pescador, mas onde uma mulher, que desempenha o mesmo trabalho, para ser reconhecida como pescadora e ter, por exemplo, o direito à aposentadoria, precisa constituir provas, entre as quais, que é filha ou mulher de pescador. Por si só, não se basta.

A política sexista do Estado está distante de uma solução favorável às pescadoras. Em 2016 a Secretária Especial de Políticas Para as Mulheres e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foram aglutinados ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), respectivamente. Evidenciando o parco comprometimento do atual governo com essas pautas. Ainda em fevereiro de 2016, o congresso retirou a perspectiva de gênero das atribuições do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, afetando lutas históricas dos movimentos feministas e expondo o conservadorismo e a ausência de empenho do poder legislativo em erradicar as violências de gênero.

Questões que comprometem a saúde, assim como doenças causadas pelas atividades laborais⁵⁵, também são narradas pelo periódico, e aparecem a partir das denúncias que pescadoras levantavam nas reuniões com os agentes da pastoral. A fome, a miséria, o trabalho em condições precárias e a poluição surgem como as principais causas. O LEME, de maio de 1974 (p. 4), traz uma retrospectiva de uma dessas reuniões em que eram debatidas as demandas das pescadoras, dentre os principais problemas listados por elas, estão:

As suas condições de trabalho são muito mais miseráveis, pescando no mangue, entrando na lama às vezes até o pescoço, parecem mais caranguejos

⁵⁵ Tema de uma pesquisa coordenada pelo GPDESO, com o apoio da UFSC, UFBA, UFPA e UFPB, a qual realizaram grupos focais com pescadoras de Colônias de Pescadores de Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba e Pará. Os resultados da pesquisa foram publicados na cartilha: Gênero e Pesca Artesanal em Leitão (2012); no artigo: Gênero, Pesca e Cidadania em Leitão (2013).

do que pessoas humanas; a renda da pescadora é ainda mais baixa do que a do homem; Águas poluídas e insetos prejudicam seriamente sua saúde; Elas não têm nenhuma segurança porque não estão incluídas na lei de previdência social.

Stadtler (2013, p. 1) lembra que “pescadoras brasileiras têm em comum com outras trabalhadoras a histórica de luta pela sustentabilidade da pesca como economia familiar, direitos trabalhistas e previdenciários, e ainda a constante luta em combate à poluição e degradação ambiental”. A autora segue elencando alguns problemas que historicamente contribuem para as adversidades das pescadoras, tais quais: “a ausência de saneamento, o derramamento químico de indústrias e agrotóxicos, o lixo que somados a falta de fiscalização pública originam uma poluição tal que traz para as pescadoras consequências sérias para saúde”.

Ainda nesse sentido, O LEME, de novembro de 1982, traz uma edição sobre o encontro entre as pescadoras e os agente do CPP, ocorrido em 10 de outubro daquele ano, com o objetivo de discutir sobre saúde e plantas medicinais. Na ocasião, a negligência do poder público com a saúde dos mais pobres; a fome e miséria que causam diversas enfermidades; e as doenças laborais provocadas pelas difíceis condições de trabalho, pela poluição e por elas trabalharem submersas nos mangues e estuários, na catação de mariscos, são questões discutidas e mais uma vez denunciadas.

Embora os últimos anos, em particular a última década, tenham sido marcados por avanços socioeconômicos e pelo início da frágil e tímida distribuição de renda, alguns aspectos da omissão da administração pública com a saúde dessas mulheres continuam semelhantes, como salienta Stadtler (2013, p. 3):

Todos os profissionais da saúde, especialmente da pública, deveriam perguntar a seus pacientes: *qual a sua profissão?* Os prontuários e os registros, até o presente, avaliados nos Programas de Saúde da Família locais, contém apenas nome, endereço e, às vezes, um documento de identificação. Falar em doença do trabalho é buscar a prevenção para eliminar os riscos e as condições para recuperação da trabalhadora.

A ausência de reconhecimento institucional da profissão de pescadora é um assunto marcante também no discurso do LEME. Está presente nos primeiros anos do boletim, quando as mulheres ainda não tinham sua profissão reconhecida pela SUDEPE, mas também está presente na narrativa sobre a burocratização nas exigências para se comprovar sua profissão. Nesse sentido a publicação, de dezembro de 1980, conta:

Em Itapissuma as pescaderas estão fazendo um grande esforço para tirar documentos. Os primeiros documentos de pescadeiras que foram para a

SUDEPE ficaram lá quase 6 meses. Diziam que não conheciam o decreto do presidente da República que autorizava a SUDEPE documentar as pescadeiras. Um grupo de 12 pescadeiras se cansou de esperar e resolveu vir até a SUDEPE, os documentos chegaram em 15 dias. Hoje já estão documentadas na área de Itapissuma 220 pescadeiras. A Colônia dá todo apoio. [...] As pescadeiras que têm documento estão animando as que não têm para tirar (p.8).

O discurso religioso, como não poderia deixar de ser, permeia toda narrativa do boletim. Esse discurso, ora progressista ora conservador, dá o tom da imagem que o periódico erige da mulher pescadora. No LEME, de setembro de 1979, há uma reflexão acerca dos papéis de gênero, a frase que norteia a discussão seria: “A mulher foi tirada da costela do homem para batalhar juntos”. Este número do boletim é dedicado a reproduzir uma reunião entre os agentes da pastoral e as pescadoras para debater o que é ser mulher. A publicação segue afirmando “não há diferença entre homem e mulher. A diferença está no corpo. A mulher foi tirada da costela do homem, mas não é para ela ficar por baixo e ele ser superior” (p.4). Sem embargo, na página seguinte há outra afirmação que reforça o patriarcado e o conceito de mulher cuidadora, abnegada, incompleta, que só se torna digna de respeito se estiver ao lado de um homem: “A mulher é a beleza do homem. Ela se sente muito feliz ao lado dele. Pois ele é uma segurança para ela. Se ela tem um companheiro todo mundo respeita”. Nesse sentido, as conclusões do LEME acabam por reforçar o papel coadjuvante da mulher e seu lugar eminentemente pertencente à esfera doméstica, do cuidado e devotamento.

Não obstante, o boletim também incentiva a participação política das mulheres nas colônias e outras instâncias de decisão, inclusive sinalizando para a situação de mais precariedade e vulnerabilidade social em que as mulheres viviam na pesca, se comparadas aos homens. Todavia não existia uma condenação consistente ao machismo, por vezes até reforçado em sua retórica, isto é, de modo geral, a narrativa é reticente quanto à crítica ao patriarcado, fica sempre por dizer que o machismo era de fato um mal a ser combatido e superado, mesmo que o trabalho de assessoria às pescadoras existisse e visasse à conquista de seus direitos e melhores condições de vida para elas.

Os relatos sobre as lutas das mulheres são vários e o entusiasmo é evidente, existe inclusive a afirmação de que não pode haver hierarquia entre homens e mulheres. Um exemplo está na edição de setembro de 1982, em que na pág. 10 são ilustradas quatro pirâmides hierárquicas para esboçar como a sociedade é dividida em classes e

estamentos. Em uma delas aparece a pirâmide da família, na qual o homem aparece no topo, seguido pela mulher e pelos filhos. Na mesma página a publicação tece uma crítica a essas estruturas de opressores e oprimidos, e afirma: “Jesus veio dizer que não é assim. Somos todos irmãos porque Deus é o pai de todos. Jesus desmantelou o desenho que os “chefes” colocaram em nossas cabeças. O reino dos céus é como uma grande ciranda”. Apesar disso, notamos que esses posicionamentos são parcos e espaçados, ou seja, o boletim não se dedica de forma assídua e persistente a combater o sexismo, fonte da divisão sexual do trabalho e suas consequências para a marginalização da mulher dentro de uma atividade cercada por injustiças e precarização.

Conclusão

O boletim informativo do Conselho Pastoral da Pesca, O LEME, nasce em 1972 com a proposta de impulsionar e dar voz a um movimento que buscava a emancipação dos pescadores. O seu surgimento, durante a ditadura civil militar é momento de repressão, mas também de efervescência de grupos progressistas em toda América Latina, alguns influenciados pela metodologia da teologia da libertação e sua opção pelos mais pobres, como é o caso do CPP. Nessa conjuntura, a pastoral assumiu uma posição de assistência e assessoria para pescadoras e pescadores artesanais quando o Estado, apesar de vigilante e autoritário, era ausente em política pública.

Pescadoras e pescadoras artesanais fazem parte de um contingente historicamente marginalizado pelo Estado brasileiro. Isso porque a pesca enquanto atividade econômica foi preterida pela economia baseada na monocultura e no latifúndio, sendo atividade principal, mais acentuadamente, de grupos oprimidos, tais como negros e indígenas, sobretudo no Norte e Nordeste brasileiro. Este estigma histórico reflete na falta de dados estatísticos sobre a pesca e, conseqüentemente, de uma política mais sólida para o setor (VASCONCELLOS, DIEGUES, SALES, 2007), mantendo a situação de vulnerabilidade dos que sobrevivem dessa atividade.

As mulheres pescadoras são ainda mais prejudicadas nesse cenário de precariedade, uma vez que sofrem opressões estruturais de classe, raça e gênero que se interseccionam e se agravam pela falta de políticas públicas que efetivamente rompam com esse ciclo de assimetrias. O LEME conta parte importante da história de luta dessas

mulheres, que mesmo marcada pela divisão sexual do trabalho e suas consequências na precarização e invisibilidade dos trabalhos exercidos por elas, obtiveram conquistas fundamentais, como o acesso ao RGP e precedências de Colônias, vitórias que estão registradas em seu acervo como parte de uma história marginal, que precisava ser resgatada.

A análise do LEME revelou que havia uma preocupação dos agentes do CPP com as condições ainda mais problemáticas das mulheres pescadoras. As trinta e seis notícias e reflexões identificadas e mapeadas sobre estas mulheres mostram a tendência da instituição em promover suas lutas por direitos e pela ocupação de espaços de poder e decisão. O trabalho de assistência da pastoral, certamente, foi impulsionador de organizações políticas e de conquistas das pescadoras, e O LEME foi importante instrumento de ressonância e difusão dessas movimentações.

Contudo, é importante destacar que as demandas das mulheres eram apenas uma das pautas do LEME e do trabalho do CPP. As atividades da pastoral, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, período com maior número de exemplares do boletim investigados, eram voltadas para demandas muito básicas, uma vez que grande parte dos pescadores e pescadoras não sabia ler e escrever, não possuíam documentos pessoais de identificação, e estavam sob a tutela do Estado ditatorial, sem ao menos representantes legítimos ocupando a presidência das Colônias, Federações e Confederação de Pescadores e Pescadoras, o que tornava as necessidades e reivindicações ainda mais distantes de serem alcançadas, isto é, a luta se concentrava em questões primárias, como a superação da miséria.

A pesquisa também revelou que a retórica religiosa do boletim torna o discurso com relação à emancipação e ao empoderamento das mulheres reticente. Ora busca a ruptura dos padrões machistas na pesca, ora reforça padrões de comportamentos sexistas e patriarcais, criando um paradoxo de progresso e conservadorismo peculiar de um movimento que se propõe a lutar por avanços sociais seguindo tradições de uma doutrina milenar, como a cristã.

Ainda assim é inegável a contribuição do CPP e do LEME para algumas conquistas das mulheres no cenário da pesca. Principalmente se considerarmos que a instituição esteve presente com assistência e assessoria onde o Estado não era apenas ausente, mas repressor e lesivo. Nesse sentido, avaliamos que ações como a da irmã

Nilza Motenegro em Itapissuma foram significativas à organização e luta dessas mulheres.

Por fim, podemos inferir que a situação das mulheres pescadoras continua sendo mais precária dentro de uma atividade marcada historicamente por estar à margem da política econômica governamental, ainda que sem os trabalhos delas, sejam na esfera doméstica ou nas demais etapas da cadeia produtiva, a pesca não se reproduza (GERBER, 2013). É necessário, com urgência, que as mulheres sejam vistas e contempladas por políticas públicas e por ações extensionistas, que saiam da “invisibilidade” imposta não apenas pelas relações generificadas na pesca, mas pelo próprio Estado, que sejam elas próprias reconhecidas enquanto pescadoras, e não apenas como esposas, filhas ou parentes de pescadores.

Referências

- ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma e MELLO, Alex Fiuza de. (Org). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993, v. 1, p. 63-81.
- ARAÚJO, Inesita Soares de. Comunicação popular rural - o meio, a mensagem e o camponês. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n.58, p. 41-44, 1993.
- BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. CEPAL, SPM, Brasília. Janeiro, 2005 (p 03-33).
- BRASIL. Política Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural Para A Agricultura Familiar E Reforma Agrária – PNATER. Lei Nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **A voz do mar, construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919-1924)**. 1994, 74f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. in: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. Páginas: 59 a 83.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FOX, Veronica del Pilar P. **Pesca artesanal e o desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores – MONAPE (1990-2009)**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação, Recife, 2010.

GERBER, Rose Mary. **MULHERES E O MAR:** Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Florianópolis. 2013. 418 p.

GUINDANI, Joel Felipe; ENGELMANN, Solange I. A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST). **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 1, p. 61-70, 2011.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Org.). **Agroecologia; Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, v., p. 71-99.

GUINDANI, Joel Felipe; ENGELMANN, Solange I. A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST). **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 1, p. 61-70, 2011.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In TEIXEIRA, Marli, Et al. (org.). **Trabalho e cidadania para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo, 2003. p. 55-64.

LEITÃO, Maria do Rosário Fátima Andrade. Gênero e Políticas Públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: Angelo Brás Callou Fernandes e Maria Sallet Tauk. (Org.). **Comunicação, gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Tradicionais**. Recife: FASA, 2009, v. 1, p. 161-174.

_____. Gênero, geração e políticas públicas na pesca artesanal. In: **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. (Org) RIAL, Carmem. PEDRO, Joana Maria. AREND, Silvia Maria Fávero. Ed. Mulheres. Santa Catarina. 2010.

_____. **Gênero e pesca artesanal**. Recife. Ed. Linceu 2012.

_____. Gênero, Pesca e Cidadania. In: Amazônica. **Rev. Antropologia**. (Online), Belém, UFPA, 5 (1): 98-115, 2013 a.

_____. Gênero e trabalho: oficinas com mulheres pescadoras do litoral ao sertão de Pernambuco. In: **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento/** SCHERER, Elenise (org.). – 1.ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013 b.

LOWY, Ilana. Ciências e gênero. In: Hirata, H. et al., **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, Editora da Unesp, p. 40-44. 2009.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Denis, ÁLVARES, Maria Luiza M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 1994.

MOTTA-MAÚES, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?):repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, vol. III, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-399.pdf>. Acesso em: 14 de jun. de 2015.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemônica: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

PERUZZO, Cecília Maria K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – Brasília. 6 a 9 de setembro de 2006.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

_____. Comunicação popular em seus aportes teóricos. In: PERUZZO, Cecília. **Comunicação e culturas populares**. São Paulo. INTERCOM, 1995. p. 27-41.

PUNTE, Joana T. A Igreja a caminho da Comunicação. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2 p. 221-242, jul./dez. 2011.

_____. **A Igreja e democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

SIRY, Bernardo. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: PRORENDA-Rural-PE (Org.). **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos**. 1 ed. Recife: Bagaço, 2003, v. 1, p. 27-42.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (org). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p.21-41.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Balanco histórico das lutas dos pescadores e pescadoras artesanais em Pernambuco**: algumas questões para o debate. In: V Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2012, Belém, PA. Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmatis e atores em conflito, 2012. p. 1-16.

SCOT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

STADTLER, Hulda. Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. In: **Desafios Atuais dos Feminismos**, (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

TORRES, I. C. **Recorte histórico da comunidade Divino Espírito Santo**. In: O ethos das mulheres da flores. Org. TORRES, I.C. Amazonas. 2012.

VAN DIJK, Tuen. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato R. Limites e possibilidades da pesca artesanal costeira. In: Costa, Adriane. (Org.). **Nas redes da pesca artesanal**. 1ed. Brasília: IBAMA, 2007, v. 1, p. 15-63.

WOORTMANN, Ellen. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 15 n.2, Florianópolis maio/ago. 2007.